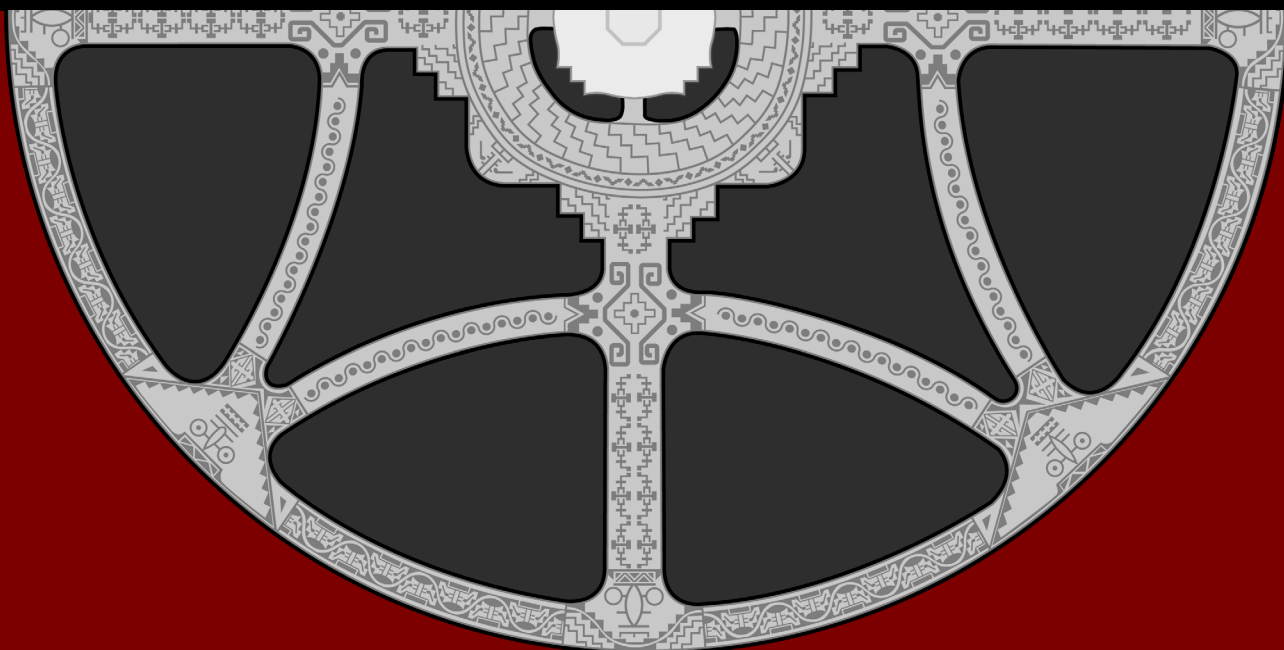




PRAÇA RAUL SOARES EM BELO HORIZONTE:
do não-lugar ao lugar praticado



VITOR GIULIANETTI BARROS
ORIENTAÇÃO EVANDRO FIORIN



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
VITOR GIULIANETTI BARROS

PRAÇA RAUL SOARES EM BELO HORIZONTE:
do não-lugar ao lugar praticado

VITOR GIULIANETTI BARROS

**PRAÇA RAUL SOARES EM BELO HORIZONTE:
do não-lugar ao lugar praticado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Evandro Fiorin

BAURU
2025

Barros, Vitor Giulianetti.

Praça Raul Soares em Belo Horizonte: do não-lugar
ao lugar praticado / Vitor Giulianetti Barros - Bauru,
2025

154 f. : il.

Orientador: Evandro Fiorin

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp). Faculdade de
Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2025

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Caminhografia. 3.
Cartografia. 4. Caminhar. 5. Praça Raul Soares. 6. Belo
Horizonte I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade
de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II.
Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VITOR GIULIANETTI BARROS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 28 dias do mês de março do ano de 2025, às 14h, no(a) Sala virtual do Google Meet:

<https://meet.google.com/tvc-ddrw-bjc>, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE

MESTRADO de VITOR GIULIANETTI BARROS, intitulada **Praça Raul Soares em Belo**

Horizonte: do não-lugar ao lugar praticado. A Comissão Examinadora foi constituída

pelos seguintes membros: Professor Doutor EVANDRO FIORIN (Orientador(a) -

Participação Virtual) do(a) Programa de Pósgraduação em Arquitetura e Urbanismo /

FAACUnespBauru, Professora Doutora MARTA ENOKIBARA (Participação Virtual) do(a)

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / FAAC/UNESP/Bauru, Professora

Doutora ADRIANA GOMES DO NASCIMENTO (Participação Virtual) do(a) Departamento de

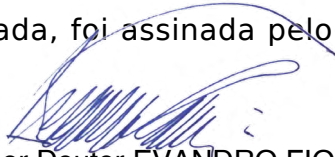
Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas / Universidade Federal de São João Del-Rei. Após

a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que

participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: _

APROVADO _ _ _ _ . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e

aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professor Doutor EVANDRO FIORIN

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo apoio, incentivo e amor, ao longo da jornada;

Aos meus amigos, pela companhia e momentos de descontração, que deixaram o percurso mais leve;

Aos professores, que compartilharam seus conhecimentos e incentivaram durante o processo;

Ao programa, pelo espaço de crescimento e oportunidades que ampliaram meu olhar;

À banca examinadora , pelo tempo dedicado e sugestões valiosas;

Ao meu orientador, por acreditar no projeto desde o início e apontar caminhos possíveis, fundamentais para a construção dessa dissertação;

E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio e financiamento do projeto.

RESUMO

A Praça Raul Soares, no centro de Belo Horizonte, é um lugar de grande importância histórica, arquitetônica e social. Construída no início do século XX, estando presente desde o plano original da cidade, sua conformação circular e sua relação com os eixos viários a tornam singular dentro da malha urbana da cidade. Com o passar das décadas passou por transformações e evoluções que refletiram as mudanças urbanísticas, políticas e culturais de cada período. A pesquisa surge de uma necessidade de ampliar e aprofundar a compreensão sobre esse marco urbano em Belo Horizonte. Dessa maneira, o trabalho busca remontar um percurso histórico da praça e registrar suas práticas cotidianas que ressignificam o espaço planejado pelos urbanistas. Para que isso seja possível, é utilizado o método historiográfico, associado a uma caminhografia do espaço, para compreender não somente o presente, mas também o passado e as implicações que dele decorreram, articulando os dois métodos para a construção de uma leitura ampliada e aprofundada sobre a Praça Raul Soares. A historiografia é desenvolvida por meio de pesquisas em acervos públicos, documentos oficiais, notícias e mapas cartográficos. A caminhografia é aplicada como um método para o processo de habitação do espaço existencial da praça, por vezes se apropriando de diferentes estratégias para a ampliação da área sensível do corpo perceptivo, para registrar seu cotidiano e práticas.

Palavras-chave: Caminhografia; Não-lugar; Lugar Praticado; Praça Raul Soares, Belo Horizonte.

ABSTRACT

Raul Soares Square, in Belo Horizonte's downtown, is a place of great historical, architectural and social importance. It was built in the early 20th century and has been present since the city's original plan. Its circular shape and relationship with road axes make it unique within the city's urban fabric. Over the decades, it has undergone transformations and developments that reflect the urban, political and cultural changes of each period. The research comes from a need to broaden and deepen the understanding of this urban landmark in Belo Horizonte. In this way, the work seeks to retrace the historical path of the square and record its daily practices that give new meaning to the space planned by urban planners. To achieve this, the historiographic method is used, associated with a spatial walkgraphy, to understand not only the present, but also the past and the implications that arose from it, articulating the two methods to construct a broad and in-depth reading of Raul Soares Square. The historiography is done through research in public collections, official documents, news and cartographic maps. Walkography as a mean for the process of inhabiting the existential space of the square, sometimes appropriating different strategies to expand the sensitive area of the perceptive body, to record its daily life and practices.

Keywords: Walkgraphy; Non-Place; Practiced Place; Raul Soares Square, Belo Horizonte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Vista panorâmica de Belo Horizonte (fase inicial da cidade)	16
Figura 02 - Projeto Comissão Construtora (1895)	26
Figura 03 - Aproximação da Praça Raul Soares	29
Figura 04 - Vista Praça Raul Soares (1936)	30
Figura 05 - Desenho de piso da Praça Raul Soares	32
Figura 06 - Fotos aéreas do piso	33
Figura 07 - Vista aérea Praça Raul Soares (1938)	34
Figura 08 - Cartão postal Praça Raul Soares (1936-1940)	34
Figura 09 - Inauguração da Praça	35
Figura 10 - II Congresso Eucarístico	37
Figura 11 - Cidade do Tédio (vista a partir da praça Raul Soares, 1930-1931) ...	39
Figura 12 - Tocador (1929)	41
Figura 13 - Cidade dos jardins	43
Figura 14 - Entorno da Praça Raul Soares - obras de asfaltamento (1930-1931) ..	45
Figura 15 - Complexo Arquitetônico da Pampulha	49
Figura 16 - Avenida Antônio Carlos	50
Figura 17 - Primeira Igreja Batista e Edifício Randrade (194-)	51
Figura 18 - Cidades-satélites	57
Figura 19 - Linhas de bonde	58
Figura 20 - Abertura da Avenida Amazonas (1941)	59
Figura 21 - Área de Ampliação da Avenida Amazonas por cada poder público ...	60
Figura 22 - Cine Candelária (1974-1979)	61
Figura 23 - Cine Candelária (198-)	62
Figura 24 - Edifícios do entorno	68
Figura 25 - Foto área da Praça Raul Soares (1962-1980)	69
Figura 26 - Construção do CJK	71
Figura 27 - Disposição tipológica CJK	72
Figura 28 - O Panóptico Invertido do Bloco A	73
Figura 29 - Prefeito Oswaldo Pieruccetti em frente ao CJK	74
Figura 30 - Mancha Urbana no Entorno da Praça Raul Soares (1918-1935)	75
Figura 31 - Evolução da Mancha Urbana (1918-2018)	76

Figura 32 - Rodovias e Avenidas	78
Figura 33 - Rodovias e Avenidas	79
Figura 34 - Foto área da Praça Raul Soares (1970-1990)	80
Figura 35 - Subáreas de intervenção do programa Centro Vivo	81
Figura 36 - Intervenções do escritório Práxis na subárea 6	82
Figura 37 - 6º CURA (2021)	84
Figura 38 - 7º CURA (2022)	85
Figura 39 - Praça Raul Soares e Avenidas	86
Figura 40 - Conjunto Juscelino Kubitschek	87
Figura 41 - Bairros do entorno da Praça Raul Soares	88
Figura 42 - Altimetria do entorno da Praça Raul Soares	89
Figura 43 - Usos do entorno da Praça Raul Soares	89
Figura 44 - Vista panorâmica da Praça Raul Soares (2024)	90
Figura 45 - Jardim atual da Praça Raul Soares	92
Figura 46 - Imagens do jardim	92
Figura 47 - Mobiliários urbanos existentes na Praça Raul Soares	94
Figura 48 - Monumentos	95
Figura 49 - Marco com referência de nível	96
Figura 50 - Praça a partir do ônibus	102
Figura 51 - CJK e chegada à praça	103
Figura 52 - Vida no entorno da praça	104
Figura 53 - Jardins (trabalhadores, flores e buxinhos)	105
Figura 54 - Transeuntes (<i>collage</i>)	107
Figura 55 - Transeuntes	108
Figura 56 - Fluxo dos transeuntes	109
Figura 57 - Vista aérea	110
Figura 58 - Corredores e caminhantes (<i>collage</i>)	111
Figura 59 - Corredores e caminhantes (<i>collage</i>)	111
Figura 60 - Corredores e caminhantes	112
Figura 61 - Tutores (<i>collage</i>)	114
Figura 62 - Tutores	115
Figura 63 - Descanso (<i>collage</i>)	117
Figura 64 - Descanso	118

Figura 65 - Desabrigados (<i>collage</i>)	120
Figura 66 - Desabrigados	121
Figura 67 - Vida noturna (<i>collage</i>)	125
Figura 68 - Vida noturna	126
Figura 69 - Palcos da Virada Cultural de BH (2024)	128
Figura 70 - Virada Cultural (2024)	129
Figura 71 - Instalação Brincacidade	130
Figura 72 - CURA (2024)	132
Figura 73 - Natal na Raul Soares (2024)	134
Figura 74 - Vista Belo Horizonte	146
Figura 75 - Área do projeto de 1895	147
Figura 76 - Aproximação Praça Raul Soares	148
Figura 77 - Urnas Funerária Marajoara (MASP)	149
Figura 78 - Vista aérea Praça Raul Soares (2024)	150
Figura 79 - Vista Praça Raul Soares	150
Figura 80 - Vista Praça Raul Soares	151
Figura 81 - Cine Candelária	152
Figura 82 - Intervenções CURA (2024)	153
Figura 83 - Marco de nível e detalhes	154

Lista de gráficos e tabelas

Tabela 01 - Estabelecimentos Instalados na Cidade Industrial – 1950/1961	55
Tabela 02 - População e Frota total automóveis em Belo Horizonte	60
Tabela 03 - Posições do marco da Praça Raul Soares	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	–	Arquivo Público Mineiro
CEMIG	–	Centrais Elétricas de Minas Gerais
CJK	–	Conjunto Governador Kubitschek
CURA	–	Circuito Urbano de Arte
PBH	–	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PIB	–	Primeira Igreja Batista
FJP	–	Fundação João Pinheiro
IPSEMG	–	Instituto de Previdência de Minas Gerais
JK	–	Juscelino Kubitschek
PLAMBEL	–	Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

SUMÁRIO

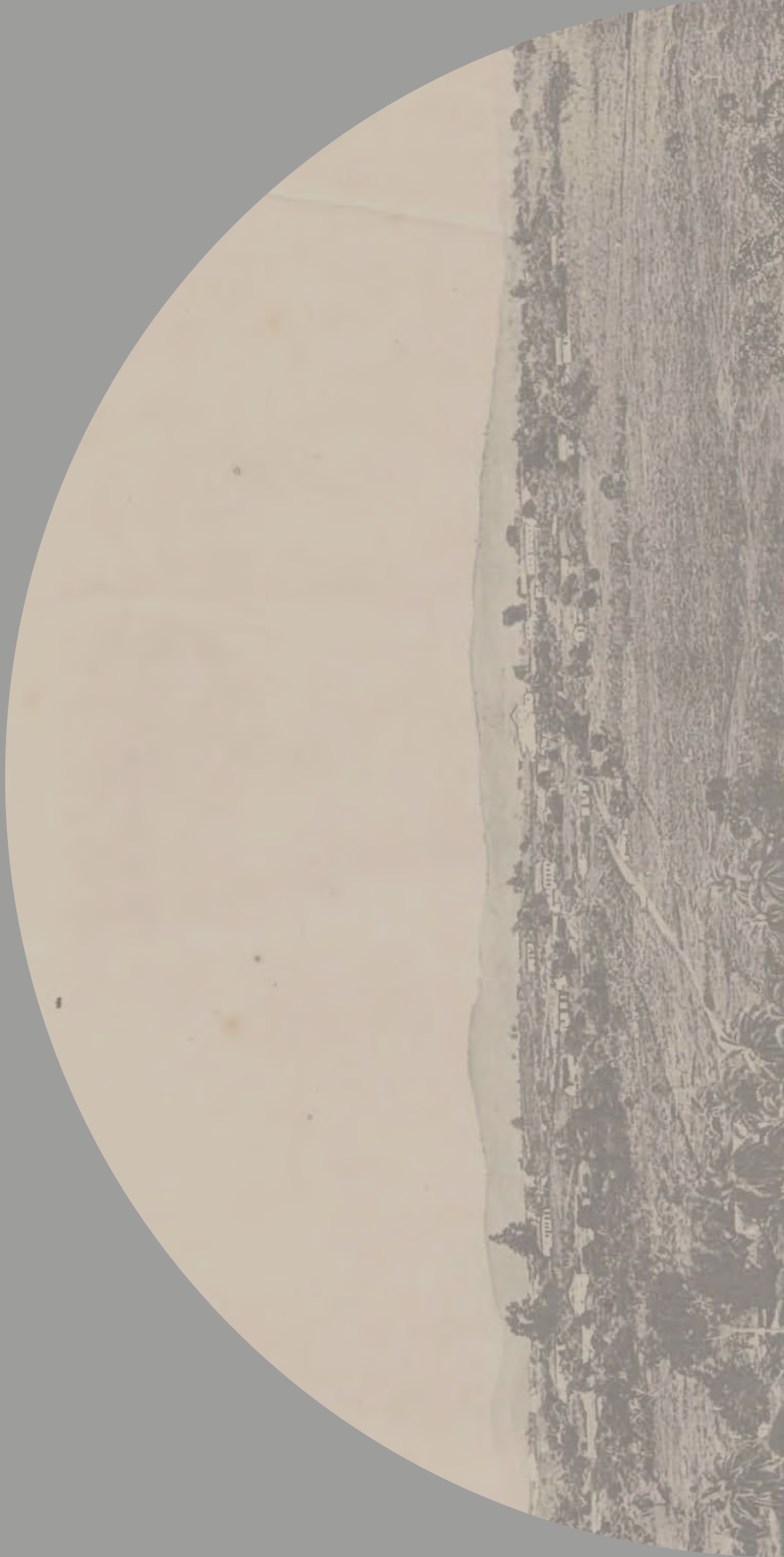
1.	INTRODUÇÃO	17
2.	CAPITAL PROVINCIAL, REPUBLICANA E MODERNA	21
2.1.	BELO HORIZONTE	22
2.2.	A PRAÇA RAUL SOARES	29
2.3.	A CIDADE MODERNA	46
3.	MODERNIZAÇÃO, VERTICALIZAÇÃO E A PRAÇA RAUL SOARES	53
3.1.	O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO	54
3.2.	A VERTICALIZAÇÃO E O CONJUNTO KUBITSCHK	64
3.3.	A PRAÇA RAUL SOARES ATÉ A CONTEMPORANEIDADE	75
4.	A PRAÇA RAUL SOARES COMO LUGAR PRATICADO	97
4.1.	HABITAR A PRAÇA	98
4.2.	CAMINHOGRAFIA	102
4.3.	NOVOS USOS E APROPRIAÇÕES	127
5.	CONSIDERAÇÕES	135
	REFERÊNCIAS	138
	ANEXO	145

INSTRUÇÃO

Ressaltamos que este é um arquivo é interativo, os textos na cor vermelha são clicáveis, e levam a links e/ou a páginas específicas do documento. Assim como imagens com legenda na cor vermelha, que também nos direcionam a conteúdos do Anexo. Nesse sentido, se selecionadas novamente retornam no ponto anterior, como pode ser testado na imagem abaixo.

Figura 01 - Vista panorâmica de Belo Horizonte (fase inicial da cidade)
Fonte: APM





1. INTRODUÇÃO

A Praça Raul Soares, localizada no centro de Belo Horizonte, é a única circular dentro dos limites da Avenida do Contorno, delimitação do projeto de Aarão Reis, considerada por muitos como o centro geográfico da cidade. Belo Horizonte foi fundada sob preceitos de modernidade, porém ainda dotada de uma arquitetura eclética. A partir de 1940, inicia-se um processo de modernização, momento que a arquitetura moderna surge na cidade.

Nesse contexto, a Praça Raul Soares pode ser considerada um não-lugar¹, uma estrutura viária para a circulação. Entretanto ela pode ser lida, desde sua inauguração como um lugar. Um espaço para o passeio que vai receber ao longo do tempo diversos equipamentos em seu entorno, mesmo que seja uma rotatória enclausurada pelas vias automotivas. Nesse sentido, em 1952, a sua paisagem começa a se alterar completamente, com o processo de verticalização e, principalmente, com a construção do Conjunto Governador Kubitschek, chamado também de Conjunto Juscelino Kubitschek (CJK).

Daí por diante, a praça vai se transformar em um importante polo agregador de funções, acomodando múltiplos usos, culminando com o pedido de seu tombamento. Em contraponto a um processo crescente de deterioração influenciado pelas modificações viárias devido ao crescimento demográfico da cidade e pelo colapso do projeto moderno. A última grande modificação de configuração da praça ocorreu no início dos anos 2000 e foi mantida desde então.

Tendo como foco de pesquisa a Praça Raul Soares, em Belo Horizonte, busca-se compreender as suas sucessivas transformações históricas ocorridas ao longo do desenvolvimento urbano da cidade, considerando múltiplas fontes e abordagens. Dessa forma, essa investigação busca ampliar e aprofundar o conhecimento sobre essa localidade na cidade de Belo Horizonte, articulando uma pesquisa histórica com a possibilidade de uma experiência de um lugar de grande importância para a capital mineira.

A pesquisa historiográfica partiu de uma revisão documental e bibliográfica desde a construção da cidade de Belo Horizonte, pensada para ser a capital do estado no

1 Não-lugar para Marc Augé é um espaço que não ser definido como identitário, relacional ou histórico, são espaços de circulação acelerada (como rotatórias, aeroportos, rodoviárias), assim os próprios meios de transporte. Em oposição, há o lugar antropológico, que é princípio de sentido para quem habita e de inteligibilidade para quem observa, um espaço que pode ser definido como identitário, relacional e histórico. (Augé, 2005).

século XIX. Para tanto, foram utilizadas diversas fontes, consultados arquivos públicos, fotografias, mapas e documentos oficiais, somando-se ainda a fontes secundárias de livros, artigos e jornais de época. Esse levantamento histórico permitiu construir uma linha narrativa cronológica da Praça Raul Soares, auxiliando na identificação de suas transformações não só físicas, mas culturais e sociais.

Com relação a caminhografia, devemos ressaltar que é uma prática metodológica que se alinha a uma pesquisa cartográfica delineada pela prática do caminhar. Esta é uma experimentação do espaço, por meio do movimento de quem caminha e de seu modo de registro próprio (Rocha; Santos, 2024).

A partir dessa proposta, que reconhece a história por meio dos levantamentos tradicionais de pesquisa e se permite habitar os espaços da Praça Raul Soares, caminhando e cartografando, é que temos como objetivo evidenciar este espaço público como um lugar praticado². Com essa proposição, registramos e inventariamos a cultura do espaço *stricto sensu*, mas também o cotidiano e a vida das pessoas que utilizam essa praça. É desta maneira que passamos a compreendê-la como um lugar de multiplicidades, que foi sendo construída ao longo dos anos.

O trabalho se estrutura em três capítulos, a partir de uma divisão temporal para a contextualização da Praça Raul Soares. São eles:

O primeiro - Capital Provinciana, Republicana e Moderna - aborda os motivos que levaram a construção de Belo Horizonte como a nova capital de Minas Gerais. O modo e o cenário que se deu o surgimento da Praça Raul Soares, em 1936, e um contexto de como era a representação da cidade nesse período a partir de relatos e jornais. Aborda-se também como a cidade se transforma numa capital moderna, sendo a Pampulha o marco inicial da arquitetura moderna na cidade.

O segundo - Modernização, Verticalização e Praça Raul Soares – inicia-se com o processo de modernização de Belo Horizonte que sofreu muita influência de Juscelino Kubitschek, enquanto prefeito da cidade, tendo modernizado o centro e teve uma política rodoviarista. Depois, aborda-se sobre a verticalização, principalmente do entorno da Praça Raul Soares, e sobre o Conjunto Governador Kubitschek que desde sua construção, transformou o contexto do lugar. Por fim, a praça é abordada sobre

2 Michel de Certeau em seu livro diferencia espaço de lugar. O lugar seria a configuração de posições instantâneas, que indica certa estabilidade, enquanto o espaço produzido por operações que o vão orientar e temporalizar o lugar, "o espaço é um lugar praticado". Os atos dos habitantes transformam o lugar, geométrico, em espaço, lugar praticado. (Certeau, 2000).

seus anos posteriores, que a conduziram às dinâmicas que encontramos atualmente.

O terceiro - A Praça Raul Soares como Lugar Praticado – trata do habitar a praça para compreensão de sua vida cotidiana, de modo a servir como registro de um importante espaço dentro da cidade, permitindo que o momento atual de sua história contado e preservado. Por meio do método da caminhografia, registramos os diferentes usuários da Praça, que vão desde transeuntes que estão de passagem até moradores em situação de rua que transformam o lugar em sua morada. Nesse processo de caminhar e habitar, experienciamos diversos momentos da praça, desde seu cotidiano mais ordinário a novos usos e apropriações da praça contemporânea.

De tal sorte, essa combinação permite que o trabalho possa desenvolver uma perspectiva singular sobre a praça, compreendendo-a ao invés de um não-lugar, como um lugar de multiplicidades ao longo dos anos. Uma forma de criar uma constelação de informações sobre a Praça Raul Soares, onde passado e presente se confrontam com novas dinâmicas sociais.



2. CAPITAL PROVINCIAL, REPUBLICANA E MODERNA

2.1. BELO HORIZONTE

Compreender a história da Praça Raul Soares perpassa por conhecer também parte da história da cidade de Belo Horizonte, uma cidade que nasceu no fim do século XIX para ser a capital administrativa do estado de Minas Gerais, em substituição a Ouro Preto. Além disso, uma nova cidade que seria um modelo para a nova república brasileira que surgia na mesma época de sua construção.

Como aponta Salgueiro (2020, p. 88), sempre que houve algum debate sobre a mudança da capital em Minas Gerais, tal questão se orientava em relação ao sítio. Desde os inconfidentes, no século XVIII, que pensavam que São João del-Rei se beneficiaria da melhor topografia em relação a Ouro Preto. No século XIX, críticas sobre a localização de Ouro Preto conservaram-se e complementaram-se aos desejos de controle da natureza e às questões de salubridade, aliando-se aos argumentos dos inconfidentes, de que a antiga capital não conseguiria fornecer víveres ao mercado local.

Os apontamentos e críticas sobre Ouro Preto partem, principalmente, de duas características: a primeira, sobre as condições básicas de fornecimento para uma cidade; e a segunda de cunho moderno, que se associa a questões estéticas e higienistas, ideais presentes nas reformas urbanas europeias do século XIX. Até 1868, a intenção de mudança havia sido esboçada apenas pelos inconfidentes, quando o padre Paraíso apresentou um projeto na Assembleia Provincial, com um conceito de centralidade para a nova capital como ponto de comunicação entre Norte e Sul, Leste e Oeste, dentro do estado mineiro (Ibid.). Este foi um terceiro elemento, sobre questões de nível econômico, que também pode ser considerado.

A busca por uma centralidade, visava irradiar as rotas de comércio para outras regiões territoriais do estado, como forma de desestagnar economicamente as outras localidades. Isso ocorreu devido à ineficácia de Ouro Preto em realizar tal questão e à desestruturação econômica encontrada por Minas Gerais em seu território, pela falta de conexões. Para a nova capital, era importante a possibilidade de criação de uma rede férrea que conectasse todo o estado de modo mais fácil, que não era possível em Ouro Preto; a possibilidade da criação de um centro econômico e de dispersão foi fundamental. (Salgueiro, 2020, p. 89).

Ainda na metade do século XIX a mudança da capital não se encontrava distante, com todas as críticas e necessidades elencadas. A alteração foi definida durante o

Congresso Constituinte Mineiro, que elaborou a primeira Constituição Republicana do estado em 1891. Ao final do texto, foi indicada a mudança da capital administrativa, para um lugar que oferecesse as condições higiênicas necessárias. Embora ainda não houvesse definido o local, deixou-se redigido que em reunião, o Congresso, deveria escolher as localidades a serem estudadas por uma comissão e a verba para tais estudos (Minas Gerais, 1891).

A comissão foi montada no fim de 1892, denominada Comissão Construtora, composta por cinco engenheiros, um médico sanitaria, um desenhista, além de auxiliares técnicos e administrativos, todos liderados por Aarão Reis, que, durante cinco meses, estudaram os cinco lugares propostos. Entre eles, três foram rejeitadas por questões técnicas: Barbacena, Paraibuna e Juiz de Fora. Os outros dois, Várzea do Marçal (atual São João del Rei) e Curral del Rei (atual Belo Horizonte), continuaram como preferências. Embora a comissão tenha indicado primeiramente Várzea do Marçal, devido a conflitos políticos, os parlamentares acabaram por escolher a segunda opção. (Salgueiro, 2020).

Com a definição do lugar, a Comissão Construtora encarregou-se de elaborar o projeto para a nova sede administrativa do estado mineiro. Uma cidade que deveria representar os ideais da nova república, abandonando o passado monárquico. A capital seria encarregada de criar uma imagem, não apenas para o estado, que era tão ligado às origens com a coroa portuguesa e às minas de ouro, mas para a nova república do país como um todo.

A construção de Belo Horizonte, no final do século XIX, tratou de inscrever as forças do poder republicano que ascendiam no país. Feita por meio da edificação da nova cidade moderna, pela troca e substituição da antiga sede administrativa do estado mineiro, Ouro Preto, que era o antigo símbolo de uma monarquia portuguesa e de uma dominação colonial europeia. (Julião, 2011, p. 115).

A cidade edificou-se sobre o esquecimento e negação de um passado colonial e monárquico, característico em Minas Gerais pela influência portuguesa na morfologia da cidade, em que as ruas seguiam a topografia e a implantação dos edifícios. Locais onde as curvas eram comuns, espaços onde era possível se perder e se esconder entre diferentes vielas e becos. “A cidade moderna só pode edificar-se sobre a tábula rasa dos horizontes existentes” (Salgueiro, 2020, p. 97). Assim a nova urbe não poderia se inspirar na organização e morfologia de Ouro Preto, com suas influências de cultura

passada, que buscava ser superada.

Não apenas os traçados coloniais da antiga capital se encontravam incompatíveis, mas os próprios traçados do antigo arraial, onde Belo Horizonte foi erguida, foram totalmente demolidos pela definição do projeto da Comissão. A nova capital afirma sua modernidade em oposição ao antigo arraial e, em especial, a Ouro Preto (Andrade, 2004, p. 75). Belo Horizonte sugere o oposto do que existia anteriormente, com sua malha em xadrez, de ruas largas e avenidas limpas, onde todos estão visíveis no espaço público. A simetria da cidade e sua geometria preconizam o higienismo, em conjunto com a transparência, permitindo a legibilidade instantânea da cidade, uma “utopia de tornar a sociedade algo também transparente, franqueada ao olhar, onde não haveria lugar para o obscuro e impenetrável” (Julião, 2011, p. 132).

Belo Horizonte foi concebida como um espaço modelo que não se enquadra em questões de tempo, pois é uma cidade “atemporal e anti-histórica” (Salgueiro, 2020, p.124). O futuro que estava se construindo deveria ser algo inovador, alinhado com ideias da época que vinham se desenvolvendo no antigo continente, não com o passado de onde provinham. Inspirado nas reformas urbanas e higienistas que ocorreram em Paris, mas com um ponto importante que difere Belo Horizonte das antigas cidades que passaram por modificações, “[...] se trata de uma cidade nova e não de uma intervenção num tecido preexistente” (Salgueiro, 2020, p. 120).

A nova cidade foi projetada e preparada para ser executada sob a égide da modernidade, conceito que “está relacionado à mudança que gera o progresso, em oposição ao passado e à tradição” (Kern, 1984, p. 151). Apesar de que o passado ao qual tal modernidade se opunha ter sido o da monarquia portuguesa, o progresso que ela buscou não deixou de se encontrar no continente europeu. A mudança republicana ainda não foi, de fato, uma inovação de caráter totalmente local, ainda que tenha suas especificidades.

A partir de meados do século XIX, o modernismo foi um fenômeno urbano, relacionado ao rápido crescimento das cidades, à migração para os centros urbanos, à forte industrialização e à reorganização de ambientes, e se caracterizou mais como uma reação a essas novas condições, seja de produção, seja circulação e consumo, do que de fato um produtor de mudanças na sociedade nesse período anterior à Primeira Guerra (Harvey, 2008, p. 32-33).

Esse é o caráter de Belo Horizonte em seu início, denotado por um modernismo

que ainda é uma reação às transformações da modernidade e não um agente de mudança de fato. Modernidade que se encontra no cerne de sua criação, pensada para ser uma representação da nova república, vista como “palavra mágica capaz de resolver os problemas sociais do país” (Martins, s.d., p. 1). Um projeto que, por meio da urbanização, industrialização e transformação das relações sociais, buscou criar uma cidade moderna, racional e progressista.

Após o desenvolvimento do plano urbano, iniciou-se a construção da cidade em 1894, e sua inauguração ocorreu em 1896. A cidade não estava totalmente finalizada, mas a abertura de ruas, movimentação de terra e muitos edifícios institucionais, principalmente na Praça da Liberdade e na avenida Afonso Pena, encontravam-se completos, e a expansão da cidade acontecia de acordo com a necessidade da população que chegava (Salgueiro, 2020).

A cidade planejada dividia-se em zona urbana, marcada pela Avenida do Contorno (Figura 02), e incluía área suburbana e rural, que não obtiveram a atenção devida, tal qual a zona central. Andrade (2004, p. 76) demonstra que devido aos altos preços de lotes da zona urbana, os trabalhadores viram como alternativa a ocupação da área suburbana, que embora prevista, não recebeu a infraestrutura oferecida na área central e urbana da cidade.

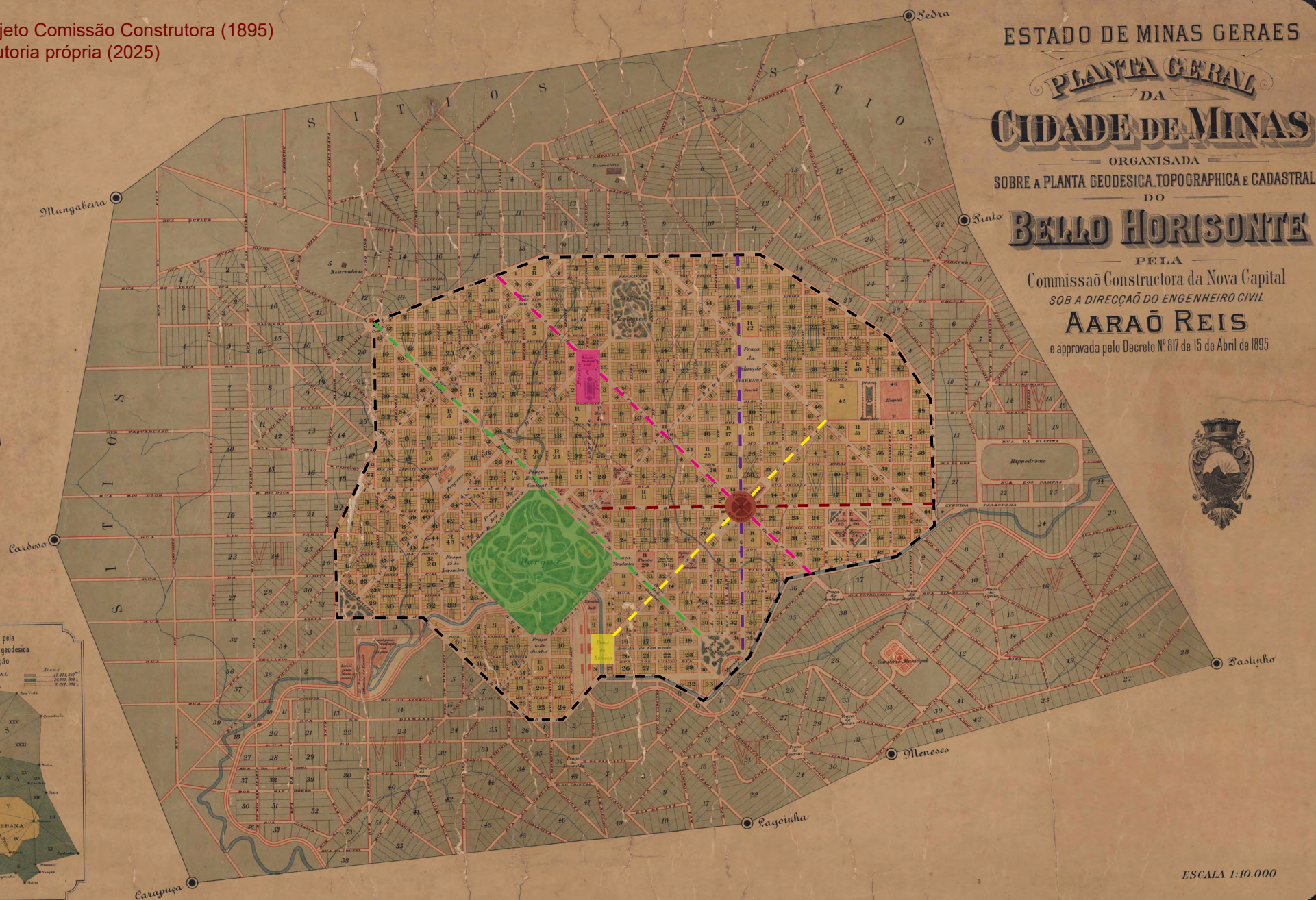
O problema de casas em Bello Horizonte vai nestes últimos tempos assumindo proporções assustadoras. Os aluguéis estão pela hora da morte. O aumento, entretanto, não é determinado tanto pela falta de habitações, como pela ganância de certos proprietários sem escrúpulos. (X, 1920b, p. 2)¹.

O recorte anterior do jornal Diário de Minas é sobre a questão fundiária no perímetro urbano da cidade. Já eram feitas críticas à especulação e à supervalorização de aluguéis, por pessoas que residiam na área central da cidade e constituíam uma parcela de maior poder aquisitivo, em comparação à maior parte da população que residia nas áreas suburbanas. Já no final da década de 1920, o Estado de Minas tece outra crítica à questão fundiária da cidade, desta vez não sobre os preços, mas sobre o modo como a ocupação da cidade ocorria, entendia-se que deveriam concentrar-se primeiro no centro para depois se ampliar-se a área ocupada:

Para o bom êxito dos trabalhos de remodelamento que a Prefeitura Municipal queira realizar em Bello Horizonte faz-se necessário uma providência preliminar e urgente: a concentração do perímetro urbano. [...] Essa é a

1. Autor que frequentemente escrevia a Chronica Social do Jornal Diário de Minas, assinava apenas como X e não foi encontrado nenhuma referência sobre sua real identidade.

Figura 02 - Projeto Comissão Construtora (1895)
 Fonte: APM. Autoria própria (2025)



● PRAÇA RAUL SOARES
 ■ PRAÇA DA LIBERDADE

■ PRAÇA DA ESTAÇÃO
 ■ PARQUE MUNICIPAL

-- AV. DO CONTORNO
 - - AV. AFONSO PENA

- - AV. AMAZONAS
 - - AV. SÃO FRANCISCO

- - AV. CHRISTOVÃO COLOMBO
 - - AV. PARAÓPEBA

boa regra, que precisa ser seguida aqui em Bello Horizonte. Fazer bem o que já existe, para então depois ampliar com mais cuidado o perímetro da cidade. Actualmente, é preciso concentrar para qualquer obra aproveitável. (A Concentração..., 1929, p. 1)

Apesar da presença das críticas em relação à especulação, que ditou o modo de ocupação, não parece que houve iniciativas públicas que buscaram melhorar a situação na cidade. Os trabalhadores que viam como alternativa residir mais afastados da área urbana mantiveram-se nessa condição, enquanto isso não se aplicou aos funcionários públicos, que tiveram seu acesso à moradia facilitada pelo Estado, em uma região nobre da cidade, o bairro dos Funcionários (Andrade, 2004, p.76).

Uma cidade recém-construída do zero, a partir de uma tabula rasa do que antes existia, era um lugar ainda sem identidade que buscava essa definição. Assim, no começo de sua ocupação, Belo Horizonte acabou sendo conhecida como “cidade burocrática” ou “cidade dos funcionários”. Essa representação pode ser explicada pela função da capital do estado e pela facilitação da moradia aos funcionários públicos na zona urbana, que levou naturalmente à associação com a burocratização (Andrade, 2004, p. 78).

O acesso ao centro pela população de menor renda não foi dificultado apenas pelos preços da terra. As próprias decisões municipais com seu código de postura contribuíram para o afastamento de parte da população. “As prostitutas tiveram sua circulação restrita a áreas mais distantes do centro; foram regulados a atividade de mendicância, o comércio ambulante e o comportamento nos bondes” (Andrade, 2004, p. 77).

Um decreto estadual regulamentou os mendigos na cidade, para isso, seria necessário cadastrar-se na prefeitura para que fosse entregue uma placa com número de inscrição e definição de local e horário em que poderiam esmolar (Minas Gerais, 1900). A nível municipal, havia decreto que regulamentava o uso de praças e parques, entre as proibições estavam pisar nos gramados, deitar-se nos bancos, distribuir anúncios e afixar cartazes, além disso definia-se os tipos de usuários que poderiam acessar tais locais:

Art. 1º - Nos jardins publicos e praças ajardinadas, a cargo da Municipalidade, é prohibida a entrada de:

a) Pessoa ébria, alienadas, descalças, indigentes e das que não tiverem decentemente trajadas, e bem assim das que levarem consigo cães e outros animaes em liberdade, e em volume excedente de 30 centímetros de largura por 40 de comprimento; (Belo Horizonte, 1925)

Em 1914, existiam comentários sobre o projeto da cidade, mesmo que às vezes de forma ambígua. No início, havia críticas ao superdimensionamento das vias, consideradas muito grandes e onerosas para cidade em que a população ainda era pequena. Outro ponto alvo de críticas foi a relação com o relevo, comentava-se sobre a falta de adequação do desenho à topografia. Contudo, o projeto também foi alvo de elogios, pois, apesar do desenho simétrico, não criava uma monotonia na vida da cidade, graças à heterogeneidade do relevo. (Salgueiro, 2020, p. 149).

2.2. A PRAÇA RAUL SOARES

Como pode ser visto na planta do plano original da cidade, a Praça Raul Soares recebia o nome de Praça 14 de Setembro (Figura 03). Era localizada na intersecção de quatro avenidas: Amazonas, Christovão Colombo (atual Bias Fortes), Paraopeba (atual Augusto de Lima) e São Francisco (atual Olegário Maciel), que conectam a cidade nos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste. Apresenta um formato circular, único no perímetro interno à Avenida do Contorno, que rompe com a ortogonalidade predominante no desenho de Belo Horizonte.

Sobre a primeira nomeação do lugar, verificou-se no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte (Nomes..., s.d.), que a nomenclatura seria uma alusão à Lei Adicional nº 1, que tratava sobre as localidades a serem estudadas para implantação da nova capital administrativa do estado de Minas Gerais, contudo, a lei é datada de 28 de outubro de 1891. Com esse desencontro de informações, foi necessária uma pesquisa em outras leis que poderiam ter dado origem à nomeação inicial da praça. Assim, é muito provável que a escolha tenha como referência, de fato, a Lei nº 2, de 14 de setembro de 1891,

Figura 03 - Aproximação da Praça Raul Soares
Fonte: MHAB. Autoria própria (2024).



que contém a organização municipal, conferiu a denominação de Belo Horizonte à localidade e elevou à categoria de distrito, o antigo Curral del Rei, que até então era reconhecido como arraial.

Tal nome, Praça 14 de Setembro, foi definido pelo engenheiro-chefe, Aarão Reis, em conjunto com a aprovação da planta geral de Belo Horizonte em 1895, no ofício de número 26 (Barreto, 1996, p. 253). Com o falecimento do presidente de Minas Gerais, Raul Soares, em 1924, houve a alteração da designação vigente até então. Dessa forma, em 03 de outubro de 1924, pela Lei Municipal nº 281, instituiu-se o nome que se mantém até a atualidade, Praça Raul Soares, substituindo a alusão à antiga lei de 1891. (IEPHA, 2014, p. 1).

Assim como muitos dos planos iniciais da cidade se modificaram ou não aconteceram, com o entorno da praça não foi diferente. O que se previu originalmente não foi o mesmo que se construiu e consolidou. No encontro da Avenida Amazonas com a Rua Rio Grande do Sul, foi prevista a edificação da Municipalidade (Prefeitura), contudo seu local se alterou para a Avenida Afonso Pena, sobre as bases de onde se iniciou a construção da Secretaria da Justiça, que não havia sido finalizada (Barreto,

Figura 04 - Vista Praça Raul Soares (1936)

Fonte: Arquivo Estado de Minas



1996). Na outra extremidade da praça, foi previsto na planta geral da cidade um templo religioso, que não foi construído e não foram encontrados indícios de alteração para uma nova localidade, nem projetos para o local.

Em ambos os locais estavam previstas praças: 3 de Maio na Municipalidade e 24 de Fevereiro para o templo religioso. Caso tivessem existido tanto as edificações institucionais quanto as praças, a condição do entorno e da Praça Raul Soares seria totalmente diferente de como a conhecemos hoje. Seria até impossível prever seu desenvolvimento, mas a presença da prefeitura possivelmente faria a região crescer e ser habitada com maior velocidade. Porém, é incerto saber o que seria dos três espaços públicos tão próximos, qual seria a importância de cada um deles e como seria a utilização desses espaços por parte da população.

Embora prevista desde a elaboração do plano urbano pela Comissão Construtora e com projetos de construções importantes e institucionais no entorno da praça, sua construção com a conformidade com a qual se conhece nos dias de hoje, iniciou-se somente em 1929. O projeto da praça foi idealizado pelo arquiteto Érico de Paula, inspirado nos jardins europeus em sua morfologia e no desenho do piso, feito em pedra portuguesa, inspirado nas artes dos povos marajoaras. O paisagismo não possui autoria conhecida, embora apresente inspiração nos jardins franceses com seu desenho axial, uso da topiaria e simetria. (IEPHA, 2014, p.2).

A partir da década de 1920, o gosto francês foi predominante na cidade, apesar do período de vanguarda modernista que se instalava no país, o qual buscava novas proposições opostas à tradição e ao passado (IEPHA, 2014, p. 3). A combinação, do uso formal no desenho com inspiração no jardim francês e do simbolismo da arte marajoara no piso é exemplo da proposição de Kern (1984, p. 158) sobre uma situação de “subordinação cultural”, uma combinação que foi comum entre a mistura de influências europeias com simbolismos brasileiros. Muitos modernistas encontravam na arte indígena, uma cultura “primitiva”, que são utilizadas de inspiração para se criar uma arte local (Ibid., p. 157).

O desenho com inspiração na arte marajoara parte do conceito de subordinação cultural (Kern, 1984) ao mesclar as ideias europeias com aspectos da cultura do país. Contudo não foi encontrada nenhuma justificativa para essa inspiração na arte indígena amazonense. Uma possibilidade, é tenha partido da nomenclatura das vias do entorno: Avenida Amazonas, ruas Tupinambás, Caetés, Tamoios, Tupis, Goytacazes, Guajaras,

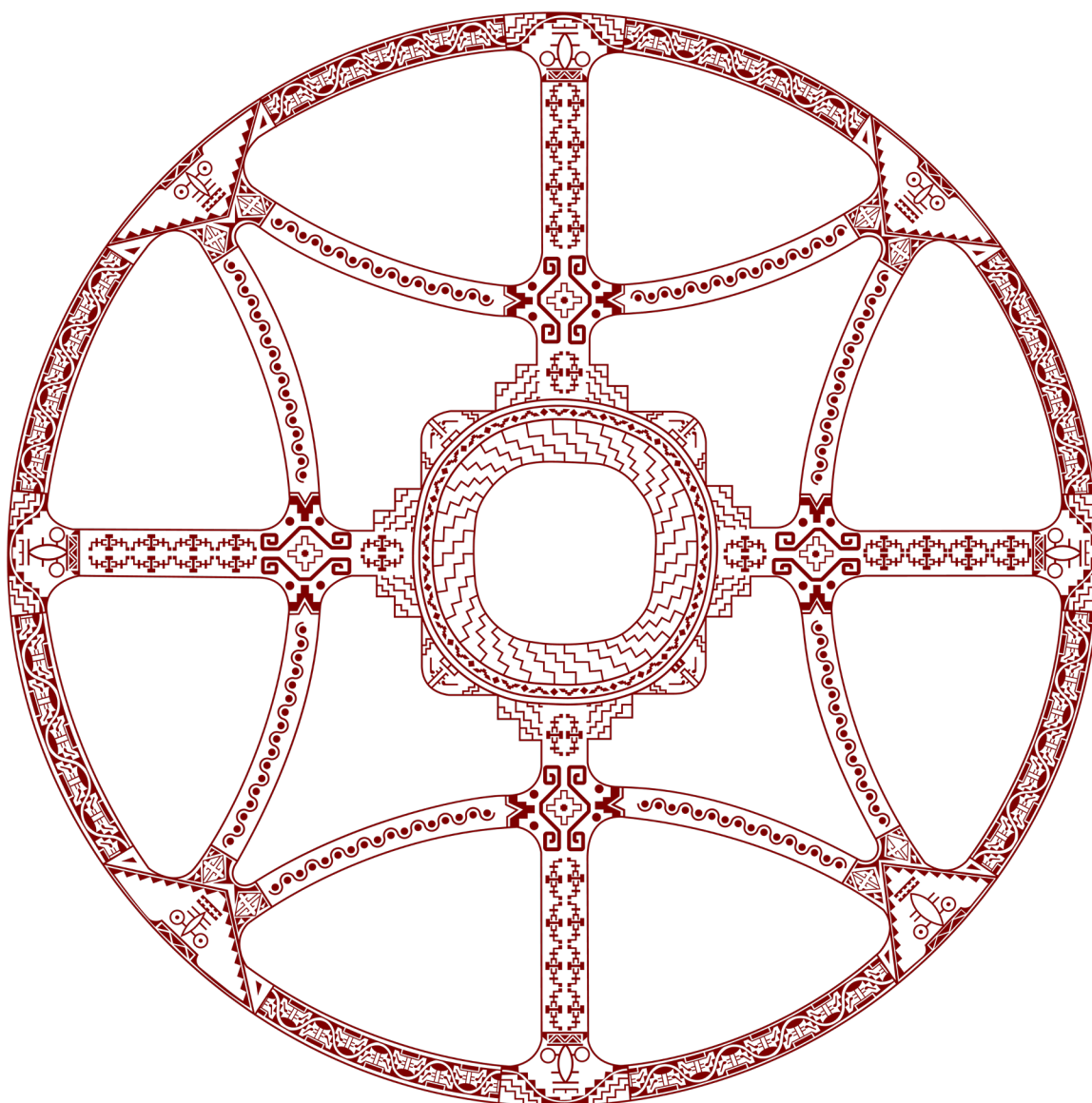


Figura 05 - Desenho de piso da Praça Raul Soares
 Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

Timbiras, Aimorés; nomes estabelecidos no projeto inicial e se mantêm até os dias atuais.

A reprodução do desenho de piso (Figura 05) revelou características importantes em relação ao trabalho de execução da praça. Por ser desenhada em simetria axial, talvez se espere certa perfeição em sua simetria, o que não ocorre, naturalmente, num trabalho manual construído no início do século passado. Há diferenças normais de espaçamento; contudo, as maiores discrepâncias ocorrem no sentido da avenida Bias Fortes, em que os desenhos variam em tamanho, tanto no passeio perimetral quanto no semicírculo interno.

Assim como a arquitetura da cidade no período, a praça se enquadra no modelo eclético, comum nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Robba e Macedo



Figura 06 - Fotos aéreas do piso
Fonte: acervo do autor (2024)

(2003), a Praça Raul Soares segue a linha clássica, inspirada nos jardins franceses dos séculos XVI e XVII. Tal modelo se caracteriza pela tríade clássica, isto é, caminhos ordenados em cruz conduzindo a um ponto focal central, marcado por um elemento (monumento, fonte, coreto etc.) e circundado por um passeio externo perimetral (Robba; Macedo, 2003, p. 56).

O estilo eclético das praças foi marcado pelo hábito de passear, padrão cultural europeu, que, no Brasil, começou a se instalar apenas na segunda metade do século XIX (Robba; Macedo, 2003, p. 53). Além da tríade, os autores citam outras características comuns aos jardins ecléticos da linha clássica e presentes na praça: canteiros geométricos; simetria; eixos; grande quantidade de áreas permeáveis; elementos ecléticos pitorescos (fonte); vegetação arbustiva e forrações, dispostas como bordadura dos canteiros e caminhos; geometrização e simetria no plantio da vegetação; gramados; e topiaria (Ibid., p. 58).

Tendo em vista tais definições, a Praça Raul Soares possui forma circular, contornada por um passeio perimetral, caminho em cruz nos sentidos das avenidas Augusto de Lima e Olegário Maciel, com ponto focal na fonte luminosa em seu centro. Em contraposição aos caminhos em cruz, há quatro semicírculos que conectam as Avenidas Amazonas e Bias Fortes. Essa configuração dos caminhos delimita um total de 12 canteiros com forma aproximadamente triangular: oito na parte externa e quatro internos, com vegetação arbustiva em seu contorno com topiaria.

A praça teve um “atraso” de 35 anos para o início de sua construção, em 1929, se comparado com o início da construção da cidade, em 1894. Embora a movimentação de terra dos quarteirões e vias tenha ficado pronta em 1896, as construções caminhavam de acordo com suas necessidades, em cada região da cidade. Ou seja, a evolução

Figura 07 - Vista aérea Praça Raul Soares (1938)

Fonte: APM



Figura 08 - Cartão postal Praça Raul Soares (1936-1940)

Fonte: Casa da Lente



e finalização da estruturação da cidade cresceram junto da demanda da população, que de acordo com o que crescia e carecia de mais espaço, ampliavam-se as áreas edificadas de Belo Horizonte (Barreto, 1996).

A construção da Praça prolongou-se por sete anos, sendo finalizada em 1936, para receber o II Congresso Eucarístico Nacional, momento em que foi inaugurada em 3 de setembro (IEPHA, 2014, p. 1). É possível que a não construção da Municipalidade e do templo religioso tenha atrasado a implementação da praça, pois fez com que a região fosse habitada mais tardiamente. Com o crescimento da cidade e a necessidade de um local para realização do Congresso Eucarístico, criou-se um cenário para o surgimento da Praça.

As décadas que sucederam à construção da praça, as de 1920 e 1930, apresentavam um momento político de entreguerras, em que o movimento integralista possuía forte ideologia nacionalista: “Sou abertamente partidário de um movimento nacionalista no Brasil [...] Quero uma campanha nacionalista feita sem ódios e sem rancores” (X, 1920a, p.2). A inauguração da praça em

Figura 09 - Inauguração da Praça
Fonte: Arquivo PMBH



1936 ocorreu às vésperas do golpe em 1937 por Getúlio Vargas, quando se iniciou o Estado Novo.

O evento de inauguração do lugar, II Congresso Eucarístico, foi um evento organizado pela Igreja Católica que visava fortalecer e impor a ordem cristã no país, principalmente após a separação republicana entre Estado e Igreja (Oliveira; Costa, 2014). A data para o evento ocorre sempre de 3 a 7 de setembro desde 1922, ano do centenário da independência, uma clara escolha política, uma vez que "a república havia relegado a religião à esfera privada, o congresso eucarístico a colocaria de novo no espaço público ao marcar o 'dia da Pátria' com a solene procissão do Santíssimo Sacramento" (Ibid., p.120). Mesmo que tenha sido feito após a Constituição de 1934, que não amenizou o temor da ameaça comunista, Oliveira e Costa (2014, p. 124-125) afirmam que tal instabilidade política não transpareceu durante o congresso, voltado para afirmar a presença da Igreja Católica na sociedade.

De fato, em pesquisas nos noticiários do período não são encontradas menções diretas sobre a relação nacionalista e à ameaça comunista durante as cerimônias ou mesmo em reportagens referentes ao evento durante sua realização. Contudo, é importante relacionar o clima político do período com as falas proferidas durante e sobre o congresso. Com isso, compreende-se que a sociedade em geral apoiava o nacionalismo da época, que culminou no golpe de 1937:

Os catholicos brasileiros, e notadamente os catholicos mineiros, definiram de maneira peremptoria a sua posição, quer deante dos problemas da eternidade, quer deante dos problemas que nesta hora obscurecem os horizontes de nossa Patria. (Authentica..., 1936, p. 1)

Muito se abordou nas reportagens sobre como os católicos, principalmente os mineiros, reafirmaram a democracia e a fé durante o evento, contra os ideais que almejavam a destruição da civilização (Cassanta, 1936, p. 3). Fica claro pelas passagens e movimentos que ocorriam, não só no Brasil, mas no Ocidente em geral, o que se buscava com o integralismo nacional. O aspecto nacionalista e a oposição à ameaça comunista, como um movimento do ocidente e da Igreja, confirmaram-se por outras notícias e, principalmente, com a fala do Papa em documento oficial no ano seguinte:

Vós, sem dúvida, Veneráveis Irmãos, já percebestes de que perigo ameaçador falamos: é do comunismo, denominado bolchevista e ateu, que se propõe como fim peculiar revolucionar radicalmente a ordem social e subverter os próprios fundamentos da civilização cristã. (Pio XI, 1937)

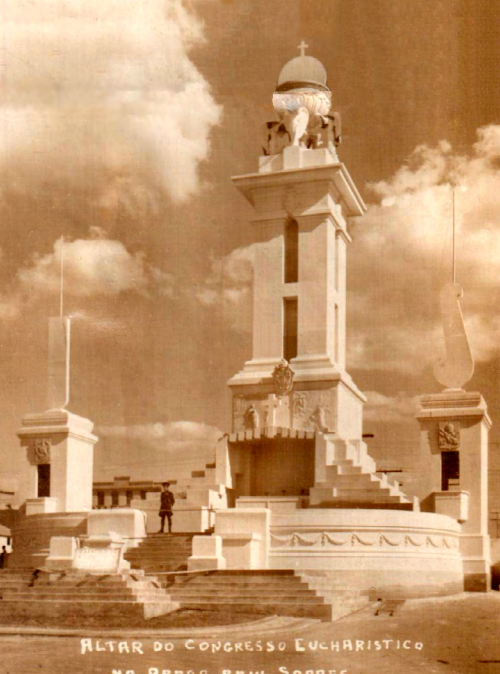


Figura 10 - II Congresso Eucarístico
Fonte: BH nostalgia; Arquivo PBH.

A praça surgiu em um evento institucional da Igreja Católica e marcado pela relação com o Estado republicano, que visava declarar que a fé católica funcionaria não apenas para o passado, mas também para a nova república, simbolizada pela cidade planejada de Belo Horizonte (Oliveira; Costa, 2014, p. 124). Assim esse evento inaugural da praça a utiliza como palco de poder, reconfigurando momentaneamente o que deveria ser de uso cotidiano para uma dimensão simbólica de afirmação da fé cristã no país e, secundariamente, de caráter nacionalista.

Associamos a construção da praça com um projeto de controle social e simbólico, pelo poder público que ergueu o lugar para que o evento acontecesse segundo a vontade da Igreja. Assim, o espaço é então ressignificado, entre 1929 e 1936, seu desenho representa os valores da época, ordem, disciplina e devoção, em oposição ao que a ameaça comunista representava no período, desordem e revolução.

A praça que antes era um não-lugar, um espaço aberto e de terra, com única função de organizador de fluxo, é construída pela necessidade da realização do congresso eucarístico, transformando-se pela intervenção urbana e simbólica de seu momento histórico. A praça surge como palco da força católica e do poder republicano. O recebimento do evento na primeira cidade planejada do país, que foi pensada inicialmente como uma imagem da nova república, fortaleceu a relação entre sociedade, república e fé cristã.

Mesmo que a praça tenha perdido sua relação com seu evento de inauguração, sua mensagem permaneceu. De acordo com Oliveira e Costa (2014, p. 126), o hino continuou sendo entoado na cidade até a década de 1960 devido à sua musicalidade

e aceitação popular:

Qual resplende em manhãs purpurinas
O sublime clarão de arrebol
Sobre o altar das montanhas de Minas
Brilha a Hóstia mais fulgido sol
Tú, que és Rei, e que aos povos dominas
Firma aqui teu throno Jesus!
E das plagas formosas de Minas
O Brasil para a glória conduz!
(Canticos..., 1936, p. 24)

O II Congresso Eucarístico simbolizou uma relação entre Igreja e Estado Republicano em suas entrelinhas, dando força ao movimento nacionalista da época. A nova imagem que Minas queria passar com a construção de Belo Horizonte, como representação da nova república, que conduziria o país para a glória e ao progresso, pode ser vista nas duas últimas estrofes do hino do congresso "E das plagas formosas de Minas / O Brasil para a glória conduz!".

Na época de construção da praça, Belo Horizonte vinha consolidando sua vida cultural. A cidade que nasceu moderna nos ideais de sua construção, e culturalmente ela se desenvolve muito rapidamente, pois desde sua inauguração recebeu de Ouro Preto uma população letrada (Andrade, 2004, p. 86). Também atraiu muitos jovens do interior com o objetivo de estudar na capital, sendo vista como polo de desenvolvimento intelectual e possibilidade de emprego.

Dessa forma, a cultura moderna se desenvolveu junto com a cidade, pois a partir da década de 1920, os modernistas mineiros tinham um campo aberto e sem conflitos para publicar e compartilhar ideias no Diário de Minas. Embora as ideias modernas da Semana de 1922 não tenham tido grande influência nos modernistas inicialmente, devido principalmente à falta de informação na época, a influência dos paulistas se consolidou com a caravana realizada em 1924 em Minas Gerais, que se tornou o início de uma troca de cartas e conteúdo literário entre os grupos (Andrade, 2004).

Fato é, que após esse encontro houve publicações de poesias e textos de Mário de Andrade em jornais, como um trecho de seu poema "Nocturno de Bello Horizonte" no Estado de Minas (1929). Contudo o restante do poema, que não foi apresentado no jornal, é valioso, feito em 1924 sobre sua viagem a Minas Gerais, no texto, o autor faz referências a outras cidades mineiras e sua história, mas com maior enfoque sobre Belo Horizonte, em que descreve suas noites calmas e silenciosas, belas e frias:



Figura 11 - Cidade do Tédio (vista a partir da praça Raul Soares, 1930-1931)

Fonte: APM

Alegria da noite de Belo Horizonte!
Há uma ausência de males
Na jovialidade infantil do friozinho.
Silêncio brincalhão salta das árvores,
Entra nas casas desce as ruas paradas
E se engrossa agressivo na praça do Mercado.
Vento florido roda pelos trilhos. (Andrade, 2013)

Outros autores que visitaram a cidade também a descreveram, como é o caso do historiador francês Paul Hazard: “O l'étrange cite, si vaste, si vide! Boulevards immenses, faits pour les grandes foules, silencieux et deserts!”² (Hazard, 1927, p. 111-112). Essa, fala assim como a do modernista paulistano, retrata o silêncio e vazio da cidade, percepções de duas pessoas acostumadas a grandes centros urbanos, São Paulo e Paris, algo que Belo Horizonte se projetava para ser e para o qual se desenvolvia.

A quietude e a calma da jovem Belo Horizonte não são relatadas apenas por pessoas que vieram de fora, como Paul Hazard e Mário de Andrade. O modernista mineiro, Carlos Drummond, em diversos momentos, escreve sobre a cidade, na qual viveu grande parte de sua vida. Em uma ocasião para o Diário de Minas, descreve o estilo de vida pacato do lugar, que não é como nenhuma outra grande cidade do mundo. Belo Horizonte é única, como nenhuma outra, onde não há nada para se fazer, a “Cidade do Tédio”:

- Meu amigo, acho natural a sua curiosidade. O sr. é filho doutras terras: não conhece os nossos costumes, a nossa vida coletiva, não conhece nada...
Pois saiba que está numa cidade única no planeta e mesmo em todo o cosmos. Somos muito pessoais, muito nós-mesmos. Isto aqui não cheira a Pequim, Cairo ou Bruxelas, E tem um nome original. É a Cidade do Tédio...
- Hein?!
- Não se espante. Ouça mais. O nome se justifica. Nós não temos nada que

2 Ó estranha cidade, tão vasta, tão vazia! Avenidas imensas, feitas para grandes multidões, silenciosas e desertas! (Tradução do autor)

fazer, nem para onde ir, nem onde ficar. Abandonamos as ruas, que são muitas, e ajuntamo-nos aqui. Para que, para o exercício comum do bocejo. [...]

-De sorte que somos os urbanos do enfado. E esta é a Cidade do Tédio, Chamaram-na de Belo Horizonte, devido a uns poentes cor de tudo que incendeiam o nosso céu, mas qual! não pegou. Nem podia pegar. Que quer dizer Belo Horizonte? Nada. Agora, meu amigo, com licença. Vou-me embora, Adeus. (Andrade, 1921 apud Andrade 2004, p.159-160)

O planejamento geométrico dos engenheiros encontrou um percalço, ao menos nas primeiras décadas da nova cidade, o centro planejado para 200 mil habitantes se mostrou vazio e desproporcional ao dimensionamento de suas vias. Uma quietude que, para quem estava acostumado a grandes cidades como Paris, São Paulo ou Rio de Janeiro, seria estranho. Contudo, era vista como uma vida tranquila e comum nas cidades do interior do estado mineiro, origem de muitos dos novos habitantes de Belo Horizonte.

Em sua obra, Andrade (2004), analisa três escritores modernistas que viviam em Belo Horizonte, Cyro dos Anjos, Pedro Nava e Carlos Drummond. A maior parte da população belo-horizontina nas primeiras décadas vinha de cidades do interior mineiro e não possuía a experiência de uma vida urbana, algo que se esperava que a capital oferecesse. Como afirma a autora: “Ao chegarem em Belo Horizonte, ainda traziam as lembranças e os valores associados ao modo de vida interiorano (Andrade, 2004, p. 44)”.

Esse conflito entre a experiência vivida em uma cidade do interior e a vida que se tentava criar em Belo Horizonte, construída para ser moderna. Uma cidade planejada, de certa forma, para o anonimato, onde todos os habitantes são iguais e deveriam se diferenciar por suas individualidades pessoais, como a maneira de se vestir. Em oposição, a vida que existia nas cidades pequenas, onde as pessoas se conheciam pelo nome, tinha a individualidade vinculada pelo seu próprio ser.

Devido à filiação desses escritores ao modernismo, seria de se esperar que tivessem uma afinidade com o modo de vida urbano e com os valores associados à modernidade. No entanto, o que iremos encontrar em suas obras são percepções muito ambivalentes, seja em relação à organização geométrica do espaço, seja no que tange aos novos valores e formas de interação social que começavam a se difundir nos centros urbanos. (Andrade, 2004, p. 16)

Como Belo Horizonte foi uma cidade criada e habitada por pessoas que vieram de diversos lugares, com estilos de vida diferentes, criou-se uma imagem da cidade marcada pelos conflitos entre modos de viver típicos de cidades grandes e pequenas. Por isso, ainda se ouve com frequência que Belo Horizonte é uma cidade grande que

se parece com uma cidade menor. “Essa interpretação de Belo Horizonte como uma cidade provinciana é corroborada pelos depoimentos dos próprios modernistas, que assim a representaram” (Andrade, 2004, p. 109).

Além das representações literárias feitas pelos modernistas da época, encontram-se também associações desse tipo em noticiários dos jornais daquele período. Como uma passagem pelo Estado de Minas que cita a dualidade na presença do “tocador”, dando a entender que cruzam a cidade cotidianamente com seus animais de carga:

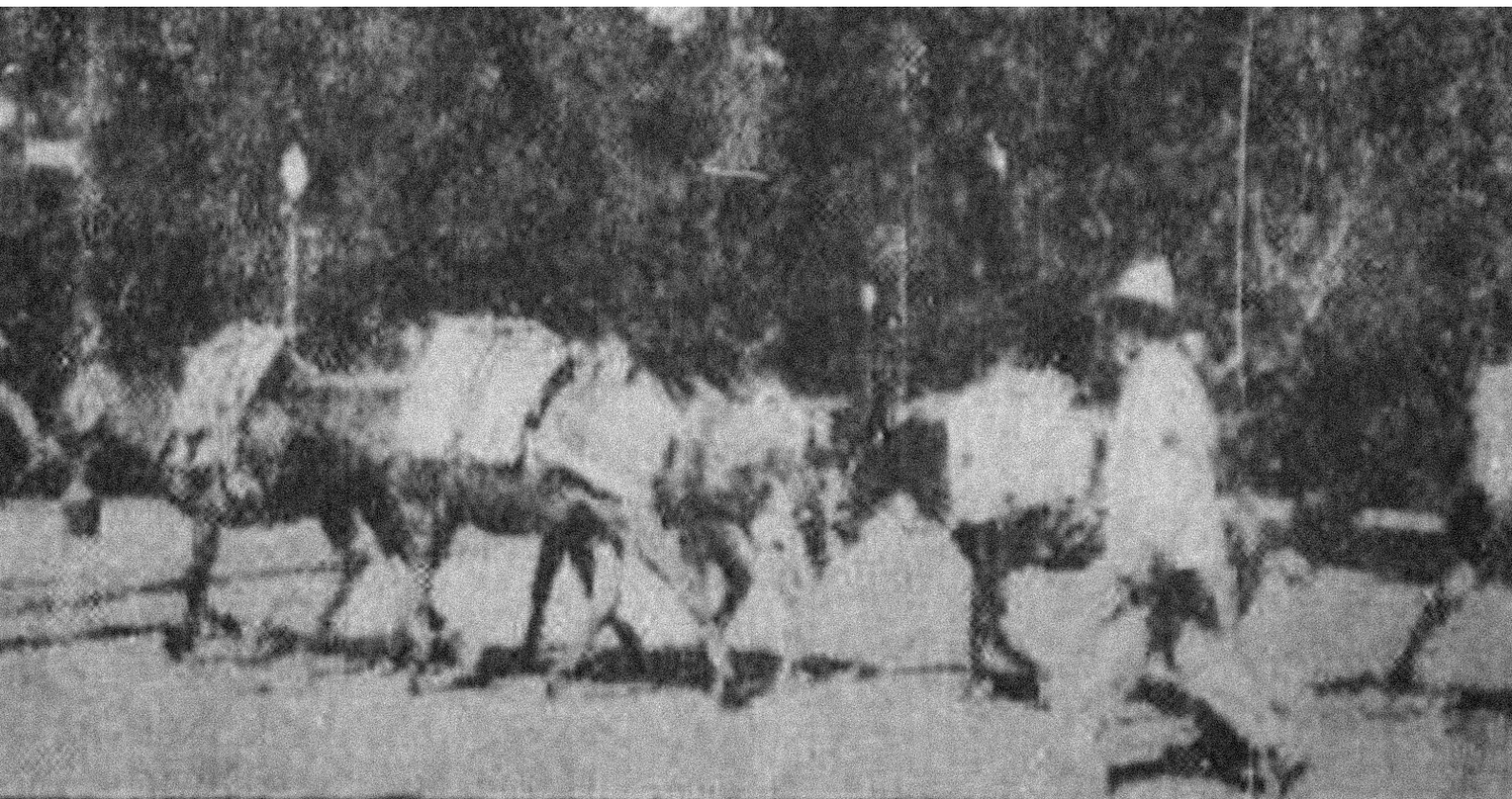
Methodicamente, tangidos pela figura typica do “tocador”, eles cruzam as ruas centraes da cidade, displicentemente, como se estivessem nos chapadões do sertão distante.

São animaes de tropa, ajaezados a rigor, com as cangalhas e toda a indumentaria da praxe, dando uma nota de rusticidade a “urbs” moderníssima. É verdade que os olhos da gente se alegram com esse espectáculo de ingenuo regionalismo, mas há pessoas de fora, de espirito menos contemplativo, que não se commovem com isso e, ao contrário, passam a dizer cousas feias da cidade... (Bello..., 1929, p. 1)

E ainda, anos antes, na Chronica Social do Diário de Minas se criticava um hábito específico, considerado de cidade pequena, algo que não condizia com a nova urbe, com a modernidade da nova cidade da qual se esperava um anonimato. Tal anonímia, que não condizia com hábitos da época, em que os jornais tinham seções para avisos sobre aniversários, falecimentos, visitantes, hóspedes dos hotéis da cidade e uma lista

Figura 12 - Tocador (1929)

Fonte: Estado de Minas (modificado pelo autor)



sobre quem havia viajado no dia anterior para outras localidades.

Bello Horizonte, que tem muito dos grandes centros, possui ainda umas cousas de cidades pequenas, que estão precisando de ser banidas de nossos costumes. Quereis saber de uma? Ahí está o hábito, felizmente dia a dia menos generalizado, de atormentar-se a quem vae fazer viagem com pedidos para ser portador de embrulhos destinados a pessoas estranhas quase sempre, moradoras em cidades do interior. (X, 1920c, p. 2).

Julião (2011) dá o nome de cidade híbrida para Belo Horizonte, devido a essa indecisão de grande cidade, situada no sertão provincial. A ambiguidade entre cidade moderna e cidade do interior acompanha o desenvolvimento da capital, até os dias atuais. A característica de cidade pequena se manteve, definida pelo conhecimento pessoal entre os habitantes e a participação de uma vida comunitária (Calvo, 2013, p. 83), rejeitando parcialmente o anonimato que a cidade moderna pedia e buscava trazer consigo.

Em oposição à característica das cidades provincianas, onde a individualidade de cada pessoa se dá através de seu próprio ser, pelo seu nome e como é conhecida, o novo modo de vida trazido com a modernidade se busca, na verdade, o anonimato, onde se cultiva “um falso individualismo através da busca de sinais de posição, de moda, ou marcas de excentricidade individual” (Harvey, 2008, p. 34). Dessa forma, Belo Horizonte se encontra num meio termo entre tentar buscar a modernidade, sendo projetada para tal anonímia, ao passo que sua população vinda de outras cidades mantém seus costumes provincianos, onde conhecer as pessoas é essencial.

O aspecto vazio de Belo Horizonte era uma característica da jovialidade da cidade, ainda em construção, que se expandia à medida que novos espaços eram necessários. Até a década de 1920, o espaço da Praça Raul Soares ainda era um vazio, apenas movimentação de terra e a abertura da via haviam sido feitas, com marcação do meio-fio instalado. No entanto, em 1929, devido ao crescimento da cidade nessa região, foi anunciado no Estado de Minas o ajardinamento da praça:

Breve serão ajardinadas as Praças Raul Soares [...] O da Praça Raul Soares vae ornamentar o ponto de intersecção de quatro Avenidas – Paraopeba, S. Francisco, Christovão Colombo e Amazonas [...] Bello Horizonte será pois, em breve tempo, a cidade dos jardins – O número destes nunca será excessivo. (O ajardinamento..., 1929, p. 1)

A definição que se dá de Belo Horizonte como a “cidade dos jardins” não era incomum no início do século XX, a percepção geral das pessoas sobre a cidade era de um lugar muito arborizado e florido. Esse contexto manteve-se até o crescimento

Figura 13 - Cidade dos jardins
Fonte: APM



residência

av. afonso pena



residência

praça sete



praça da liberdade

parque municipal



demográfico da cidade na década de 1980, quando as alterações viárias modificaram o paisagismo das vias urbanas para atender ao aumento populacional (IEPHA, 2014, p. 4).

“Esta Bello Horizonte não é só a cidade das árvores; é também a cidade das flores. Effectivamente, bem poucas cidades no Brasil (talvez nenhuma) terão tantos jardins públicos e particulares, como a nossa capital.” (X, 1920d, p.2). Como noticiado, a cidade não possuía apenas os jardins públicos de praças, parques ou das vias, mas as próprias residências particulares mantinham essa característica presente por toda área central de Belo Horizonte.

Há passagens em diversos jornais sobre a vivacidade da cidade com suas flores, jardins e árvores. Era visto nos jardins como uma maneira de contornar a monotonia da cidade, devido à sua morfologia ortogonal que gera uma previsibilidade na experiência do espaço, criando-se uma sensação de cidade vazia e dispersa, numa época em que ainda não era tão povoada.

São muito raras as cidades tão arborizadas como Bello Horizonte, dizia-nos elle, enquanto nos detinhamos ante o seu bello parque de selecção vegetal. Basta a nossa arborização para desmentir a pécha de cidade monótona, que nos atirou o professor Agache. As arvores plantadas em nossas ruas e avenidas, provocam, pela sua variedade, pelas differentes tonalidades de suas flores, contrastes permanentes, que tiram a cidade esse decantado ar de mesmice, que os maus observadores insistem em achar-lhe. Se a planta da Capital é monótona, a sua topographia, ao contrário, tão curiosa, empresta-lhe muita vida. (Da Cidade..., 1929, p. 1)

A cidade de Belo Horizonte nasce de preceitos modernos do século XIX, que abordavam mais as questões urbanísticas e higienistas, influenciados pelas grandes reformas de Paris feitas por Haussmann, e suas construções se mantinham em estilos predominantemente eclético, em voga na Europa no momento de construção da cidade. Seu cenário desde sua construção até a inauguração da Praça Raul Soares é marcado por algumas percepções gerais da população e reproduzido pelos jornais. No início da cidade, ainda em expansão, o lugar era visto por alguns como vazio e tedioso, que com a chegada de mais pessoas para residirem em Belo Horizonte, essa concepção foi se desfazendo. Em época anterior ao Estado Novo o sentimento nacionalista era comum e, de certa forma, marcou o evento de inauguração da praça, mesmo que não tenha sido abordado diretamente nos noticiários da semana do II Congresso Eucarístico.

Por fim, as outras duas características da cidade foram as que mais perduraram. Belo Horizonte foi a cidade das flores até o fim do século XX, quando a cidade começou

a crescer de forma excessiva e precisou modificar suas vias, diminuindo suas áreas verdes. Essa ideia de que a capital mineira é cidade grande com alma de cidade pequena, ocorria devido à população oriunda das cidades interioranas do estado; contudo, é um imaginário que até os dias de hoje ainda se escuta sobre a capital. Esse é o cenário de Belo Horizonte, que nasce moderna no século XIX como a primeira cidade planejada do país.

Figura 14 - Entorno da Praça Raul Soares - obras de asfaltamento (1930-1931)

Fonte: APM



2.3. A CIDADE MODERNA

Desde os motivos que levaram à escolha da nova capital e a concepção de seu desenho urbano, a modernidade acompanha a cidade de Belo Horizonte, antes mesmo de sua construção efetiva. Houve a busca por uma localidade que cumprisse os requisitos para melhor distribuir recursos ao estado e de uma cidade com características mais higienistas, assim como o desenho ortogonal, vias amplas e distribuição setorial da capital elaborado pela comissão construtora liderada por Aarão Reis. São características evidentes iniciais da construção de uma capital moderna para o estado.

A Praça Raul Soares foi construída com um design eclético e com desenho de piso inspirado na arte marajoara, uma mescla comum em artistas modernistas, mas que não definiu o que viria a ser a arquitetura moderna. No entanto, uma arquitetura, de fato moderna, surge na cidade a partir da década de 1940, apenas quatro anos após a inauguração da praça. Um importante marco para tal desenvolvimento da cidade é o governo de Juscelino Kubitschek como prefeito da capital mineira, que se iniciou em 1940. Um de seus primeiros trabalhos como governante foi a remodelação do centro de Belo Horizonte, que consistia no “asfaltamento de suas principais vias públicas e a modernização dos serviços correlatos de água, luz, esgoto e telefone” (Kubitschek, 2020, p. 35-36). As obras no centro foram prioridade, mas não eram tudo que o prefeito tinha em mente, segundo ele “A cidade precisava respirar. Adquirir seus próprios pulmões” (Ibid., p. 36).

Para isso ele convidou o professor e urbanista francês, Agache, para visitar a cidade, com intuito de que ele sugerisse um plano urbano para uma região no vetor norte de crescimento da cidade, a região da Pampulha (Kubitschek, 2020, p. 22). A localidade já havia recebido um plano de urbanização na gestão de Otacílio Negrão de Lima em 1935 (BAHIA, 2011, p. 105). O antigo prefeito havia realizado os alicerces da barragem e desapropriado os terrenos do entorno, que formavam o atual lago da Pampulha, base para o plano dessa urbanização (Kubitschek, 2020, p. 40).

Kubitschek desejava criar algo novo para a cidade na qual acabara de iniciar seu mandato e via muito potencial na região da Pampulha para empreender suas ideias. Contudo a sugestão do professor não lhe agradou, recomendou criar na região uma cidade-satélite para abastecimento da capital, o que fez com que ele até duvidasse da qualidade do profissional “não demonstrou a visão que seria de se esperar de um

urbanista de fama internacional” (Kubitschek, 2020, p. 36). Em suas palavras:

Quanto à Pampulha, então, nossa discordância foi radical. Em vez de uma cidade-satélite, o que eu pretendia construir ali era um recanto turístico. Qualquer coisa diferente de Belo Horizonte, capitalizando em benefício do plano a ser executado: a beleza do cenário, com a formação de um grande lago artificial, rodeado de residências de luxo, com casas de diversões que se debruçassem sobre a água. Agache inclinava-se para o utilitarismo. Mas o meu pensamento era lírico: a natureza transformada em fator de plenitude espiritual, a serviço da comunidade. (Kubitschek, 2020, p. 36).

Em seus discursos, atitudes e ideias perante o projeto é possível observar a importância dada tanto à função quanto à estética da região. Um local para turismo e lazer da população, e um cenário de grande beleza, com muito contato com a natureza - diferente do centro urbano, que vinha sendo asfaltado em sua gestão.

Um prefeito não deve pensar tão somente em coisas práticas. A beleza, sob todas as formas, precisa fazer parte de suas cogitações. Numa cidade, vivem massas humanas que sentem que são capazes de emoções e que, portanto, não prescindem de estimulantes espirituais. Em face daquele desafio, o que pretendia era aliar o útil ao agradável: criar um centro de turismo e, ao fazê-lo, emprestar uma ressonância de poesia à iniciativa municipal. (Kubitschek, 2020, p. 41).

Para a elaboração do tão sonhado projeto urbano da Pampulha, JK chegou a abrir um concurso, que, para ele, resultou em um desapontamento devido às propostas apresentadas. Elas seguiam o estilo convencional dos edifícios públicos que já existiam na cidade, no máximo alguma variação desse estilo. Seria uma aberração, para a fluidez que ele via no espaço, o estilo normando encontrado nas propostas pelos artistas brasileiros. (Kubitschek, 2020, p. 41).

Tal situação se prolongou, até que, certo dia, o diretor do Departamento do Patrimônio Histórico Nacional, Rodrigo Melo Franco de Andrade, numa conversa sobre seu descontentamento com a Pampulha, ele indicou um jovem arquiteto que apresentava originalidade artística, apesar da pouca idade, e estava na cidade (Kubitschek, 2020, p. 41). O jovem arquiteto se chamava Oscar Niemeyer, que, no dia seguinte, já lhe apresentou os esboços feitos para o lugar em seu próprio quarto de hotel:

Nunca havia visto um edifício com uma rampa em lugar de escada, e muito menos paredes de vidro, em substituição às de tijolos. A igreja, então, revelava uma nova concepção ousada, absolutamente revolucionária. Aceitei imediatamente o esboço. (Kubitschek, 2020, p. 43).

O encontro acidental do governante com o jovem arquiteto marca uma relação que perdurou por longos anos, em diferentes momentos da carreira política de JK. Contudo, nesse primeiro momento, eles tentaram implantar uma certa revolução arquitetônica

na cidade ainda muito provinciana, apesar de ser capital. Visto que “Minas, apesar da intensa atividade dos seus intelectuais e artistas, não conseguira libertar-se do conservadorismo, que era a sua característica mais expressiva. Conservadorismo social, religioso e mesmo político” (Kubitschek, 2020, p. 43).

O conjunto arquitetônico, projetado por Niemeyer a pedido de Juscelino para a Pampulha, consistia em quatro unidades: o Cassino, o late Clube, a Casa do Baile e a Igreja. Era para JK uma obra-prima de urbanismo, arquitetura e de senso estético, que não se engrandecia apenas pelo site-specific, mas pela introdução da água como novo elemento e integrador na paisagem.

Em relação aos quatro edifícios, Kubitschek ficou a cargo de supervisionar a decoração interna do ambiente, apenas a Igreja São Francisco. Os outros três ficaram responsáveis pelas diretorias que fariam a administração do espaço. Para isso, Niemeyer indicou para o trabalho Cândido Portinari. JK, no entanto, tinha seus receios, devido ao momento do artista em relação ao seu trabalho, contudo a insistência do arquiteto “não poderia ter sido mais feliz”. (Kubitschek, 2020, p. 71-72).

Além da própria arquitetura do local, Juscelino se importava com o paisagismo que ornaria a ousada empreitada arquitetônica e urbana. Para isso ele convidou o paisagista Roberto Burle-Marx, que ficaria a cargo da seleção de plantas para formar o fundo do complexo de turismo e lazer (Kubitschek, 2020, p. 62). Tanto o paisagista quanto o arquiteto, que definiram os projetos da orla da represa, tanto as quatro edificações quanto o paisagismo, também ficaram a cargo da residência do prefeito (Bahia, 2011, p. 110). A casa particular de JK fazia parte também de sua ideia para o complexo da Pampulha, que desejava, ao seu entorno, a construção de residências de luxo com jardins em suas fachadas e fundos.

Após o projeto pensado e algumas questões burocráticas, ainda restava uma questão a ser resolvida, a Lagoa da Pampulha ainda se encontrava isolada da cidade em 1940. Era necessária uma conexão com o centro para que a área de lazer pudesse ser aproveitada pela população. Assim, outra obra surgiu durante seu mandato de prefeito, a Avenida da Pampulha, atual Avenida Antônio Carlos:

Mas a Pampulha não poderia ficar isolada de Belo Horizonte – ser um recanto paradisíaco, mas sem qualquer vínculo com a capital. A ligação teria de ser cogitada. Uma estrada inteiramente nova ou a melhoria da existente, que levava ao aeroporto? Ou talvez uma avenida moderna, ampla, digna da iniciativa a que iria servir? Optei pela última alternativa: uma avenida. Seria a Avenida da Pampulha. (Kubitschek, 2020, p. 43)

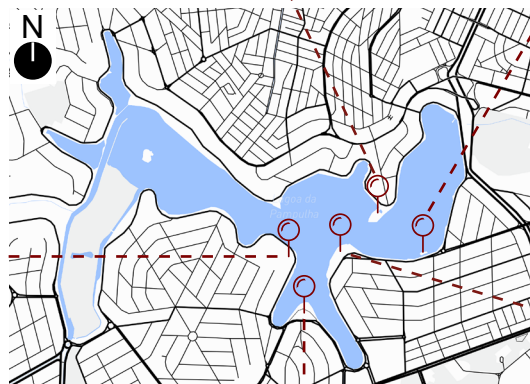


iate clube



cassino

residência JK



casa do baile

igreja são francisco



Figura 15 - Complexo Arquitetônico da Pampulha
Fonte: arqBH; IEPHA; mapbox. Autoria própria (2024)

Para isso JK imaginou uma rodovia com 8 quilômetros de extensão, com largura de 25 metros onde se encontrava em perímetro urbano e 125 no perímetro rural, fazendo dela não uma rodovia, mas em suas palavras, "um verdadeiro boulevard, do tipo dos que havia visto em Paris" (Kubitschek, 2020, p. 52). A via de fato foi construída, mas não com a exuberância toda com a qual JK sonhava, mas veio a ser equipada com bondes após sua abertura e ainda hoje é a principal via de acesso à região.

A Avenida Pampulha criada na década de 1940, uma ligação direta com o centro da cidade, não só física, mas simbólica. Ela faz a conexão entre a modernidade da cidade planejada com a arquitetura moderna da Pampulha, no momento em que o processo de modernização se desenvolve na cidade, como uma indicação do percurso que JK imaginou para o futuro desenvolvimento da cidade.

Toda a ideia do conjunto surgiu no primeiro ano de JK junto à prefeitura em 1940, realizando as propostas arquitetônicas e aspectos técnicos administrativos para que pudesse sair do papel, por isso o complexo foi construído entre 1941 e 1945. Foi inaugurado oficialmente em 1943, sendo que o Cassino e a Casa do Baile já tinham suas atividades iniciadas no ano anterior e as outras obras ainda não completamente concluídas (Bahia, 2011, p. 112). No mesmo momento, em 1942, iniciou-se na região parte do plano urbano de Agache, e começaram a ser construído bairros adjacentes ao lago da Pampulha, trazendo novos usos ao lugar e conferindo o aspecto de cidade-satélite como o francês imaginava para a região (Ibid.).

Figura 16 - Avenida Antônio Carlos
Fonte: APM e MHAB. Autoria própria (2025)





Figura 17 - Primeira Igreja Batista e Edifício Randrade (194-)
Fonte: acervo PIB-BH

No período de construção entre 1941 e 1945 do complexo, a Praça Raul Soares, no centro da cidade, começaria a ver sua paisagem também transformada pelo início das construções verticais em seu entorno imediato, auxiliando a ocupação da região pela presença de apartamentos residenciais, aumentando a concentração de habitantes na área da cidade que vinha se expandindo. Em 1941, o primeiro edifício foi construído na praça, junto com a Primeira Igreja Batista, marcando o início da paisagem da praça como a conhecemos hoje.

A imagem de Juscelino para a Pampulha era de um espaço de turismo e lazer para toda população da cidade e ao seu redor residências de luxo, para compor com o senso estético que tinha para o espaço. Mas foi a elite da cidade que adotou o uso do complexo, principalmente o Cassino e Casa do Baile. Pelo menos no início, a população de menor renda não frequentou o espaço, mas com o tempo o espaço se transformou ao passo que a região se consolidava como espaço de moradia e lazer como (Bahia, 2011, p. 113).

O complexo arquitetônico da Pampulha é o marco inicial da arquitetura moderna na cidade de Belo Horizonte, e da colaboração entre Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer, colaboração que se repetirá nos anos subsequentes, seja no mandato de governador de Minas, entre 1951 e 1955, seja na presidência do país, de 1956 a 1961.

O governo presidencial que marca, também, a arquitetura e urbanismo moderno do Brasil e reafirma a parceria, com a construção de Brasília, onde Niemeyer projeta o complexo arquitetônico da nova capital brasileira sobre o plano urbano de Lúcio Costa.

Vale destacar que embora a Pampulha seja o marco inicial da arquitetura moderna da cidade, a sua ascensão não se fez por fatos isolados, mas sim por uma construção social ampla, compreendida por diversos fatores, até mesmo desde sua construção (Brant, 2012, p. 25). A criação da primeira Escola de Arquitetura autônoma do país, não integrada à engenharia ou belas artes, em 1930 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi de grande influência para o desenvolvimento do pensamento moderno na arquitetura da cidade. A discussão sobre arquitetura moderna já existia anteriormente à Pampulha, Sylvio de Vasconcellos já se afirmava a favor do movimento, além de outros arquitetos, principalmente egressos da primeira geração da Escola de Arquitetura da UFMG, que pela autonomia e ideais de seus fundadores se alinhavam ao espírito moderno da época (Bahia, 2011, p. 114). Contudo, a modernização de Belo Horizonte não se faz somente com a arquitetura moderna da Pampulha, mas no mesmo período, inicia-se com as transformações urbanas viárias, verticalizações e a mudança da própria cultura dos seus habitantes.



3. MODERNIZAÇÃO, VERTICALIZAÇÃO E A PRAÇA RAUL SOARES

3.1. O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO

A partir de 1940 o centro comercial tendia a se tornar uma zona morta na cidade, o que não ocorreu devido à interpretação da legislação pelo mercado imobiliário sobre sua ocupação. A produção de moradias se manteve em conjunto com o comércio na zona central, o que gerou um espaço sobrecarregado na cidade com muita ocupação e congestionamento. Vista de forma negativa na percepção de arquitetos modernos, que pensavam em manter o centro ativo apenas durante o dia, em horário comercial. (PLAMBEL, 1979, p. 271).

Em 1956, visando um descongestionamento da área, o arquiteto Silvio Vasconcelos, proferiu uma fala que indica a verticalização como solução de muitas grandes cidades brasileiras para a especulação imobiliária, mas que no caso de Belo Horizonte não seria necessário devido ao espaço ainda disponível para construção. Ele sugere que o centro comercial deveria se manter como tal, sem a presença de residências, que deveriam se concentrar nas zonas específicas para seu uso. Por fim, comenta que a verticalização levaria à especulação em Belo Horizonte e a concentração de capital nas mãos de poucos. (Vasconcelos, 1956, p. 1 apud. PLAMBEL, 1979, p. 271-272).

As ideias modernistas da arquitetura foram compatíveis com os avanços da ciência, assim como o positivismo do século XX, momento que as cidades começaram a se tornar verdadeiras máquinas de morar (Somekh, 1994, p. 82). O surgimento do arranha-céu, assim como a setorização da cidade, em lazer, moradia e comércio, são consequências e reflexos de tais questões. Estas soluções apareceram tanto em projetos quanto em manifestos, como é o caso da Carta de Atenas de 1933, que guiou a arquitetura e o urbanismo nos 30 anos seguintes, com o zoneamento funcional da cidade.

O urbanismo e a verticalização, materializada no arranha-céu, fazem parte de um processo de expansão de ideais internacionais, mais especificamente, norte-americanas, advindas da divisão internacional do trabalho no momento pós-guerra (Somekh, 1994, p. 79). A partir de então, vê-se um processo e um desenvolvimento de modelos que buscam uma standardização. Almeja-se uma arquitetura internacional, num momento de globalização, em que a arquitetura serviria como meio de uniformizar e estabelecer um padrão por todo o mundo.

Um interesse do governo mineiro sempre foi a criação de uma região para concentrar um polo industrial, como forma de afastar os centros residenciais e de comércio. Essa necessidade ganhou materialidade em 1941, com o Decreto 770, que desapropria terrenos para criação do parque industrial, mas tal desenvolvimento florescerá, de fato, após 1946, quando se promulgaram mais dois decretos. O primeiro, que abre crédito para a efetuação de obras no local e o segundo que regulamenta o funcionamento das indústrias (PLAMBEL, 1979, p. 261).

Tabela 01 - Estabelecimentos Instalados na Cidade Industrial – 1950/1961

Ano	Estabelecimentos	Operários
1950	16	1.268
1952	21	2.850
1954	-	3.609
1957	38	-
1961	87	-

Fonte: (PLAMBEL, 1979, p. 274)

A criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) foi um fator que se relacionou diretamente com o desenvolvimento e expansão do parque industrial, que, em 1953, se incorporou como distrito de Contagem. O acentuado crescimento do número de indústrias e operários a partir dessa data, teve como maiores causas a criação da CEMIG, a diversificação da estrutura industrial promovida e a política de captação de capital, tanto nacional quanto internacional. (PLAMBEL, 1979).

No caso de Belo Horizonte, a setorização da cidade surgiria a partir dessa ideia de cidades-satélites, que se inicia com a ideia de Agache para Pampulha, que, embora ele voltasse para um utilitarismo, se tornou uma zona de turismo. Outras foram criadas ou se desenvolveram, como o centro, que se voltou ao comércio e a criação da Cidade Industrial, mas ocorreu uma zona agrícola para além do parque industrial, e uma zona residencial, mais popular e muito afastada, após a Pampulha.

Tal concepção e setorização da cidade foram planos e projetos, de prefeitos e governadores. JK, enquanto prefeito, deu início à Pampulha, e a Cidade Industrial surgiu de um decreto do governador mineiro, Benedito Valadares. A fala do prefeito Otacílio

Negrão de Lima em relatório à Câmara em 1948 deixa claro o projeto para a cidade:

Belo Horizonte não tem possibilidades de oferecer os serviços de infraestrutura demandados pela população crescente. Esta é a razão principal porque entendemos necessário criar as cidades satélites ao redor da cidade. O Barreiro está destinado a ser a cidade satélite agrícola. A Cidade Industrial a meio caminho do Barreiro e de Belo Horizonte serão centro fabril; temos como cidade de turismo e diversão a Pampulha. Venda Nova constituirá um belo centro residencial, uma verdadeira cidade popular. Como centro de atração desse conjunto harmônico ficará Belo Horizonte. Conseguido esse objetivo, a Capital de Minas poderá comportar 1 milhão de habitantes, confortavelmente instalados, bem servidos de utilidades e vivendo felizes. (Lima, 1949 apud PLAMBEL, 1979, p. 262-263)

É uma visão alinhada com os pensamentos modernos e urbanos do período. Contudo, acentuou o espraiamento da cidade que já acontecia desde sua formação, quando a maior parte da população se assentou nas zonas suburbanas e rurais, em vez de na zona urbana delimitada pela Av. do Contorno, fato que se deu por inúmeros motivos, como a especulação e alto preço dos imóveis na zona central. Apesar disso, nesse momento, o afastamento da cidade com o centro não é visto como um problema, como havia sido anteriormente. Agora, torna-se projeto de uma cidade zoneada, dividida em setores funcionais, que a realização de alguma atividade, seja lazer, compra ou serviço, envolve o deslocamento para a Pampulha, o Centro ou a Cidade Industrial.

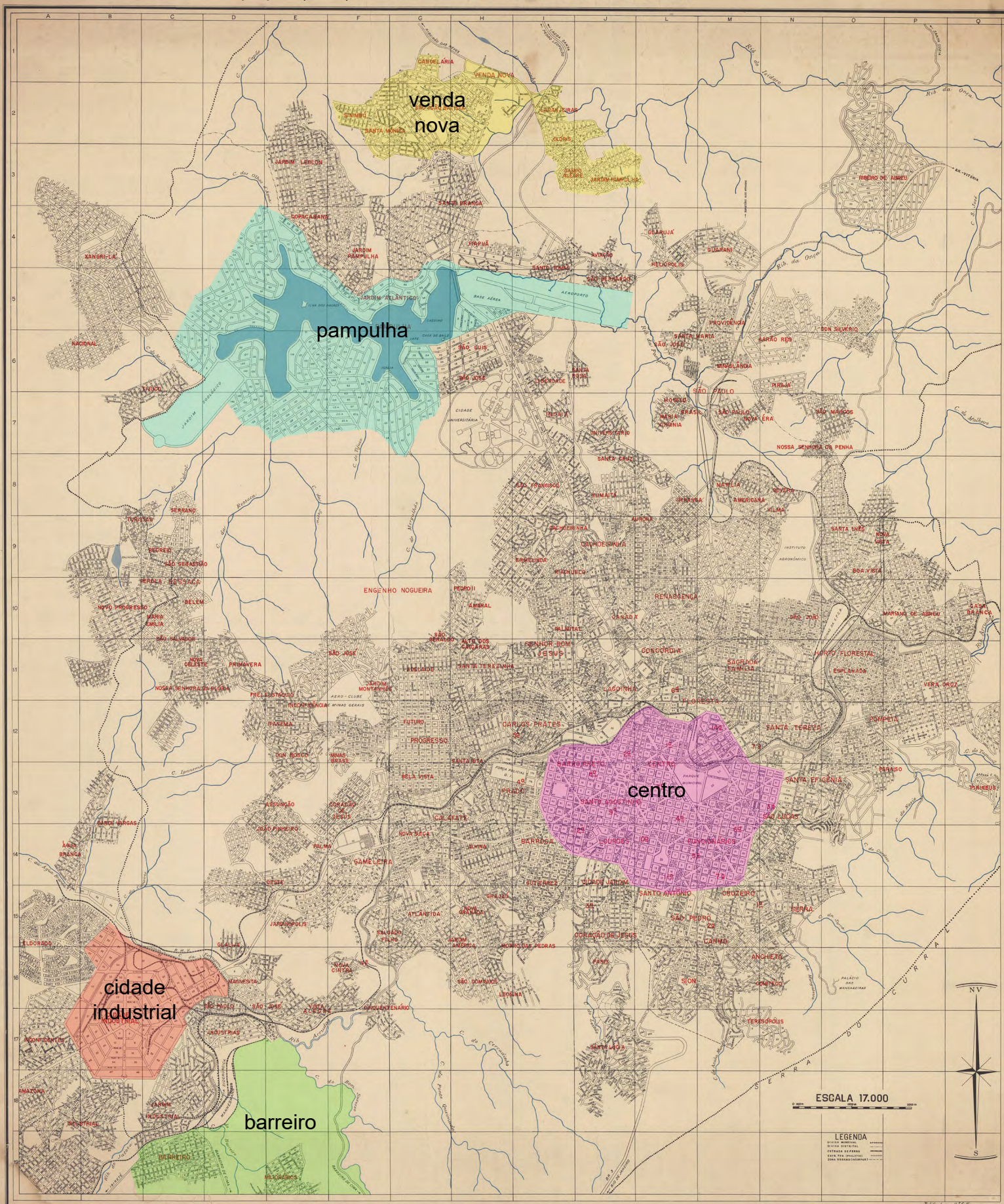
Hoje, tais regiões mudaram muito, a Cidade Industrial é a que mais se mantém setorizada, mas a Pampulha se desenvolveu com residências e comércio. Enquanto isso, Venda Nova e Barreiro desenvolveram-se praticamente como novas cidades completas dentro da capital mineira, uma resposta devido à distância que se encontram do centro, criando para si uma autonomia para o cotidiano de sua população residente.

A cidade se subdividia em zonas, ao mesmo tempo que sua mobilidade se encaminhava para se alterar. O automóvel vinha se impondo como preferência de transporte, “o veículo ideal”, que atendia às conveniências particulares (Kubitschek, 2020, p. 23). Quando JK assume a prefeitura, a cidade se encontrava bem servida com estradas de ferro, contudo era um desejo do prefeito acompanhar o que vinha ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos, e via necessidade de preparar a cidade para a era que surgiria, o rodoviarismo, que requereria uma rede de estradas de rodagem (Ibid.)

JK não apenas previu o crescimento viário do país e de Belo Horizonte, mas também o impulsionou. Contudo no período em que esteve à frente da administração da cidade, no início da década de 1940, o meio de transporte comum da cidade ainda era o bonde, que surgido na cidade em 1920, que só atingiria seu auge no final da

Figura 18 - Cidades-satélites
Fonte: APM. Autoria própria (2024)

BELO HORIZONTE



Execução: Achilles Paz e Jayme Rocco da Nazareno

PLANTA ORGANIZADA EM 1958 PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Presidente da República
DR. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

Prefeito de Belo Horizonte
ENG.º CELSO MELLO DE AZEVEDO

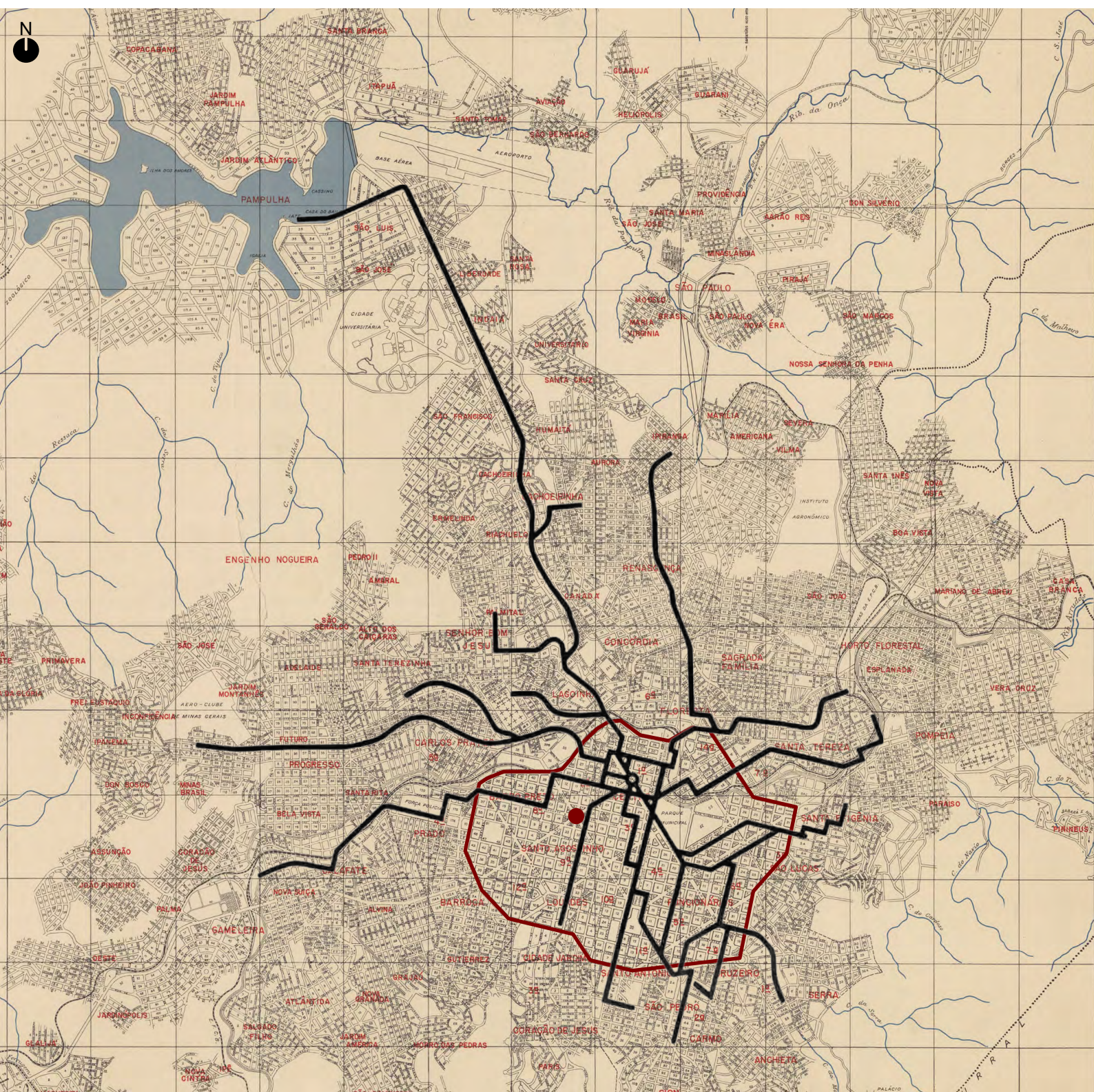
Governador de Minas Gerais
DR. JOSÉ FRANCISCO BIAS FORTES

Reprodução Proibida
Direitos Reservados da Prefeitura de Belo Horizonte
T. DO DR. ACHILLES PAZ

mesma década. Em 1950, tem o começo da diminuição das suas linhas e vê seu fim decretado em 1963 com a desativação das últimas linhas (Paranaíba, 2012).

Como uma pessoa que acreditava no desenvolvimento do sistema viário, enquanto prefeito de Belo Horizonte, realizou obras para que sua visão de mundo se concretizasse. Em seu mandato, abriu e ampliou diversas avenidas radiais, como: Amazonas, Pampulha, Silviano Brandão, Pedro II, Francisco Sá e Teresa Cristina, para o crescimento dos

Figura 19 - Linhas de bonde
Fonte: APM; Estado de Minas . Autoria própria (2025)



bairros da cidade (Kubitschek, 2020, p. 48).

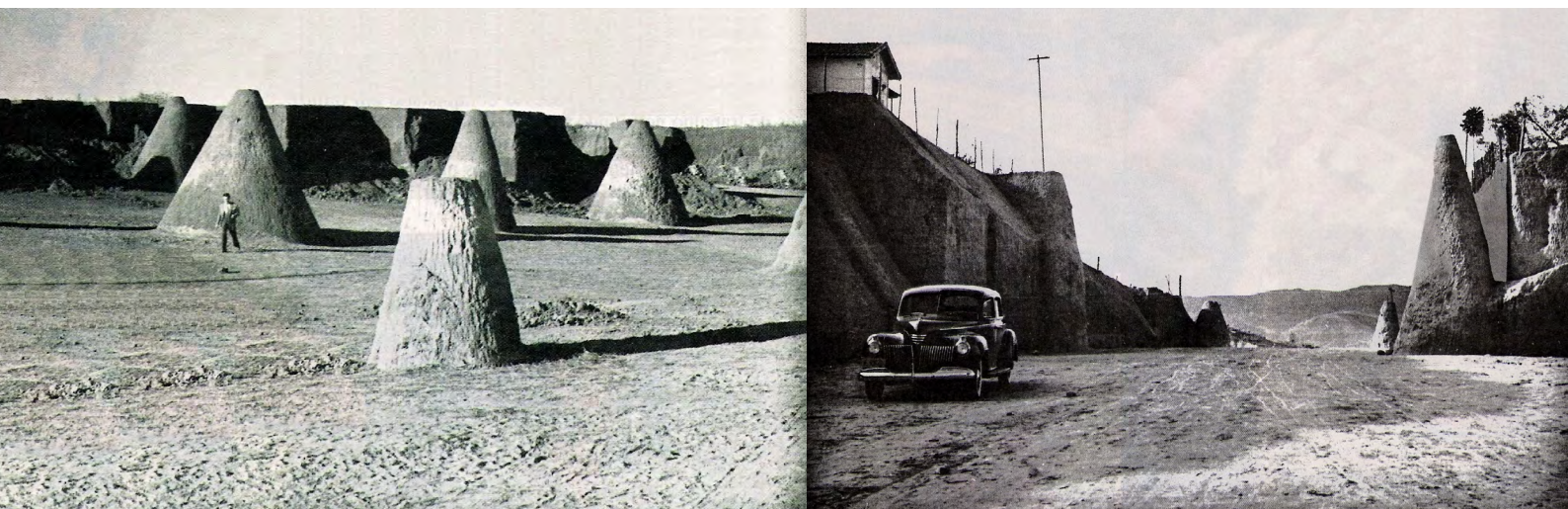
O prolongamento da Avenida Amazonas foi importante para o fluxo de Belo Horizonte. Construída inicialmente pela Comissão Construtora, estendia-se da Praça Rui Barbosa até a Avenida Barbacena, com extensão de 1.725 metros. A iniciativa da prefeitura então era de estendê-la além da Avenida do Contorno, até o encontro com o Rio Arrudas e Avenida Tereza Cristina, fazendo a ligação com o bairro da Gameleira, uma ampliação de 3.600 metros, por parte do poder municipal (Kubitschek, 1941, p. 20-21).

Para tal obra seriam aproveitados os paralelepípedos retirados na reforma da Avenida Afonso Pena e haveria grande mobilização da frota de caminhões da prefeitura para a terraplanagem das áreas, mas, como metade deles se encontrava parada, necessitando reparos, a prefeitura contratou carroças particulares. De acordo com JK, o número, em uma semana, chegou a 10 mil unidades de carroça, fazendo com que a avenida fosse construída em “velocidade incrível” (Kubitschek, 2020, p. 29-30). Possivelmente um número exagerado, registrado em seu livro de memórias, mas que ainda sim conta parte da ampliação de tal avenida, que perpassa a Praça Raul Soares e é responsável por seu maior fluxo até os dias atuais.

O poder estadual ainda realizou a ampliação de outra parte, que a prolongou até a Cidade Industrial do Ferrugem, onde posteriormente seria a Cidade Industrial de Contagem, totalizando nove quilômetros de extensão desde a Praça Rui Barbosa. Assim, a Avenida Amazonas passa a conectar-se com a Rodovia Fernão Dias (BR-381), que liga as capitais mineira e paulista, facilitando também o fluxo para o Sul, Oeste e Triângulo Mineiro. (Kubitschek, 1941, p. 21).

JK pavimentou não apenas avenidas, mas o caminho para que o sistema viário se desenvolvesse em Belo Horizonte. O primeiro “boom” de crescimento dos automóveis, no

Figura 20 - Abertura da Avenida Amazonas (1941)
Fonte: acervo Wilson Baptista



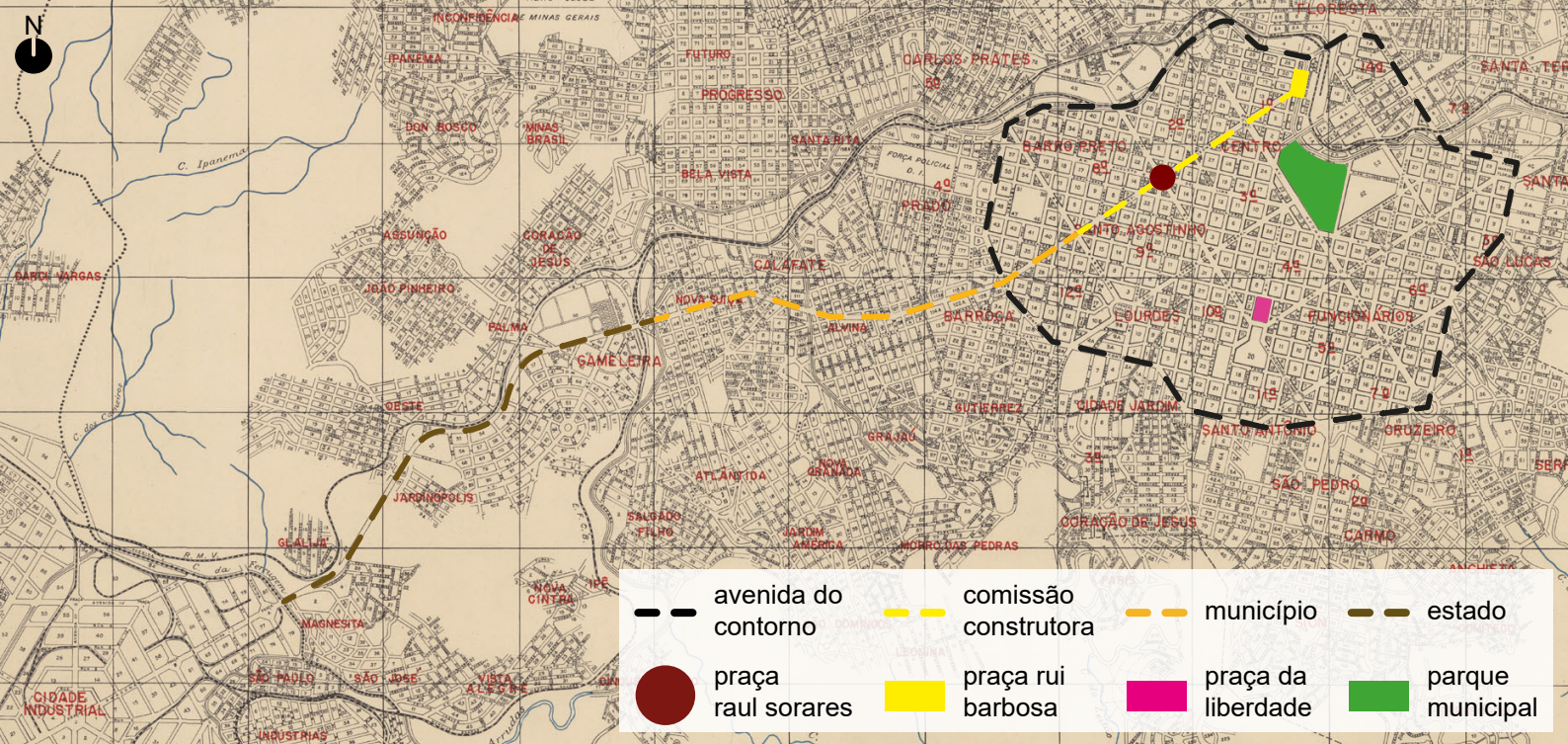


Figura 21 - Área de Ampliação da Avenida Amazonas por cada poder público
Fonte: APM. Autoria própria (2025)

entanto, ocorreu apenas uma década após seu mandato, coincidindo com a diminuição e término das linhas de bonde. Entre 1954 e 1981, a frota de veículos, em números absolutos, aumentou mais de 29 vezes, e 7,5 vezes na proporção com a população. Uma característica comum é que, quando os transportes públicos diminuem, os particulares aumentam. Somado a isso, há o período de industrialização e o milagre econômico do país, que influenciaram nesse aumento de carros particulares.

A internacionalização de um padrão baseado nos moldes estadunidenses não se

Tabela 02 - População e Frota total automóveis em Belo Horizonte

Ano	População	Frota de Automóveis	Carros por mil/hab.
1927	88.691	1.184	13,3
1940	211.377	2.799	13,2
1945	273.053	2.911	10,7
1954	462.207	12.675	27,4
1981	1.801.385	371.916	206,5
2002	2.265.163	742.116	327,6
2010	2.375.444	1.340.071	564,1
2020	2.521.564	2.184.604	866,4

Fonte: (Veloso, 2023, p. 109)

deu apenas no urbanismo e arquitetura. “A arquitetura não é contudo o único elemento da modernidade. Se tomarmos o ambiente cultural de Belo Horizonte nos anos 50, notaremos uma efervescência próxima a de qualquer grande centro urbano” (Pimentel, p. 87). A partir dos anos de 1940, o modelo cultural francês, que prevalecia entre a elite, foi substituído pelo estadunidense, com forte presença do cinema, publicidade e jazz (FJP, 2001b, p. 151). A cidade passa por um momento de transformação em que não só a cidade se altera, estética ou espacialmente, mas também o modo de viver dos habitantes, o que é consumido enquanto cultura, lazer e até mesmo comércio.

No início dos anos de 1950, a indústria do cinema belo-horizontino encontra seu ápice. No centro comercial, que se estende até a Praça Raul Soares, havia quase três dezenas de “cinemas lançadores” de acordo com a imprensa (FJP, 2001a, p. 58). É nesse período que o Cine Candelária, na Praça Raul Soares, é inaugurado na esquina com a Av. Bias Fortes, número 315. Um espaço na cidade que começa a ter uma vida cultural ativa, devido à construção dos prédios residenciais, cinema, bares e restaurantes.

Inaugurado em 1952, o caso do Cine Candelária chega a ser único na cidade. Seu maior uso e importância mantiveram-se desde sua abertura até a década de 1970.

Figura 22 - Cine Candelária (1974-1979)
Fonte: Estado de Minas





Figura 23 - Cine Candelária (198-)
Fonte: Estado de Minas

Contudo, nos anos de 1980, com o declínio do audiovisual na cidade e momento de crise financeira, o espaço passou a exibir filmes pornográficos, até 1992, momento em que encerrou suas atividades. Como pode ser visto nas imagens, além da presença da placa indicando os filmes com cena de sexo, a pintura se alterou, antes era listrada na década de 1970, passou a ser de uma só cor, e observa-se uma pichação, uma soma de fatores que indicam o declínio do audiovisual na cidade durante a década de 1980.

O Cine Candelária foi tombado no ano de 2009 e se encontra em ruínas devido a um incêndio ocorrido em 2004, não tendo passado por nenhum tipo de reforma ou restauro até o momento (Ayer, 2013). Embora, em 2012, tenha sido aprovada uma restauração no Diário Oficial do Município, pela Deliberação nº 163/2012, incluindo a adaptação para novo uso do bem cultural e a execução do novo letreiro seguindo a tipografia do original (PBH, 2012, p. 6), nada foi realizado, apesar da aprovação. Hoje, o terreno de 1100m² encontra-se à venda por 6 milhões de reais, sendo descrito que a fachada deve ser mantida devido ao tombamento, mas que um projeto de galpão com pé-direito de 11m está para ser aprovada no local (Lar..., s.d.).

O ponto de encontro cultural, que no início da cidade se concentrava na rua da Bahia, nas décadas seguintes passou a se abrigar em outros locais do centro. A Praça Raul Soares, de acordo com o documento da Fundação João Pinheiro (FJP), era um

lugar “no qual grupos de jovens desfilavam com suas lambretas, exibindo as últimas novidades” (FJP, 2001a, p. 62). Houve uma expansão do espaço frequentado pela elite cultural e classe média, contudo, ainda pequena, mesmo que tenha saído de uma rua, a concentração ainda se manteve na área central.

As atrações do entorno eram diversas. Além do cinema, havia bares e restaurantes, e o próprio espaço da praça, com sua fonte luminosa, era em dos pontos de encontro para a juventude belo-horizontina no entorno da Raul Soares. Belo Horizonte sempre se destacou com a quantidade de bares e restaurantes e, nas imediações da praça, na década de 1980, alguns funcionavam vinte e quatro horas por dia (FJP, 2001a, p. 72). Mesmo com o decaimento do cinema, ainda havia a ocupação e uso por parte da população.

Embora a vida cultural fosse intensa na cidade, é importante destacar que ela se limitava a classes sociais mais abastadas e aos grupos mais intelectualizados de camadas médias. Mesmo que na cidade houvesse numerosos concertos, peças teatrais e cinemas, além da inauguração de casas de espetáculo, a grande massa não chegava a consumir tais produtos (PLAMBEL, 1979, p. 212). Diversos fatores influenciavam para que a cultura se mantivesse nas classes econômicas superiores. Pode-se citar, por exemplo, a própria questão financeira, que limita o acesso ao público geral. Outro fator poderia se dar pela localização de tais requintes, que se concentravam no centro, onde a população de baixa renda não tinha acesso à moradia, dificultando que tais habitantes tivessem disposição e tempo para essas questões.

3.2. A VERTICALIZAÇÃO E O CONJUNTO KUBITSCHKE

O processo de modernização da cidade por JK não parou na remodelação do centro e na construção do complexo da Pampulha. Em seu primeiro ano à frente da prefeitura, foi sancionado um novo código de obras para Belo Horizonte (FJP, 2001b, p. 151), o que significou um avanço nas regulamentações das construções, embora ainda fosse um material “frágil para orientar o desenvolvimento acelerado e a consequente ocupação urbana” (Frade, 2011, p. 84).

O novo código aborda diversas questões, como nivelamento, alinhamento, afastamentos, iluminação e ventilação, contudo, trata apenas do que deve ou não ocorrer dentro do lote (Frade, p. 2011, p. 86). A capital mineira, conhecida como cidade dos jardins, passa a ter como obrigatoriedade a presença de jardim entre o logradouro e o lote, podendo gerar multa a quem não satisfazer a condição. Além do Capítulo X - Estética dos Edifícios, que, como o próprio nome insinua, aborda uma tentativa de padronização da paisagem urbana, são tratados aspectos da fachada, como saliências, toldos, vitrines, a obrigatoriedade de marquises nos comércios e a necessidade de sua continuidade pelos edifícios no mesmo quarteirão. Contudo, não trata sobre uma padronização específica de estilo, apenas menciona uma harmonia com o entorno, e tampouco se limita a verticalização das obras (Belo Horizonte, 1940).

Embora surja o novo código, o anterior não foi completamente revogado, a cidade passa a ter duas legislações sobre a regulamentação das construções, uma de 1930 e outra de 1940. Ambos os códigos tratam, muitas vezes, do mesmo assunto, com especificidades pouco diferentes, devendo prevalecer o Decreto-Lei de 1940 quando houver sobreposições de conteúdos, pois o novo código traz em seu segundo artigo a seguinte indicação: “Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário” (Belo Horizonte, 1940).

Dessa forma a Lei nº 363 de 1930, ainda vigora em relação ao que não está descrito na nova legislação. Neste caso, como exemplo, a legislação sobre alturas dos edifícios que aparece apenas no código de obras anterior, que define altura mínima de cinco metros para construções alinhadas à fachada, além de elaborar sobre restrições de altura para edifícios a partir de da relação de seus limites com planos inclinados traçados até o lado oposto (Belo Horizonte, 1930).

Em 1933, por meio do Decreto nº 165, foram feitas pequenas alterações na

numeração dos artigos e na divisão entre zona residencial e comercial, contudo, com a mesma restrição para ambos os casos:

- a) do lado da rua, por um plano com a inclinação de 50° sobre a horizontal, passando a 5m,00 (cinco metros) de altura na sua intersecção com o plano de alinhamento da face oposta da rua;
- b) nos lados, por outro plano com a inclinação de 50° (cincoenta graus) sobre a horizontal, partindo de 5m,00 (cinco metros) de altura, na sua intersecção com o plano passando pelos alinhamentos divisórios (Belo Horizonte, 1933).

No ano de 1938, foi sancionado outro decreto que alterou a alínea “b” do artigo passando o plano inclinado de 50° para 55°, favorecendo ainda mais a verticalização da cidade (Belo Horizonte, 1938). As leis e decretos, que surgiram em Belo Horizonte, entre 1930 e 1950, regulamentaram as construções e ocupações levando a um adensamento e à uma verticalização da cidade, principalmente na área central. Na época, essas questões ainda eram incentivadas, visto que tais concepções se enquadravam na ideia sobre progresso urbano vigente (Frade, 2011, p. 86-87).

O primeiro arranha-céu da cidade surgiu em 1935, o edifício Ibaté, onde JK tinha consultório até assumir o comando da prefeitura (Bahia, 2011, p. 94). O prédio, número 498 da Rua São Paulo, tem nome de origem tupi - que significa “o mais alto” - e possui um total de 10 andares, inovador para o período em Belo Horizonte, mas logo surgiram outros mais altos. A definição de arranha-céu se modificou com o tempo, surgiu no século XIX referindo-se a edifícios entre 10 e 20 andares, contudo, ao fim do século XX, passou a designar construção maiores de 40 ou 50 pavimentos (Britannica, 2024).

Com o aval da legislação, as edificações verticais começam a surgir já na década de 1930; mas, é a partir das décadas seguintes que a cidade, de fato, vê ver seu crescimento vertical aumentar significativamente, seguido do maior adensamento. Diversos edifícios construídos nas décadas de 1940 e 1950 ainda se mantêm entre os mais altos da cidade, como o edifício Acaiaca, na avenida Afonso Pena, e o Conjunto JK, localizado na Praça Raul Soares.

A Praça Raul Soares teve sua urbanização finalizada na metade da década de 1930, para o recebimento do II Congresso Eucarístico. Alguns anos depois, em 1941, foi aprovado o primeiro edifício vertical no entorno da praça, que nos anos e décadas seguintes veria o aumento da altura em sua vizinhança. Esses edifícios, de uso predominantemente residencial, auxiliaram na ocupação e no uso da região, que ainda era recente na cidade à época de inauguração da praça.

O edifício aprovado em 1941, o Randrade, com 10 pavimentos, foi o primeiro edifício vertical localizado na Praça Raul Soares e o primeiro projetado por um arquiteto formado na cidade, Luís Pinto Coelho. Localiza-se na Av. Augusto de Lima com a rua Rio Grande do Sul (FJP, 2001e). Desde sua aprovação, em 1941, a fase mais acentuada da verticalização do entorno da praça ocorreu até o início da década de 1960. Nesse período, mais cinco edifícios verticais foram aprovados, além do Randrade.

Os dois seguintes edifícios aprovados, encontram-se no mesmo quarteirão. Em 1945, o edifício Casablanca com um total de 13 pavimentos, voltado para a classe alta e projetado por Wady Simão, na interseção com a Av. Olegário Maciel e rua Guajajaras. Sete anos depois, em 1952, foi aprovado o edifício Copacabana, com 12 pavimentos, localizado no cruzamento com a Av. Bias Fortes projetado por Tarcísio Silva, contando com lojas e sobrelojas no térreo voltadas para o exterior. (FJP, 2001c).

Em 1953, iniciou-se a construção do maior e mais emblemático projeto do entorno. Encomendado por Juscelino Kubitschek, durante seu mandato como governador, o projeto foi novamente feito por Oscar Niemeyer. O edifício ocupa dois quarteirões que se localizam entre a Av. Amazonas e a Av. Olegário Maciel, separados pela Rua dos Guajajaras. O bloco A conta com 23 andares, e o bloco B, com 36 - obra que teve previsão de 24 meses para finalização, mas que só foi concluída na década de 1970. (Pimentel, 1989).

Os dois últimos edifícios aprovados no período foram o Pignataro, em 1958, projeto feito por Hemi Friedlaender - formado no Rio de Janeiro e professor da UFMG - de caráter residencial, com 17 pavimentos, situado na esquina com a Av. Augusto de Lima. E o edifício Paula Ferreira, aprovado em 1962, localizado ao lado do Randrade, entre a Praça Raul Soares e a Rua Rio Grande do Sul. Dividido em três volumes: um voltado para a praça com 17 pavimentos; um central, com 22; e outro voltado para a Rua Rio Grande do Sul, com 13. (FJP, 2001c).

Nesse período de verticalização da praça, outras construções também foram aprovadas. Destaca-se o templo da Igreja Batista, aprovada em 1938, que foi transferido para o local em 1942 (FJP, 2001d, p. 247). Em 1951, foi aprovado o projeto do Cine Candelária (FJP, 2001e, p.331), momento em que a cidade possuía grande demanda pelo lazer audiovisual.

Apenas mais dois prédios altos seriam aprovados na praça. Um em 1996, com uso misto no número 95, contudo, sua execução se deu apenas do pavimento térreo,

o que fez com que se tornasse estacionamento (FJP, 2001c, p. 481). O último foi aprovado no ano de 2000, ao lado do Cine Candelária, uma torre residencial com 19 pavimentos, projetada por Oscar Ferreira (FJP, 2001e, p. 375).

A década de 1950 foi o maior período de verticalização da praça, com a construção de dois edifícios, além da aprovação e início das obras do Conjunto JK. Contudo, pode-se afirmar que o maior crescimento em termos ocupação e aumento de densidade ocorreu a partir de 1970, com a inauguração do maior empreendimento da região, o Conjunto JK.

A possibilidade de construção de edifícios altos só se concretizou com os avanços tecnológicos, como o uso do aço e concreto na construção, além da invenção do elevador, fatores fundamentais para a viabilização dos arranha-céus (Casaril; Töws; Mendes, 2011). O avanço dos materiais construtivos permitiu a execução de estruturas e paredes menores, o que resultou no ganho de área útil. O elevador possibilitou o ganho de altura nas edificações, visto a impossibilidade de se locomover verticalmente apenas por meio de escadas.

Casaril, Töws e Mendes (2011) apontam esse processo de criação de novos solos sobrepostos em andares, visando à maior extração do lucro da terra. A verticalização, no entanto, apresenta duas faces: uma, já mencionada, que possibilita ao mercado imobiliário obter o maior lucro num espaço mínimo, ao multiplicar a área do terreno verticalmente; e outra, que promove a diminuição do preço dos imóveis, possibilitando que pessoas residam em locais aos quais antes não teriam acesso. Essas duas dimensões da verticalização podem, e tendem, a ser simultâneas, pois, mesmo quando há redução dos preços, as demandas das classes menos abastadas podem ser ignoradas, com o benefício se concentrando entre classes altas.

O Conjunto Governador Kubitschek merece um aprofundamento devido à sua grandiosidade, importância, complexidade e influência direta no espaço, e como ideal de modernização da cidade de Belo Horizonte. Uma concepção que surge novamente do encontro entre Niemeyer e JK, agora governador do estado. Desta vez, ela estaria encarnada num espaço central de Belo Horizonte, de grande valor, numa cidade ainda de médio porte, em que o Estado ficou responsável pela definição de seu futuro.

“A década de 1950, contexto histórico em que o projeto do Conjunto foi concebido, pode ser definida por uma única palavra: a modernização” (DPCA, 2021, p. 12). Novamente com autonomia para idealizar seu projeto, Niemeyer propôs a uma “nova

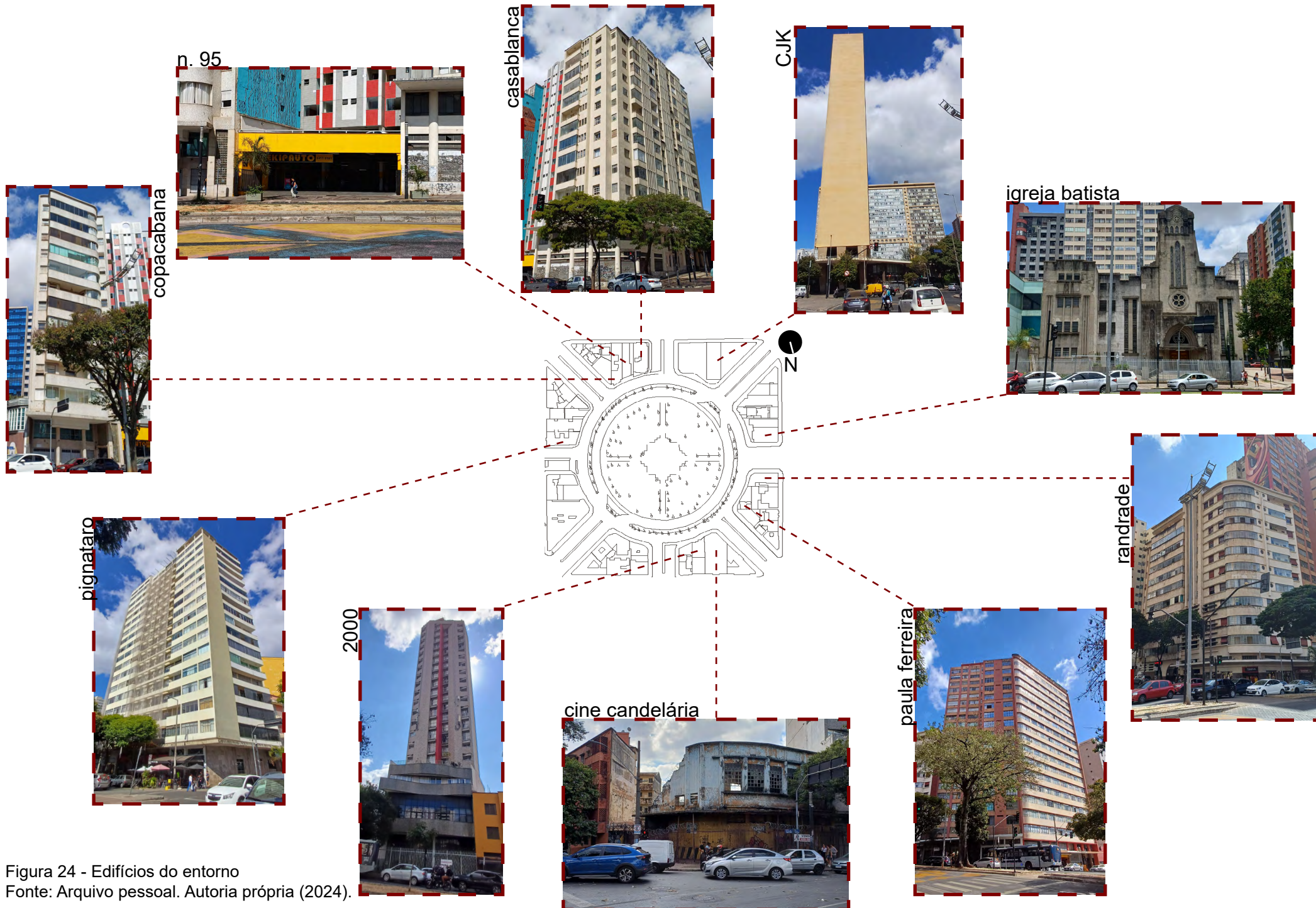
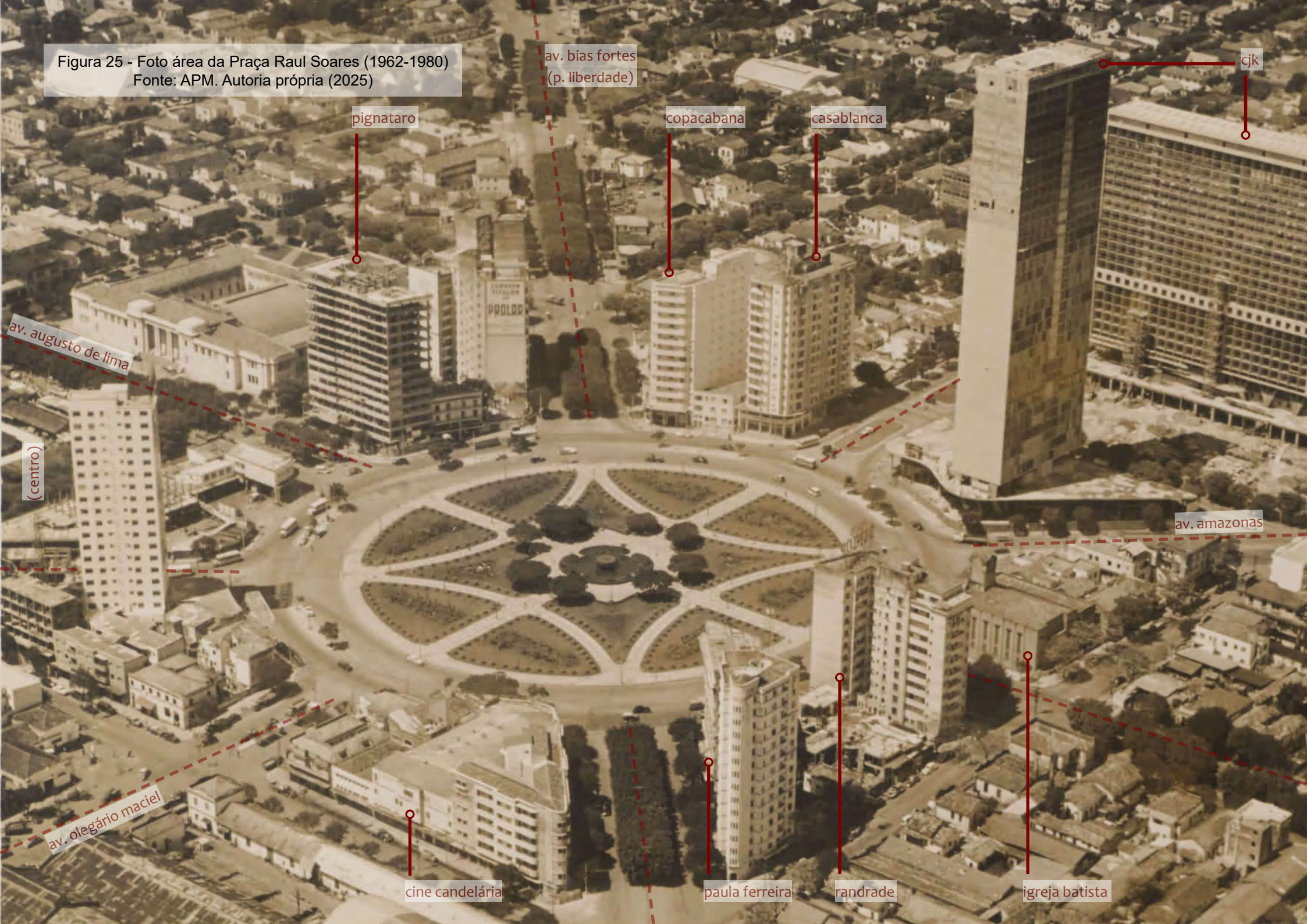


Figura 24 - Edifícios do entorno
 Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

Figura 25 - Foto área da Praça Raul Soares (1962-1980)
Fonte: APM. Autoria própria (2025)



(centro)

av. augusto de lima

av. bias fortes
(p. liberdade)

pignataro

copacabana

casablanca

cjk

av. Amazonas

av. olegário maciel

cine candelária

paula ferreira

randrade

igreja batista

forma de morar” para Belo Horizonte inspirado nos ideais de uma “cidade dentro da cidade” de Le Corbusier. Projetou o Conjunto com uma variedade de serviços, usos e escalas que ainda não haviam sido vistas anteriormente na capital.

O CJK foi implantado em duas quadras, 33 e 36, de propriedade do Estado de Minas Gerais. A primeira era destinada à Escola de Aprendizizes do Estado de Minas Gerais (atual CEFET), que foi demolida por volta dos anos 1940. O lote 36, voltado para a Praça Raul Soares, foi o espaço onde o altar do II Congresso Eucarístico, evento de inauguração da praça, foi construído. (DPCA, 2021, p. 50). Idealizado desde 1951, teve o início da sua construção em 1953, com previsão para ser finalizada em 1955, junto com o mandato de JK como governador. Contudo sua obra se estende até a década de 1970, quando os primeiros apartamentos começaram a ser entregues.

Uma das justificativas para a intervenção do governo no projeto, deu-se pela necessidade de diminuir os gastos com os aluguéis destinados para serviços e repartições públicas (Pimentel, 1989). Aliado a outras vantagens para a cidade, que envolveriam a obra, como a criação de um grande hotel de luxo, com excelente localização, que reforçaria a participação do capital particular. (DPCA, 2021).

Com isso o CJK, em seu projeto inicial, além de proporcionar às unidades residenciais, ainda contemplava “repartições públicas, um hotel, teatro, cinema, museu, lojas, padaria, confeitaria, restaurante, lavanderia, salão de beleza, barbearia, piscinas e playground, além de uma estação rodoviária” (Pimentel, 1989, p. 4).

Na década de 1950, a cidade passa a ver seu número de prédios aumentarem, e a implantação do CJK era vista como uma “democratização do conforto” (FJP, 2001a, p. 61). Isso se deu pela sua localização privilegiada, no coração da cidade de Belo Horizonte, e pela destinação dos apartamentos à classe média, o que foi visto como uma oportunidade de acesso a um espaço que tendia a se concentrar entre as classes mais privilegiadas da sociedade.

O projeto de Niemeyer era a própria modernidade a ser instalada no centro da cidade, e ter ali um apartamento era desejo de boa parte dos moradores que perseguiram hábitos de vida mais modernos, condizentes com o novo tempo que se anunciava (Pimentel, p. 128-129).

De acordo com Pimentel (1989, p. 133), eram tentadoras as ofertas de apartamentos no conjunto, a propaganda exercitava a fantasia e imaginação das pessoas. Não só pelos desenhos do arquiteto, mas também pela variedade de opções, num total de 11, de um a três quartos, variando em duplos ou não, e a opção da



Figura 26 - Construção do CJK
Fonte: acervo Augusto Guerra Coutinho

dependência de empregada. Além da possibilidade de escolha dos andares, que, no Bloco A, iam do 5º ao 23º, e no Bloco B, do 8º ao 34º (Ibid., p. 133).

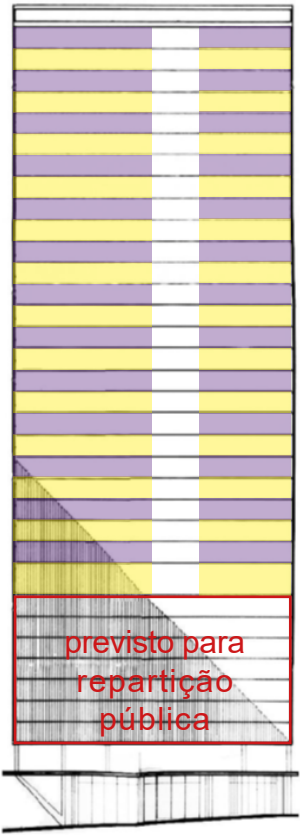
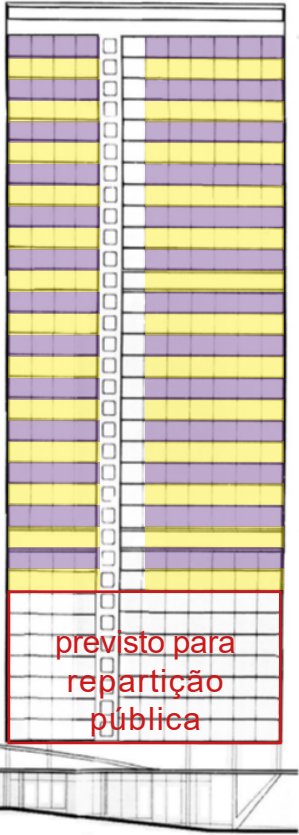
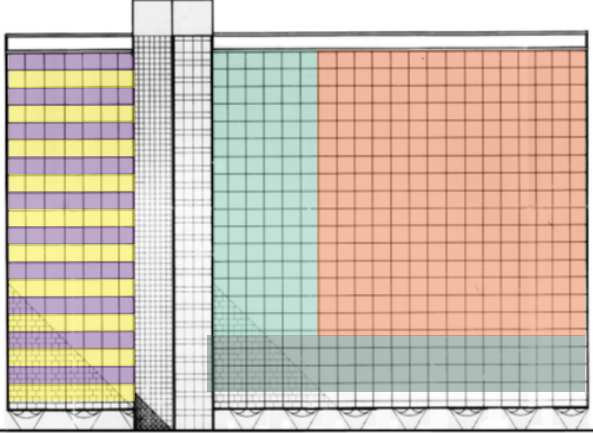
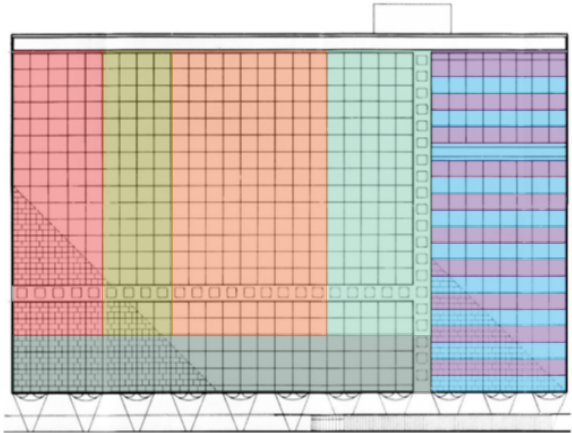
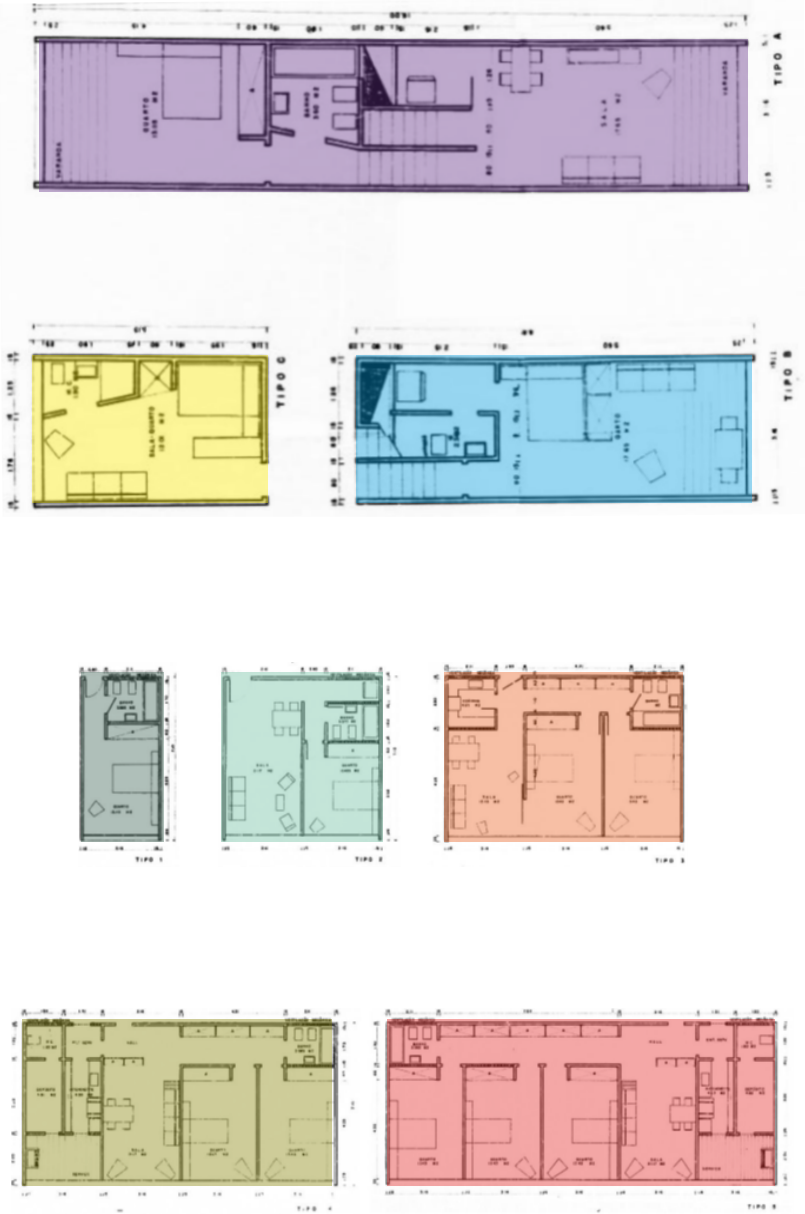
Inicialmente visto como símbolo do progresso para Belo Horizonte, com o tempo teve sua percepção e o imaginário da população da cidade alterada para seu completo oposto. O que deveria ser uma marca do modernismo idealizado por JK e Niemeyer foi se tornando uma imagem em ruínas, que, pela sua dimensão, afetou todo seu entorno até os dias atuais.

Para Pimentel (1989), a transformação de símbolo do progresso para a imagem de um “lugar maldito” e carregado de estigmas ocorreu por quatro fatores fundamentais. O primeiro se deu pela sua dimensão na Belo Horizonte de 1950, toda sua grandiosidade, desde a altura e comprimentos dos blocos, extensão dos corredores, tamanho dos pátios descobertos e a grande quantidade de apartamentos pequenos, fez com que sua ocupação se desse por pessoas de baixo nível social e econômico (Pimentel, 1989, p. 162). Um edifício que, até atualmente, se sobressai, na década de 1950 o choque foi ainda maior, com sua monumentalidade.

A segunda questão se deu pela demora da obra, uma projeção de três anos que se tornaram vinte. A cada ano que se passava, a sua ideia inicial foi se perdendo, tornando-se desconhecida pela população. Causava uma desconfiança, visto que nunca se sabia ao certo o motivo de seu atraso, pois os prédios já haviam sido levantados até 1962, o que parecia ser o mais difícil. (Pimentel, 1989, 163-164).

Para o terceiro elemento, a autora traz o conceito de panóptico invertido para o CJK. As grandes paredes de vidro se tornaram atrativas para o olhar vigilante das

Figura 27 - Disposição tipológica CJK
Fonte: (DPCA, 2021) . Autoria própria (2024)



proximidades, efeito que se fez presente antes de ser habitado. Desde a construção, os dois blocos eram acompanhados, seja com curiosidade ou suspeição, pois sempre se temeu a fragmentação dos moradores da cidade. (Pimentel, 1989).

Certos de que aquele seria o 'seu' lugar pela própria destinação que lhe fora dada, mudaram-se para o 'CJK' muitas daquelas pessoas que os portadores de preconceitos imaginaram: prostitutas, homossexuais, massagistas, solteiros. Com isso, a vigilância aumentou, não só porque era necessário intimidar essas pessoas, mas também porque seu comportamento atraía curiosidade, e mexia com a fantasia. Os olhares vigilantes se multiplicavam à medida em que era dado conhecer qualquer fato que confirmasse as suspeitas. Um crime, que pode acontecer em qualquer lugar, adquiria um significado especial se ocorrido no 'CJK'. Era a própria confirmação do que fora previsto. E a cada 'incidente' a vigilância aumentava, fosse ele um crime, um suicídio, uma briga, uma visita 'suspeita', um roubo ou uma ocorrência policial. (Pimentel, p. 167)

Por fim, a confusão entre os interesses particulares e públicos, questão que preocupou quem se envolveu com a obra. O Estado o via como ônus, o incorporador Joaquim Rolla por ser o maior beneficiário, no início, não via problemas. O Estado cedeu todo o terreno, com participação de 16,7% da área da construção, além de mais 7,7% indiretamente através do IPSEMG (Instituto de Previdência de Minas Gerais). Durante 13 anos, o Estado subsidiou o CJK e, em 1964, para de injetar dinheiro público, tornando-se inadimplente. Ainda assim, a imagem em relação aos particulares se manteve, o Estado era visto como responsável pelo empreendimento. (Pimentel, 1989).

Renegado pelo seu autor, maldito por muitos, suspeito para outros, absurdo, estranho e fascinante, o "CJK" é exemplo vivo da crise da modernidade. Sua aparência em ruínas é o retrato do país. Ruínas que denunciam um desejo,

Figura 28 - O Panóptico Invertido do Bloco A
Fonte: APCBH. Autoria própria (2025)



mais que uma realidade (Pimentel, p. 176).

Isto posto, o CJK nasce como uma imagem da modernização da cidade de Belo Horizonte. Porém, diversos percalços em sua trajetória transformaram sua percepção junto à população. Foi de símbolo de progresso a um lugar maldito na cidade, carregando tal estigma para além de si, alcançando também seu entorno.

Figura 29 - Prefeito Oswaldo Pieruccetti em frente ao CJK

Fonte: APCBH



3.3. A PRAÇA RAUL SOARES ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

A cidade de Belo Horizonte cresceu muito além da ideia da cidade planejada, apesar de que, em 1918, a ocupação do espaço central ainda fosse pouca. Concentrava-se às margens do Ribeirão Arrudas e pela região dos bairros Funcionários e Savassi. Em 1935, próximo do ano de inauguração da Praça Raul Soares, em 1936, quase toda a área central já se encontrava ocupada, assim como grande parte de seu entorno, onde antes era prevista uma região suburbana (Figura 30).

Aliás, na década de 1950, a cidade já era maior que o planejado, e até o final da década de 1970 cresceu ainda mais. Esse foi o período em que houve maior aumento da população e frota de veículos da cidade. Como mencionado anteriormente, é o mesmo momento em que sua área mais cresceu, proporcionalmente em relação ao território (Figura 31). E até 2018, a área de ocupação urbana alcançava 86,04% de todo o território da cidade, num total de 284,95 km². Hoje é uma região metropolitana, no último censo de 2022, contava com 5.127.694 habitantes (Tonucci et al., 2023), sendo 2.315.560 somente na capital em si (IBGE, s.d.).

Sendo a terceira maior aglomeração urbana do país, naturalmente possui conexões com outras capitais da região por rodovias, um desejo para a nova capital no século XIX, que se previa a criação de rotas comerciais. Conecta-se às duas maiores regiões metropolitanas, São Paulo e Rio de Janeiro, pela BR-381 e BR-040,

Figura 30 - Mancha Urbana no Entorno da Praça Raul Soares (1918-1935)

Fonte: BHMMap. Autoria própria (2025)

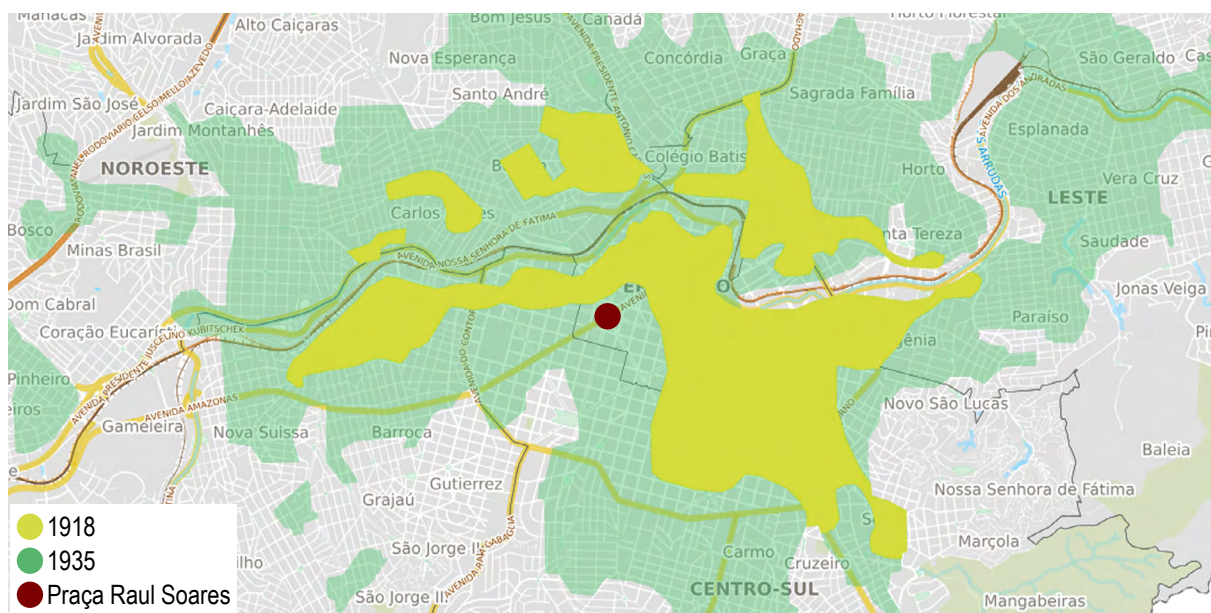
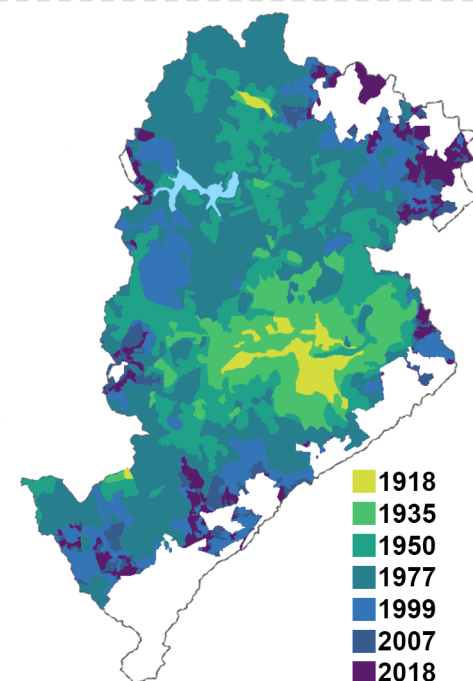
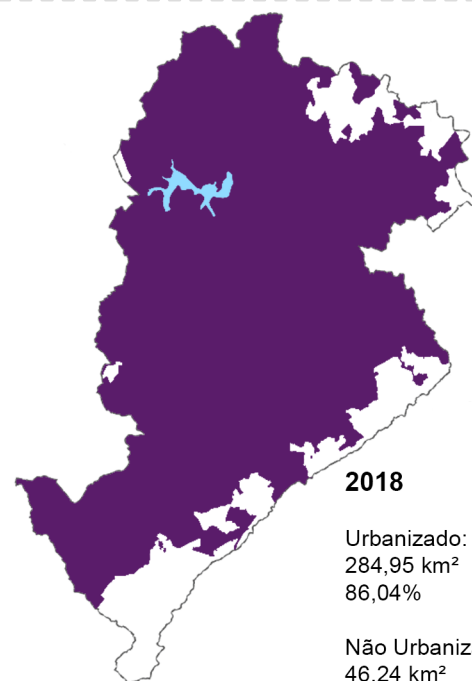
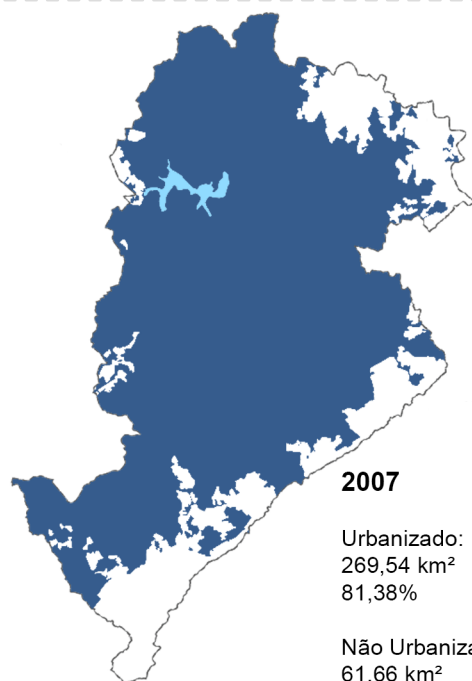
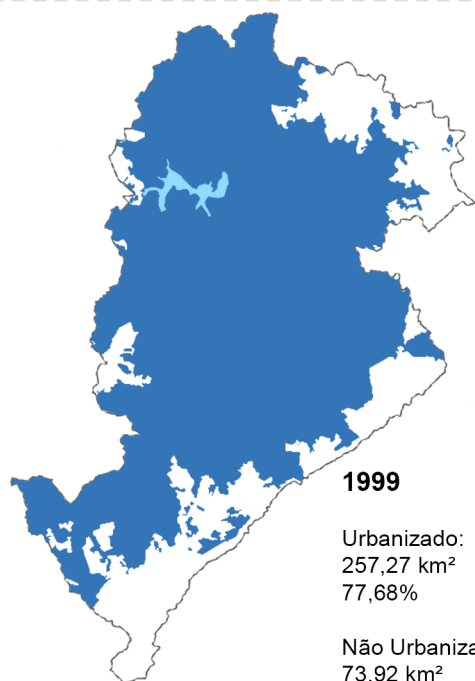
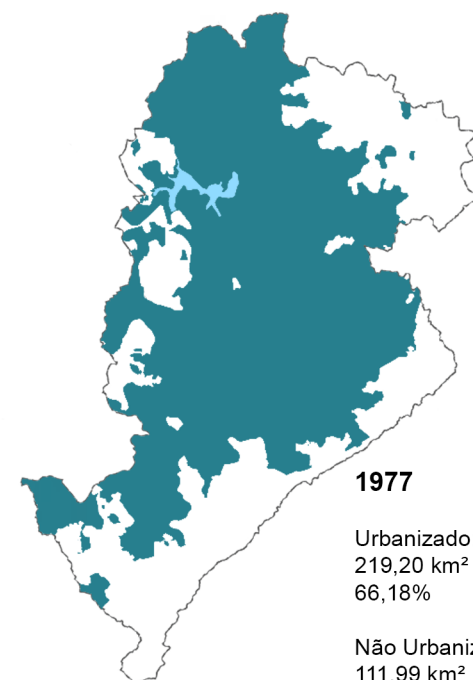
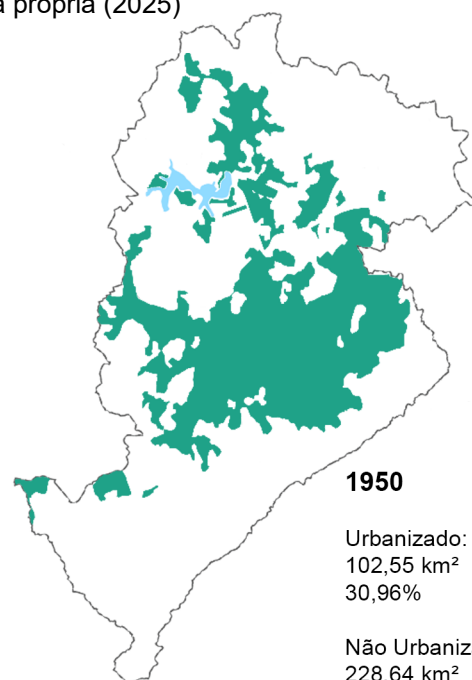
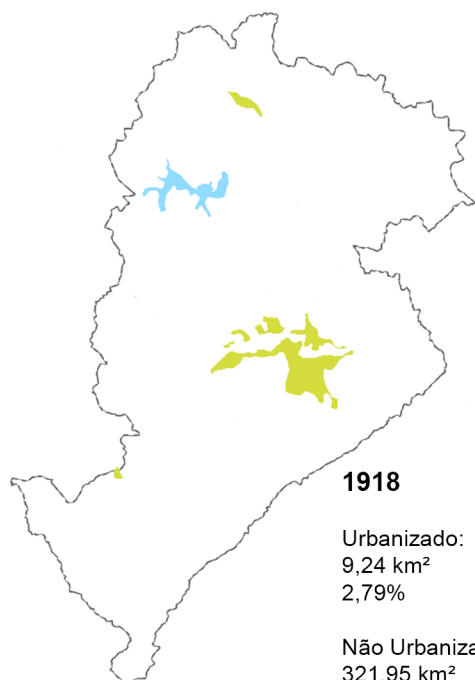


Figura 31 - Evolução da Mancha Urbana (1918-2018)

Fonte: BHMap. Autoria própria (2025)



respectivamente. Esta última perpassa a região e conecta à capital Brasília. Por fim, há a BR-262 que liga à Vitória, no Espírito Santo.

Em Belo Horizonte, há vias importantes que conectam diferentes regiões da cidade. A Avenida Antônio Carlos, já comentada no trabalho, faz a ligação do centro da cidade com a Pampulha, assim como a Av. Cristiano Machado conecta o centro ao vetor norte da cidade e à MG-010, que dá acesso ao aeroporto internacional em Confins. Ao vetor sul, encontra-se a Av. N. Sra. do Carmo que conecta a região central à BR-040, sentido ao RJ.

Uma das vias mais importantes da cidade, o Anel Rodoviário, passa por quase toda a cidade. Foi construído para aliviar o trânsito no centro. Conecta diversas regiões e auxilia o fluxo de cidades pertencentes a região metropolitana, além de cruzar diversas outras vias de Belo Horizonte, como a Antônio Carlos e a Cristiano Machado.

Por fim, citamos a avenida Amazonas, já abordada aqui, que conecta o centro à BR-381 (sentido SP). Estabelece conexão com a região oeste da cidade, além de cidades como Contagem e Betim. Esta é uma das quatro avenidas que cortam a Praça Raul Soares e lhe confere seu maior fluxo, devido às conexões que proporciona.

As outras três avenidas que cortam a Praça Raul Soares, Bias Fortes, Olegário Maciel e Augusto de Lima, também têm sua importância em relação ao lugar. Estabelecem outras ligações com diferentes avenidas radiais da cidade, seja a Avenida do Contorno, Afonso Pena, Antônio Carlos ou Cristóvão Colombo (Figura 33). Cada uma, com seu fluxo específico, também conecta a praça ao restante da cidade, ordenando fluxos e criando conexões físicas e simbólicas com toda a capital mineira.

A Praça Raul Soares, em si, desde sua construção, não perdeu suas principais características. De acordo com o documento do IEPHA, entre 1950 e 1980, houve certa descaracterização dos jardins, devido à introdução de novas árvores para sombreamento do local (IEPHA, 2014, p. 3). A forma geral do lugar foi mantida sem grandes alterações, enquanto o paisagismo sofreu modificações, tendo em vista que é mais fácil alterar tal aspecto da praça do que suas características construtivas.

Ainda na década de 1980, tem início ao processo de tombamento da Praça Raul Soares, especificamente em 1981. O processo se inicia num período em que o crescimento demográfico de Belo Horizonte vinha impondo mudanças no sistema viário e, como consequência, nas questões paisagísticas das vias. Devido a isso, foram sendo perdidas as características que denotavam Belo Horizonte como “cidade jardim”

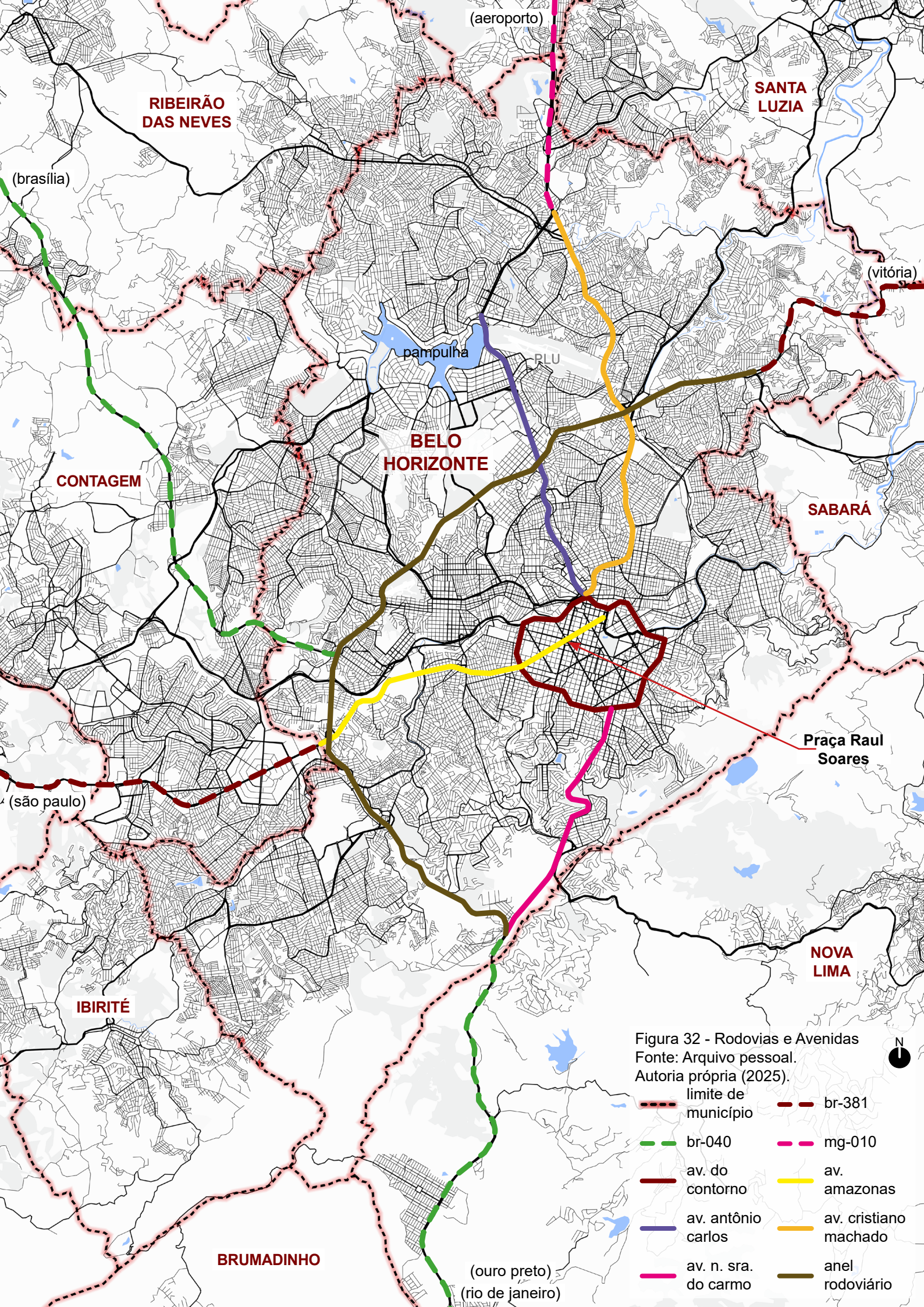
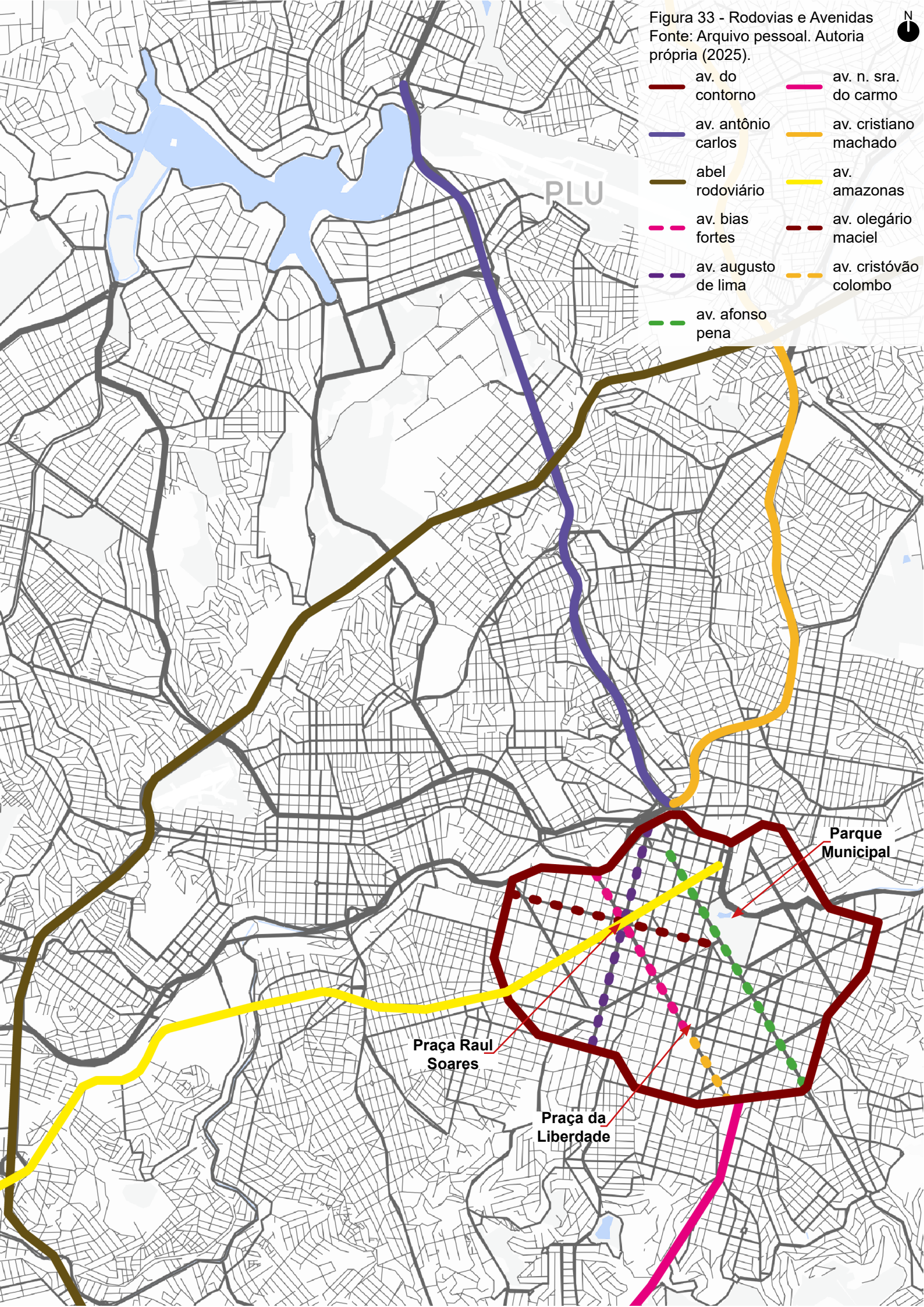


Figura 32 - Rodovias e Avenidas
Fonte: Arquivo pessoal.
Autoria própria (2025).



Figura 33 - Rodovias e Avenidas
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025).



ou “cidade das flores”, em razão da restrição das áreas verdes. Por fim, o tombamento foi concluído em 1988, referindo-se à proteção de jardins históricos, de acordo com os princípios da Carta de Florença. (IEPHA, 2014, p. 4).

Embora a cidade viesse perdendo sua vegetação em suas vias, a Praça Raul Soares foi, de certa forma o oposto. Na década de 1980, ela contava com mais árvores se comparada ao seu projeto original. Assim, o seu tombamento surge como proteção ao projeto inicial, que começa a se sentir "ameaçado" pelas tantas mudanças que vinham ocorrendo na cidade, e que já haviam desconfigurado seu paisagismo.

O cenário atual da Praça Raul Soares e seu entorno é fruto da última revitalização do hipercentro de Belo Horizonte, proposta pela Prefeitura em 2007, dentro do programa Centro Vivo. O projeto para a região da Praça não alterou significativamente as características gerais, visando uma reforma dos espaços degradados, em conjunto com uma melhoria no espaço para pedestres, visando facilitar a locomoção em meio ao trânsito.

O programa Centro Vivo dividiu a região do hipercentro em nove subáreas,

Figura 34 - Foto área da Praça Raul Soares (1970-1990)
Fonte: APM

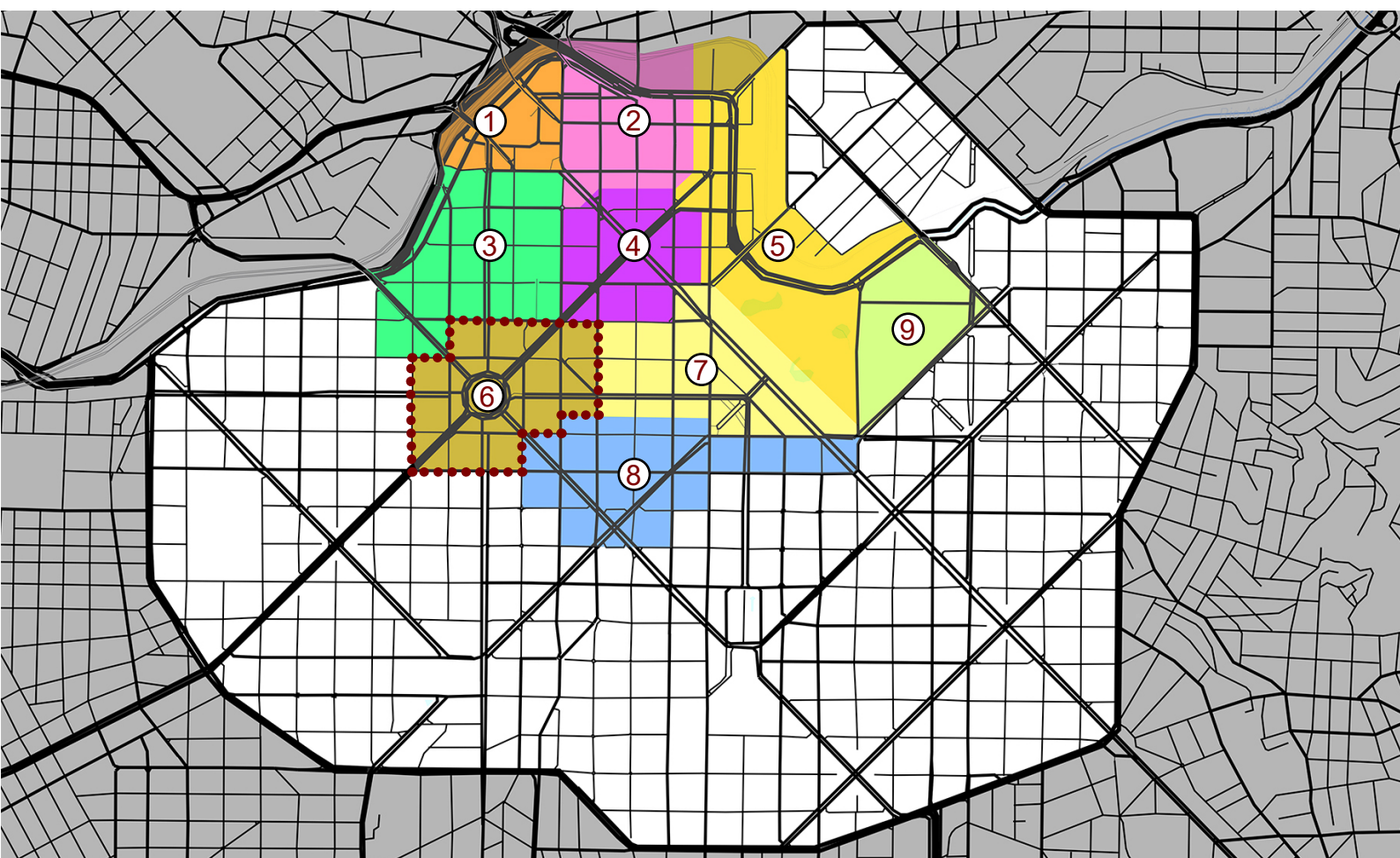


com distintas ambiências para o desenvolvimento do plano (Figura 35). A região de estudo se divide da seguinte forma: “A Praça Raul Soares, Mercados e adjacências”, a subárea 6, marcada pelo uso residencial e apelo turístico, devido a presença do Mercado Central e Minas Centro. Na época do plano, o Mercado Novo não possuía ainda a relevância que tem hoje, era visto como imóvel subutilizado. As diretrizes para a subárea 6 focaram em reforçar a visão de turismo, especialmente de negócios, além da requalificação dos espaços públicos como forma de melhorar as condições ambientais para uso habitacional. (PBH, 2007).

O projeto de revitalização do espaço foi realizado pelo escritório Práxis, com sede na cidade de Belo Horizonte. A área de intervenção representada na proposta pelo escritório é menor do que a apresentada no plano geral da revitalização do hipercentro, possivelmente por se focar no entorno imediato dos principais objetos arquitetônicos da subárea: a Praça, o Mercado Central, o Minas Centro, o Mercado Novo (Figura 36).

No projeto de requalificação disponibilizado pelo escritório, são elencadas algumas propostas de intervenção específicas para a Praça Raul Soares e para algumas avenidas de acesso. Na Praça, é proposta a “restauração de todos seus elementos: paisagismo, iluminação, fonte, piso, drenagem, mobiliário urbano e acessibilidade (estudo de melhor

Figura 35 - Subáreas de intervenção do programa Centro Vivo
Fonte: PBH. Autoria própria (2024)



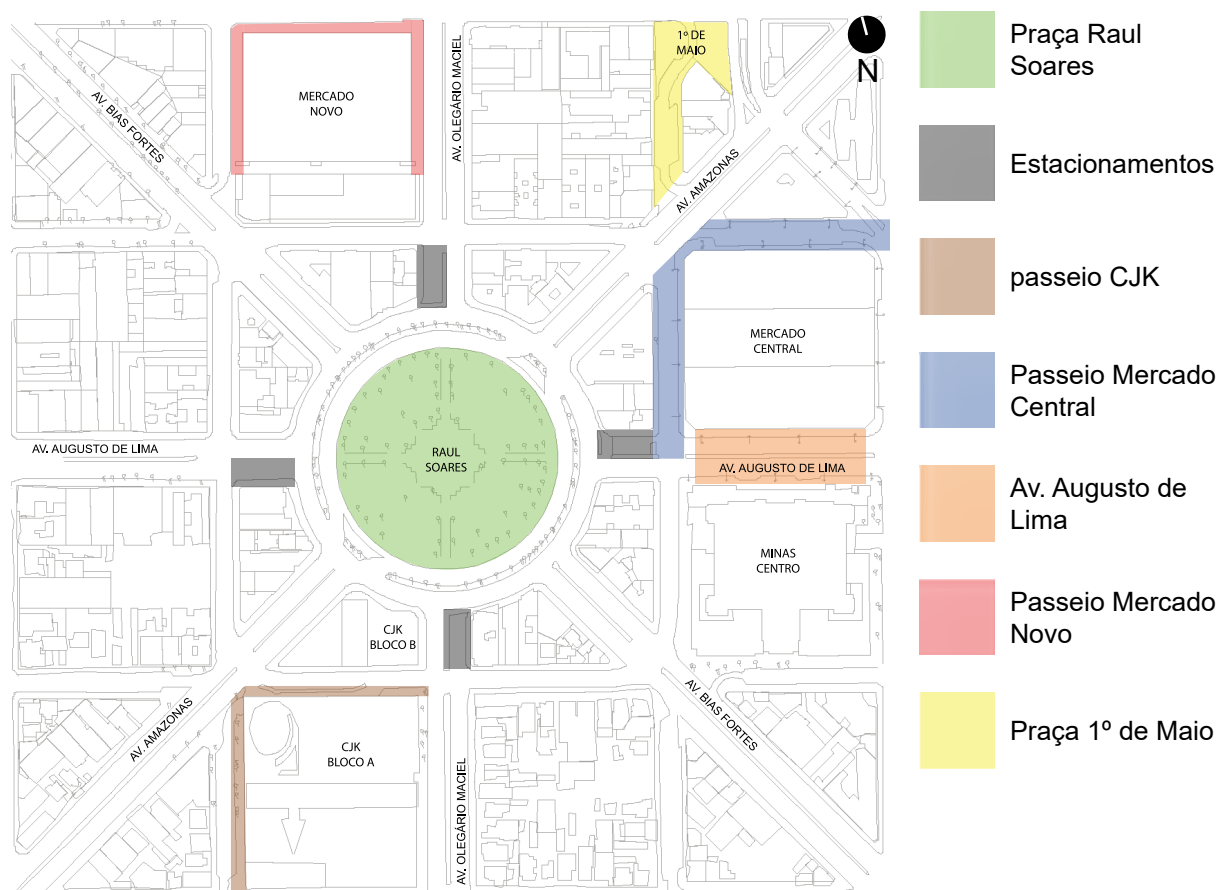


Figura 36 - Intervenções do escritório Práxis na subárea 6
Fonte: (Práxis, s.d.). Autoria própria (2024)

acessibilidade à Praça)” (Práxis, s.d., p. 28). Nas avenidas Augusto de Lima e Olegário Maciel, especificamente nos trechos que eram fechados para estacionamento, é proposta “reformulação dos estacionamentos existentes com aumento das áreas para pedestres” (Ibid.).

A restauração da praça se deu em maior parte na recuperação do piso em pedra portuguesa e seu desenho, na implementação de bancos seguindo o modelo original da praça, na troca dos postes de iluminação e na reforma da fonte luminosa que se encontrava desativada. Este último, foi o aspecto que mais chamou a atenção da população visto que, além da fonte voltar a jorrar água, passou também a tocar música clássica em horários específicos.

O projeto manteve o fluxo das vias de acesso e saída de automóveis na praça, sendo possível chegar nos anéis circundantes pelas avenidas Amazonas e Bias Fortes. As duas avenidas funcionam como eixos dispersores de fluxo entre as regiões Oeste, Noroeste e Sul com o centro. As avenidas Olegário Maciel e Augusto de Lima, no cenário da praça, dispersam o fluxo recebido das outras duas. Com isso, o projeto manteve

a mão única nos quarteirões adjacentes à praça ampliando a área de pedestres e construção de bancos, diminuindo a área de estacionamento para automóveis.

Desde então a praça não sofreu alterações, apenas desgastes normais de uso e tempo, necessitando de reformas pontuais. A maior parte dos bancos foi quebrada e retirada devido a isso, assim como a fonte que não mais toca música. As maiores intervenções que se deram desde então foram pelo festival de arte pública Circuito Urbano de Arte (CURA) em 2021 e 2022. Os dois festivais em Belo Horizonte, 6º e 7º, contaram com intervenções artísticas que variaram desde a pintura da empena de edifícios, pintura do anel viário interno que circunda a Praça Raul Soares e instalações temporárias na praça.

O CURA busca transformar a cidade num museu aberto, como forma de aproximar a arte das pessoas de forma gratuita. Na 6ª edição, que se iniciou em 2021, foi pintada a empena do edifício Paula Ferreira, por Ed-Mun, um grafite 3D sobre pertencimento e identidade que “marcam o território pelas mãos de quem se inscreve na cidade de outras formas”. Foi feita a maior arte Shipibo do mundo com quase 3 mil m² no anel interno da Av. Amazonas, pelos artistas Sadith Silvano e Ronin Koshi. Além disso, houve a instalação do grupo de teatro de boneco Giramundo, já em fevereiro de 2022, inspirado no círculo do cosmograma Bakongo. (CURA, 2022).

Na 7ª edição, se iniciou com a instalação Levante, da artista Selma Calheira, feita com figuras de barro com até quatro metros de altura, criando uma multidão que convoca a habitar o espaço da praça. A outra intervenção ocorreu no edifício Copacabana, com o grafite feito pelo Pedro Neves, uma casa sobre palafitas é uma homenagem aos povos marajoara e aos antigos moradores da Vila dos Marmiteiros, a primeira favela de Minas Gerais, próximo à região da praça. (CURA, s.d.).

Figura 37 - 6º CURA (2021)
Fonte: (CURA, s.d.)



Figura 38 - 7º CURA (2022)
Fonte: (CURA, s.d.)



A busca pela compreensão e criação de um contexto da praça perpassa por diversos fatores. É um espaço da cidade que concentra cruzamentos e referências marcantes (Lynch, 1999), elementos visíveis que servem de orientação para quem passa pelo lugar. Ela se conforma pelo cruzamento de quatro avenidas, que conectam a cidade de Norte-Sul e Leste-Oeste, e fazem ligações com saídas da cidade, ao final das avenidas Amazonas e Bias Fortes. O cruzamento conforma a Praça como uma rotatória com dois anéis viários, um externo acessado pelas avenidas Amazonas e Bias Fortes, que dá saída a todas as quatro avenidas; e um anel interno de circulação exclusiva da Avenida Amazonas. A presença do CJK, como elemento marcante, é um ponto de orientação, pela sua imponência, altura e distinção em meio aos outros

Figura 39 - Praça Raul Soares e Avenidas
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025).

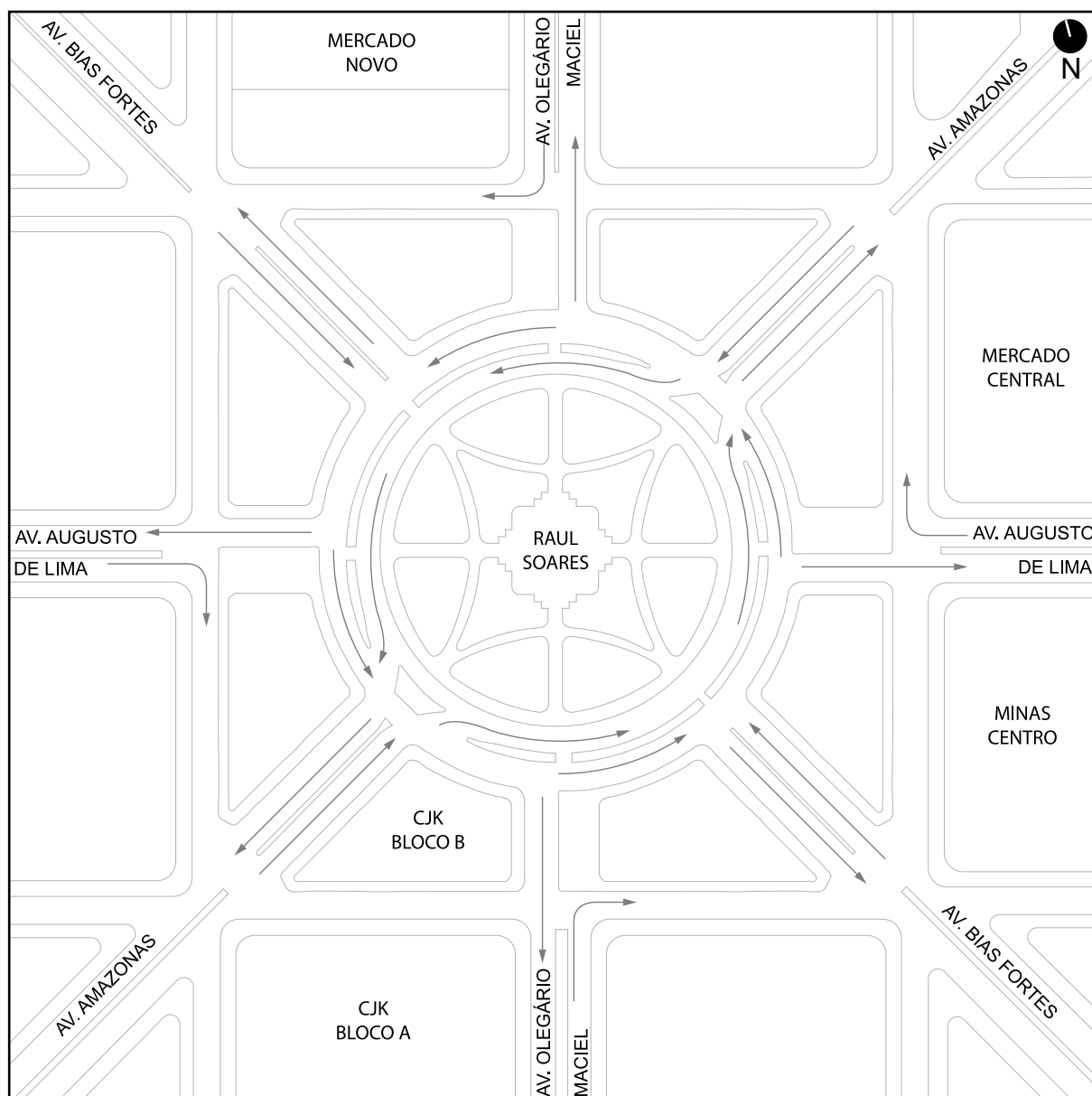




Figura 40 - Conjunto Juscelino Kubitschek
Fonte: Arquivo pessoal (2024).

edifícios do entorno.

Neste processo de contextualização, é importante falar sobre o entorno imediato do qual a praça está inserida. Entender a organização do lugar como forma de criar um repertório sobre o espaço, para que o processo de habitar possibilite compreender as características subjetivas, vida e práticas do espaço, foco principal do trabalho e do próximo capítulo.

O entorno imediato da praça se circunscreve, de acordo com a divisão da prefeitura, entre quatro bairros distintos: Centro, Barro Preto, Santo Agostinho e Lourdes (Figura 41). Ao comparar com a altimetria (Figura 42) observa-se que a região mais baixa se concentra no bairro do Centro, uma das justificativas pode se dar pela ocupação que se iniciou antes dos outros bairros. Além de três quarteirões serem de empreendimentos de origem pública, o Mercado Central, o Mercado Novo e o Minascentro, que hoje são administrados por interesses particulares, mas se mantêm preservados pelo patrimônio municipal.

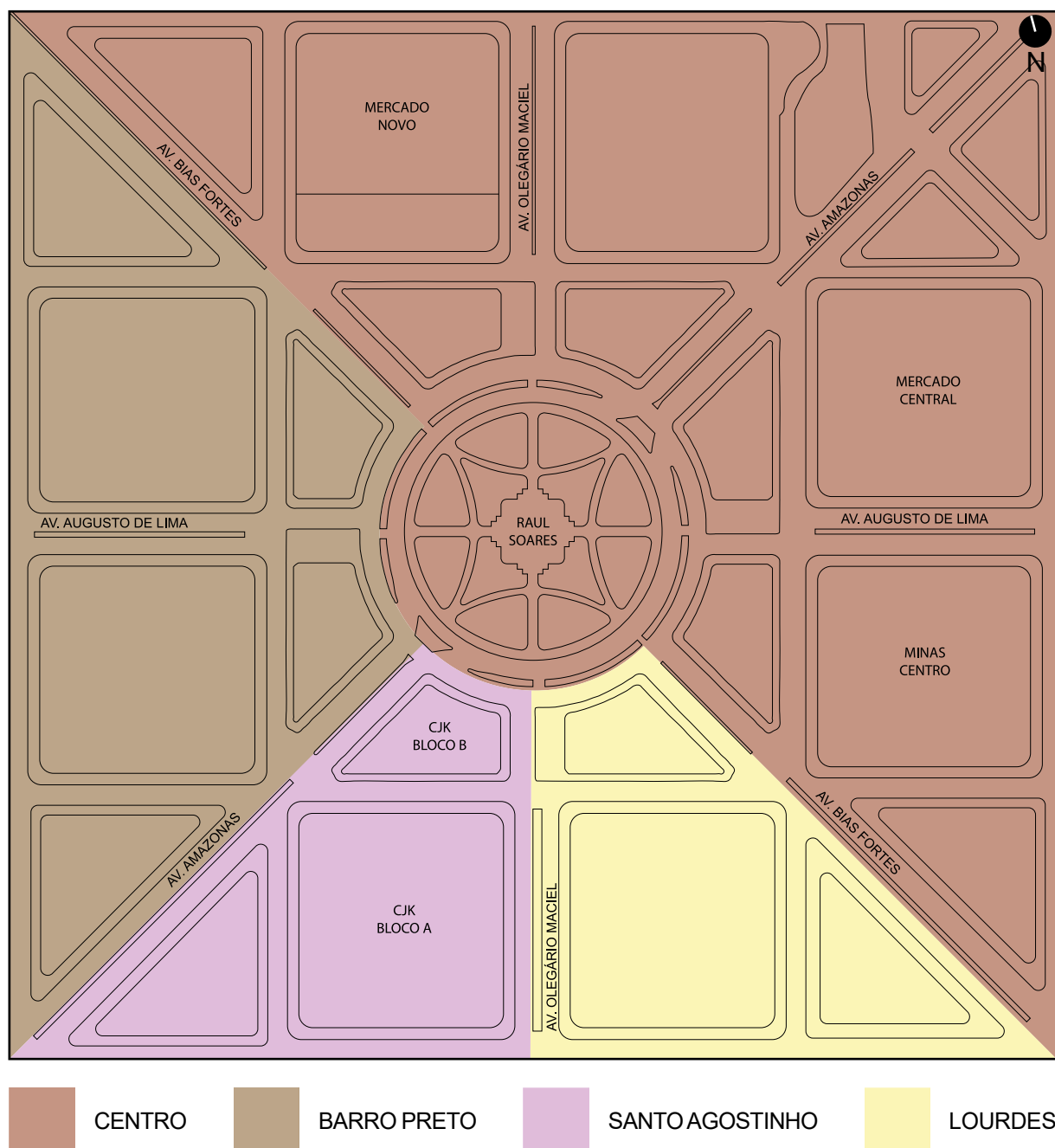


Figura 41 - Bairros do entorno da Praça Raul Soares
 Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

Em relação aos usos e funções dos edifícios (Figura 43), mantém-se o desenvolvimento histórico. Isto é, a área central como um todo tem mais características comerciais e de serviço que se desenvolveram ao longo do tempo, influenciados pela legislação de uso e ocupação. E, como mencionado no capítulo anterior, o mercado viu oportunidade de empreender edifícios residenciais na área, apresentando assim uma boa quantidade de edifícios de uso misto, onde o térreo é comercial e as torres são de uso residencial. Ainda vale destacar que, embora a predominância de uso seja

Figura 42 - Altimetria do entorno da Praça Raul Soares
 Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

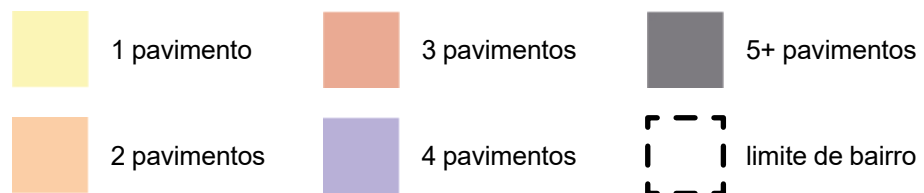
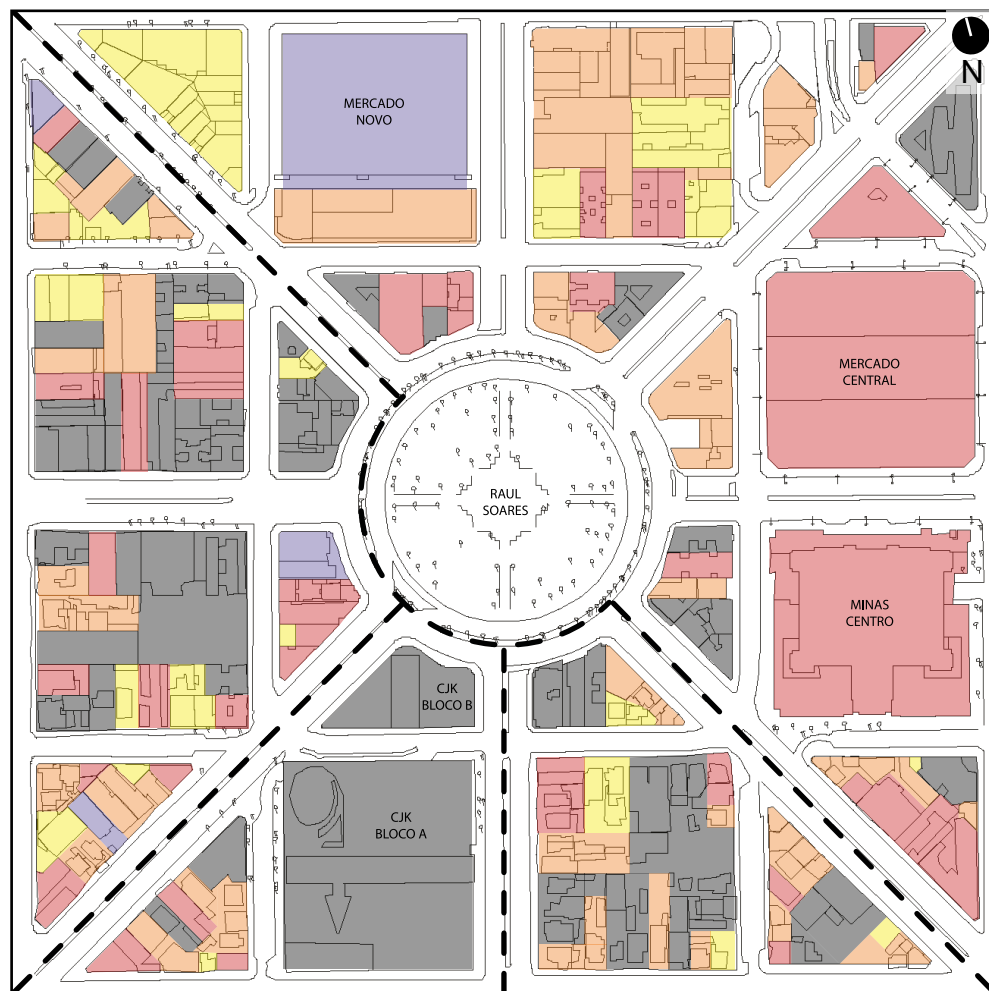


Figura 43 - Usos do entorno da Praça Raul Soares
 Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

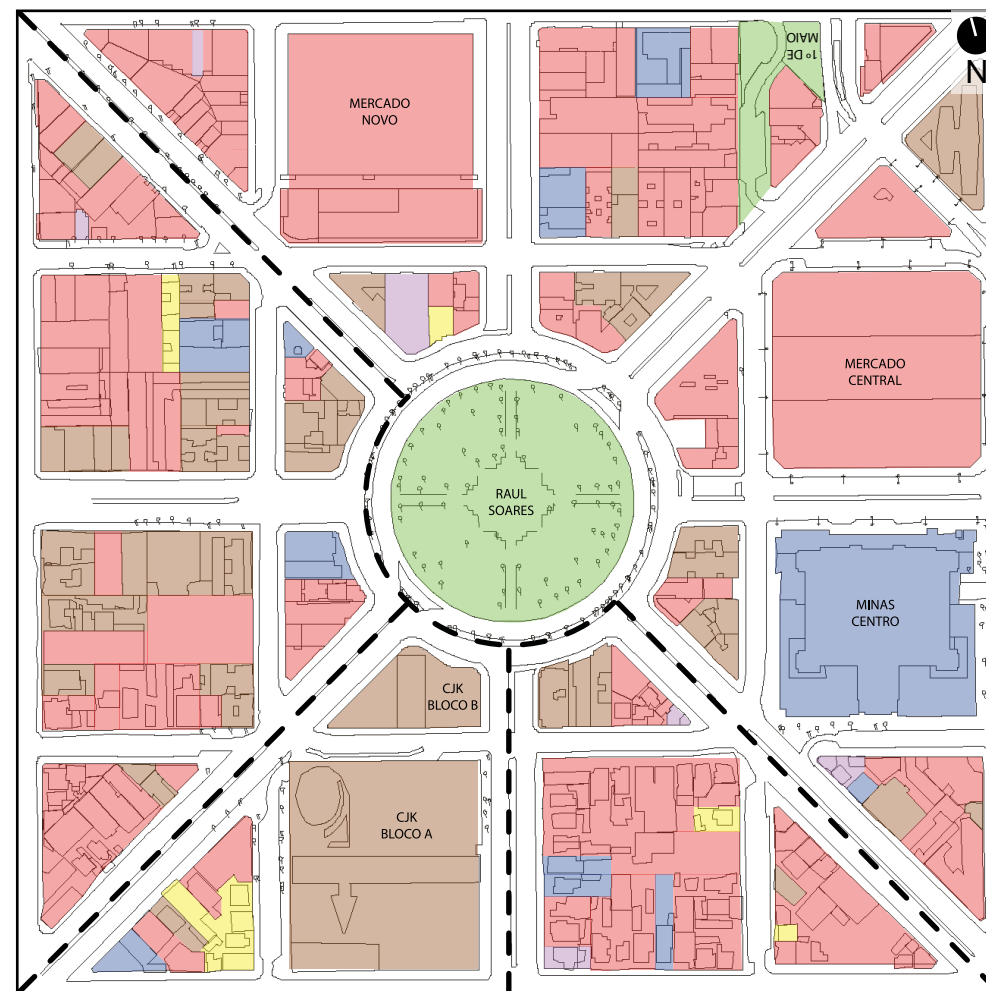
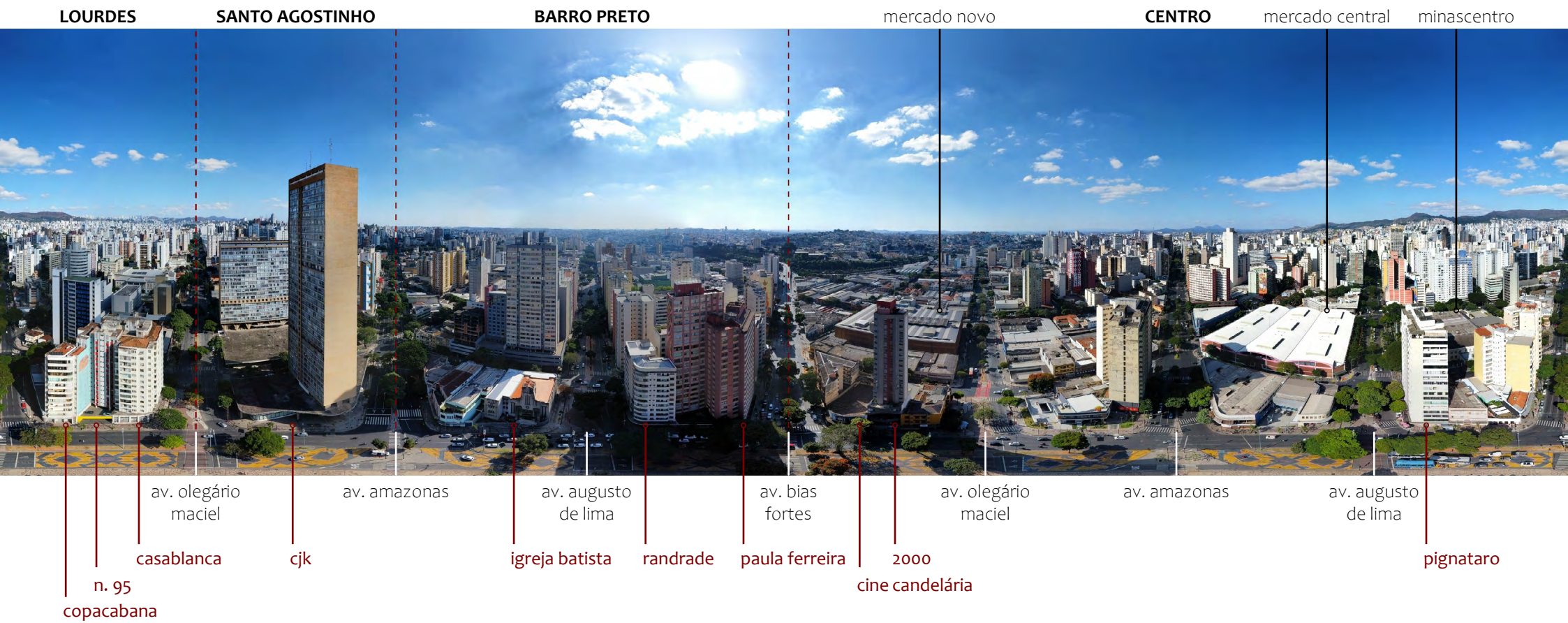


Figura 44 - Vista panorâmica da Praça Raul Soares (2024)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025)



comercial, o CJK traz grande quantidade de habitantes para a área, visto que seus 1.086 apartamentos já abrigaram mais de 5.000 moradores (Macedo, 2014).

Agora, buscamos compreender melhor o espaço físico da praça em si, seu desenho eclético, inspirado nos jardins franceses, em meio a cidade contemporânea. Destrinchamos as camadas físicas da Praça Raul Soares. Com o auxílio do caderno de campo para anotar e mapear seus equipamentos, o uso do smartphone para registrar as imagens e o uso do drone para capturar imagens aéreas, foi possível vê-la por inteira e compreender os jardins e desenhos no piso de pedra portuguesa.

Ao caminhar pelos jardins, a primeira percepção é a quebra de continuidade da vegetação. Há buxinhos faltando nos jardins, o que gera uma quebra no ritmo da paisagem. Além disso, as árvores não mantêm a simetria existente no desenho da praça, havendo mais concentração em algumas áreas em relação às outras. Assim como as áreas destinadas à vegetação florida, nos centros dos canteiros, em que há dois que não possuem mais a área destinada nem a existência de flores.

No mês de março de 2024, a prefeitura realizou o corte de três árvores na praça, sob o pretexto de risco de queda. O corte se baseou em um laudo de profissional da prefeitura e autorização do IEPHA, devido a seu tombamento. Contudo, foi muito contestado pela população e por um outro laudo particular que não indicou indícios de riscos nas árvores suprimidas (Gomes, 2024). Em maio, foram replantadas um total de cinco árvores da espécie Flamboyant, e os plantios ocorreram na área central da praça, que circunda a fonte.

Os novos Flamboyants foram plantados para repor a supressão dos antigos que acabaram sendo retirados. Contudo, não foi encontrado nenhum motivo específico para o uso desta espécie na praça, originária de Madagascar. O que se sabe é que se trata de uma árvore ornamental, que se adaptou muito bem ao clima brasileiro e é plantada na cidade desde sua construção. Em 2019, existiam cerca de 3,7 mil Flamboyants na cidade (Werneck, 2019), enquanto em 2024, eram cerca de 3,5 mil (Soares, 2024) de acordo com o inventário sobre arborização urbana.

A praça é tombada de acordo com os princípios de proteção e salvaguarda presentes na Carta de Florença a respeito de jardins históricos. Uma de suas definições sobre a composição arquitetônica do jardim é sobre as massas vegetais, “suas essências, seus volumes, seu jogo de cor, seus espaçamentos, suas alturas respectivas” (ICOMOS, 2000, p. 1). Como o jardim é um monumento vivo, ele está suscetível a alterações

Figura 45 - Jardim atual da Praça Raul Soares
 Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

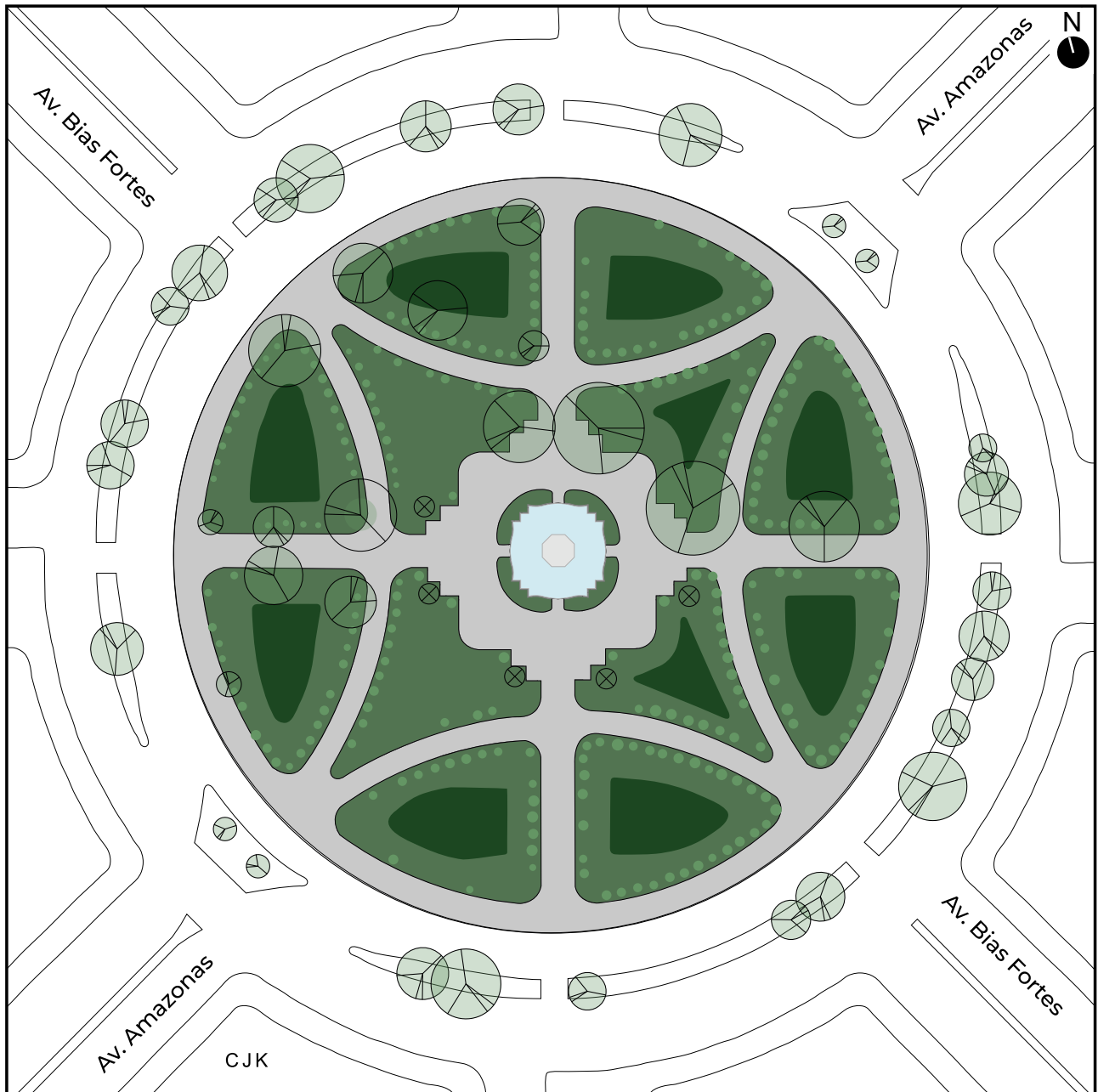


Figura 46 - Imagens do jardim
 Fonte: acervo do autor (2024)



cíclicas, seja do próprio ciclo de desenvolvimento da natureza ou das estações. Contudo, destaca-se a necessidade de manutenção, conservação, restauração e reconstituição:

Artigo 11 - A manutenção do jardim histórico é uma operação primordial e necessariamente contínua. Sendo vegetal o material principal, é por substituições pontuais e, a longo termo, por renovações cíclicas (corte raso e replantação de elementos já formados) que a obra será mantida no estado. (ICOMOS, 2000, p. 2).

Com isso, vê-se que o replantio dos Flamboyant busca a manutenção da paisagem, até pelo fato do plantio se manter na simetria da praça. Porém, a manutenção do paisagismo em relação aos arbustos e flores não teve a mesma preocupação com o replantio, havendo espaços em se observa a quebra de seu espaçamento ritmado, volume e jogo de cores, como indicado na carta base para a preservação do jardim.

Em relação aos mobiliários, não há muitos no lugar, justamente pela praça ser pensada como um lugar de passeio, característico da praça eclética clássica (Robba; Macedo, 2003). A praça possui bancos, lixeiras e iluminação. O que se destaca não é falta de variedade, mas a falta de opções que uma vez existiram. Os bancos, que no momento da reforma de 2008 pareciam ser mais de 30, se seguidos pela simetria da praça, hoje se encontram apenas quatro na praça, os outros foram degradados com o passar do tempo e nunca repostos.

Assim como os bancos, há apenas quatro lixeiras restantes no espaço, que poderiam ser em maior número, mas, mais importante, deveriam ser mais bem distribuídas, pois se concentram em um quadrante da praça. Tal aspecto se torna importante pela quantidade de lixo presente no lugar, o que leva a pensar se a presença de mais lixeiras faria com que as pessoas deixassem menos lixo nos jardins.

Há quatro monumentos na praça, a fonte, duas esculturas e um marco referencial. Primeiro, a fonte, que é o ponto central da praça e está presente desde sua inauguração, sendo característica comum nas praças ecléticas clássicas como marcador de seu centro. Uma das esculturas é uma efígie de Otacílio Negrão de Lima, em homenagem ao ex-prefeito da cidade, que estava no cargo no momento que a praça foi inaugurada, uma iniciativa do Diário de Minas inaugurada em 14 de julho de 1969 (Werneck, 2022).

A outra escultura é um busto Raul Soares de Moura, uma homenagem da Marinha ao seu ex-ministro e presidente de Minas Gerais, que dá nome a praça, localizada na Avenida Olegário Maciel, inaugurada em dezembro de 2008, juntamente com a revitalização do espaço. Por fim, o lugar é considerado como centro geográfico da

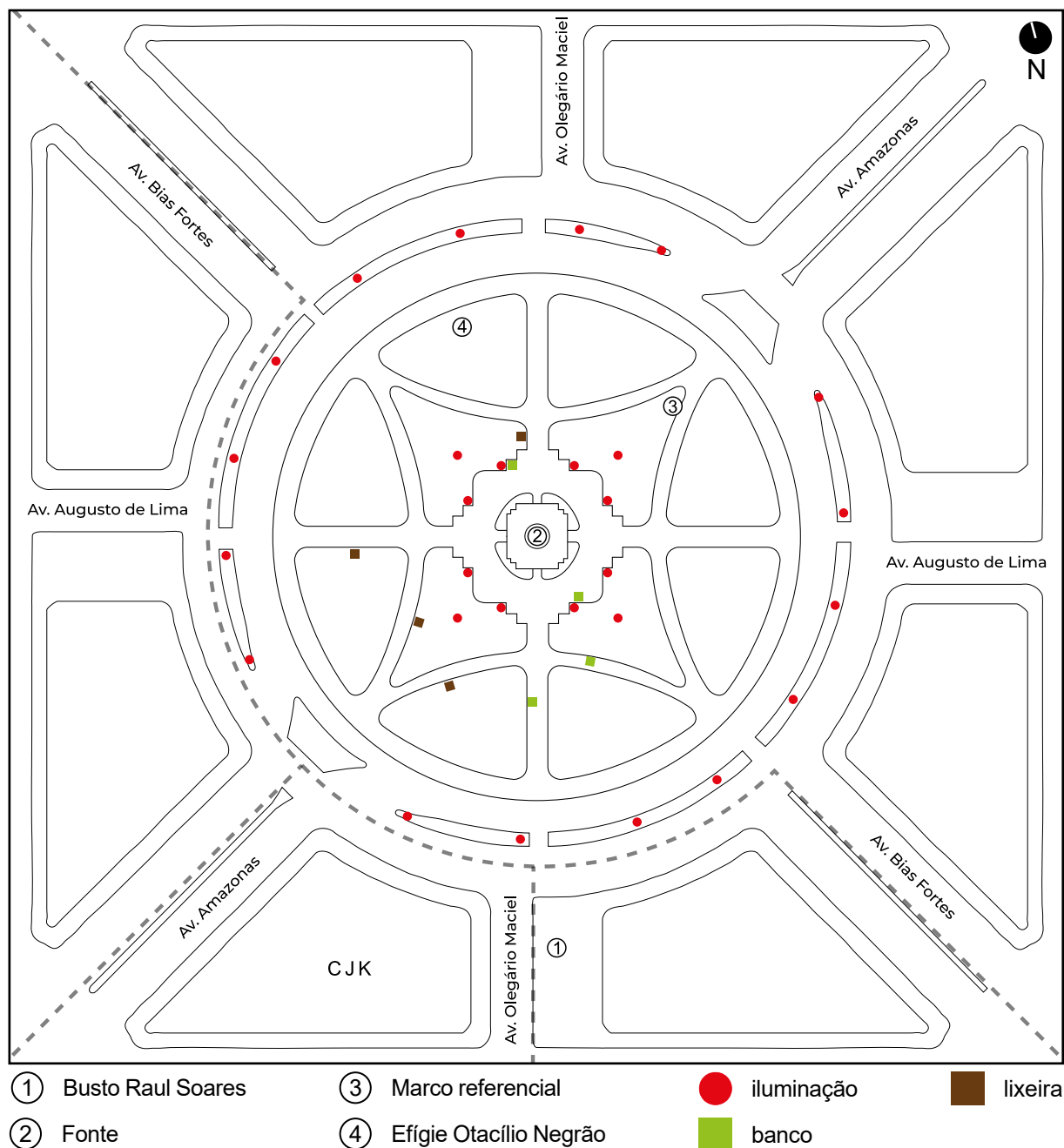


Figura 47 - Mobiliários urbanos existentes na Praça Raul Soares

Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

cidade, embora não encontre nenhuma fonte oficial sobre o porquê de tal denominação. É conhecida assim por muitos habitantes e referenciada nos jornais dessa forma. Em guia sobre os bens tombados do estado de Minas Gerais, o IEPHA (2014, p. 3) o refere como “um marco com referência de nível do Centro Geográfico da cidade de Belo Horizonte”, nele consta a descrição de 852,190m do Conselho Nacional de Geografia (Figura 49).

Durante a pesquisa, foi encontrado no relatório do Prefeito Octacílio Negrão de Lima ao Governador, em 1937, que foram construídos na cidade 33 marcos de

Figura 48 - Monumentos
Fonte: Arquivo pessoal (2024).



Fonte

Busto Raul Soares



Efígie Otacílio Negrão



concreto com pino de bronze para triangulação da cidade, feitos para realizar novo levantamento da planta cadastral da capital (Lima, 1937, p. 94). Porém, o marco da Praça Raul Soares foi obtido com auxílio do Serviço Geográfico do Estado e de um astrônomo do Observatório Nacional, para que fosse possível determinar o azimute verdadeiro e as coordenadas astronômicas da capital (Lima, 1937, p. 95):

Tabela 03 - Posições do marco da Praça Raul Soares

Latitude Sul	19° 58' 09,5"
Longitude Oeste (contada do meridiano do antigo Obs. do M. do Castello)	0° 46' 26,9"
Longitude Oeste (contada do meridiano do novo Observatório de S. Januário)	0° 43' 23,9"
Azimute - linha - Pilar Raul Soares e pilar Sul Auxiliar	0° 1' 2" SE

Fonte: (Lima, 1937, p. 95-96)

Portanto, assume-se que tal característica única desse marco e a obtenção das coordenadas a partir dele tenham se tornado um fato conhecido pela cidade na época da inauguração da praça, o que a levou a ser conhecida como “Centro Geográfico”. Denominação que ainda se faz presente quando a referenciam, mas cuja origem permanece desconhecida oficialmente.

É neste cenário que ocorre a pesquisa. Trata-se importante referência dentro da cidade e, ao mesmo tempo, um espaço de dualidade. A praça é considerada o centro geográfico da cidade e a única com formato circular dentro dos limites do plano inicial da cidade. Contudo, ela quase sempre carregou um estigma junto de sua história, seja pela construção do CJK, o incêndio do Cine Candelária, que permanece vazio até hoje, ou pela ocupação da praça pelas pessoas em situação de rua, frequentemente vistas como uma insegurança por grande parte da população.

Figura 49 - Marco com referência de nível
Fonte: arquivo pessoal (2024)





4. A PRAÇA RAUL SOARES COMO LUGAR PRATICADO

4.1. HABITAR A PRAÇA

O capítulo final é sobre habitar a praça, buscando revelar as práticas do lugar por parte de seus usuários, numa investigação sobre a vida cotidiana que molda os espaços existenciais. É neste espaço apresentado, marcado por dualidades e estigmas ao longo de sua história, que a caminhografia é realizada. Constrói-se, sobre a Praça Raul Soares, um repertório, isto é “a inteligibilidade da ação através do hábito” (Ferrara, 1987, p.5). Ou seja, por meio do hábito, compreendem-se as relações e singularidades de um local, que se dá no processo de habitá-lo.

Acredita-se que para reconhecer um espaço, habitá-lo se faz fundamental para o processo da pesquisa. A pista 7 da pesquisa cartográfica nos orienta nesse sentido, pois “cartografar é habitar um território existencial” (Alvarez; Passos, 2009). Aqui o processo consiste em habitar o espaço e percorrê-lo de forma atenta, para registrar os usos e interações de seus habitantes, acompanhar seus processos, assim como as percepções subjetivas do pesquisador. Por meio dessa abordagem, encontra-se uma forma de “revelar” as práticas do espaço, isto é, as maneiras pelas quais os usuários transformam e dão vida ao lugar, por meio de suas movimentações e atividades cotidianas.

Contudo, é importante compreender o sentido de habitar, que não se satisfaz pelo sentido de morar ou de possuir uma residência. “Homem é à medida que habita” (Heidegger, 2012, p. 127), ou seja, ele existe conforme sua relação com um lugar, a partir de um pertencimento que é mútuo entre corpo e espaço. “Habitar, então, significa possuir hábitos, na medida mesmo em que habitar é ‘ser de uma certa maneira’” (Lima, 2007). Posto isso, habitar é a forma pela qual o homem se encontra no mundo, a partir do hábito, de um ato cotidiano, de uma construção de relação, é que se habita, de fato, um território existencial.

Habitar é edificar lugares, fundar e articular espaços. Ou seja, é não só na relação entre espaço e lugar, mas também de lugar e homem, que nele se demora, reside a essência das coisas (Heidegger, 2012). Habitar é estar no mundo, é uma troca entre o ser e o meio - um não existe sem o outro. A experiência de um lugar é uma troca entre corpo e espaço, em que memória e realidade, percepção e sonho se fundem (Pallasmaa, 2018, p. 25).

No processo de habitar não buscamos operar na paisagem, mas sim, “nos confundir com a paisagem”, como diz Krenak (2023). Deste modo, o espaço se faz

pela presença dos seus habitantes, são um só, uma única paisagem construída em coletividade. Podemos dizer que há uma troca constante entre corpo e lugar, como diz Pallasmaa, ou um processo de confusão entre sujeito e paisagem, como insinua Krenak. Mas é fato que “nós somos o meio e também o ambiente. É uma visão totalmente não natural que os humanos se refiram às paisagens onde nos deslocamos como meio” (Krenak, 2023). Nesta visão de integralidade, cria-se uma relação múltipla, onde todos os tipos de entradas são bem-vindos, possibilitando múltiplas saídas.

Almeja-se, então, habitar a Praça Raul Soares, como forma de reconhecer seus hábitos, seus usos cotidianos. Habita-se não como morada, mas numa relação entre espaço e ser, que são transformados e ressignificados com a existência humana. Habita-se à medida que se pertence, num ato de criação de lugares, marcados pelos limites, que definem o início de algo novo (Heidegger, 2012).

“Cada pessoa então deveria falar de suas estradas, de seus entroncamentos, de seus bancos” (Bachelard, 1978, p. 204), o trabalho da caminhografia e interpretação das espacialidades é, em parte, isso, visto que territórios existenciais são corporificados e, pela imagem percebida, as intensidades se afetam. O território só existe quando ele pode ser percebido; sem o confronto com o outro, não há quem defina um limite para o território e para que o corpo se manifeste.

Pela caminhografia é encontrado um modo de habitar seus espaços existenciais¹. A essência da caminhografia é deixar-se afetar pelas situações comuns do dia a dia; trata-se de registrar o cotidiano, cartografar os acontecimentos ordinários e usuais, abordando questões que ultrapassam a função planejada do espaço urbano (Rocha; Santos, 2023). Almeja-se cartografar, além dos elementos físicos, também as sensações e singularidades encontradas nos caminhos percorridos, incluindo uma multiplicidade de sentidos relacionados aos espaços e vivências, numa composição própria do caminhante (Rodrigues; Fiorin, 2023, p. 164).

Aqui, “o cotidiano também se constitui de rupturas, e não apenas de regularidades normativamente esperadas” (Leite, 2010, p. 740). Ele se faz mediante o lugar e o espaço, num equilíbrio entre o fixo e o articulado. E caminhar é exemplo dessa prática, para Certeau (1998, p. 183) caminhar é se encontrar sem um lugar próprio, mas estar

1 Nas palavras de Merleau-Ponty o espaço existencial não é o simples espaço geométrico, é um lugar experienciado, uma estrutura vivida, que se constrói na relação dinâmica entre corpo e mundo. O espaço indissociável do corpo e da percepção (Merleau-Ponty, 1999).

em busca de um para si. Assim, a cidade multiplica e reúne a errância, construindo uma grande experiência social de falta de lugar, formando um tecido onde é possível encontrar relações e cruzamentos entre os transeuntes.

Nesta etapa da pesquisa, ao habitar o território, valem-se valer das multiplicidades do caminhar. Caminha-se e para-se (Careri, 2017), pois “parar para entender um percurso é, portanto, caminhar sem sair do lugar” (Fiorin, 2024, p. 242). Utiliza-se ferramentas que aumentam a área do corpo sensível, recorrendo a novas estratégias perceptivas (Rocha; Santos, 2024), seja pelo andar de ônibus ou pelo sobrevoo da praça com um drone. Afinal, “todas as entradas são boas, desde que as saídas sejam múltiplas. Por isso o cartógrafo serve-se de fontes as mais variadas, incluindo fontes não só escritas e nem só teóricas” (Rolnik, 2011, p. 65).

Uma caminhografia que compartilha das teses de Careri (2013), de que, no caminho e ato de travessia dos espaços existenciais, os relatos se constituem. Produzindo, assim, novas informações aparelhadas, especialmente às nossas sensações. Aqui, redesenha-se e inventa-se um trajeto polissensorial da praça que conecta e concentra a capital mineira. Ela agrega um pouco de tudo: desde transeuntes que simplesmente passam pelo local até pessoas em situação de rua que, de fato, habitam a praça.

Procura-se fazer desta pesquisa não um fim, mas um processo, um rizoma, como diria Deleuze e Guattari (2011, p. 48) que “não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo”. Não buscamos definir normas ou paradigmas sobre o espaço da Praça Raul Soares, mas compor, com o próprio território, uma construção possível de ser experienciada por meio de seus hábitos. Afinal, “o mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 30). Dessa forma, procuramos ancorar-nos no real, num processo de criação de mapas abertos sobre uma praça em constante transformação.

Habitar seu espaço existencial é sobre a prática e a experiência do lugar, sobre os usos do espaço que o transforma em algo único e subjetivo, ações que questionam o uso previsto pela função planejada daquele lugar. Assim, as práticas então são manipulações no espaço construído sobre os elementos que nele se encontram, são desvios de sentido, do que se espera de um sistema urbanístico (Certeau, 1998, p. 180). Trata-se de subversões da lógica de um espaço geométrico proposto pelos urbanistas, operadas por quem habita o lugar por meio de suas práticas cotidianas. Tais práticas dão a dimensão viva do lugar, que se materializa em interações e relações humanas,

sejam movimentos usuais ou inesperados.

As práticas ressignificam os lugares e destacam o vivido na construção da cidade. São as representações da flexibilidade e imprevisibilidade dentro de um sistema urbano, que busca ordenamento e funções esperadas dentro de um plano definido. O espaço prático reflete não apenas as intenções dos planejadores, mas, principalmente, revela as experiências, resistências e adaptações das pessoas que habitam cotidianamente o lugar.

A partir de então a pesquisa avança para sua vida interior: habita-se seus meandros, observa-se as formas pelas quais cada pessoa interage com o meio que frequenta cotidianamente. Sejam indivíduos de passagem pelo lugar, procurando um local para descansar ou fazer exercício, ou mesmo aqueles que fazem da praça sua morada. Cada prática imprime no espaço suas marcas, que moldam no ambiente um caráter singular, manifestando a praça como lugar de multiplicidades.

Diversos modos de habitar a praça que se sobrepõem no cotidiano do lugar, evidenciando conflitos inerentes à vida urbana contemporânea. A mesma praça que conecta as pessoas é também aquela que expõe desigualdades da sociedade, manifesta em seu espaço. Compreender a complexidade de um espaço público é ir além de sua proposta como lazer, é compreendê-lo como espaço de alteridade e campo de disputas.

O capítulo final visa aprofundar o entendimento sobre a Raul Soares, suprando a visão de simples rotatória para entendê-la como território vivo, transformado pelos corpos que a habitam por meio de seus gestos e fluxos. Compreender que espaços públicos são complexos, que ultrapassam a composição estética e paisagística, pois são lugares ressignificados cotidianamente pelos usos das pessoas que os frequentam.

4.2. CAMINHOGRAFIA

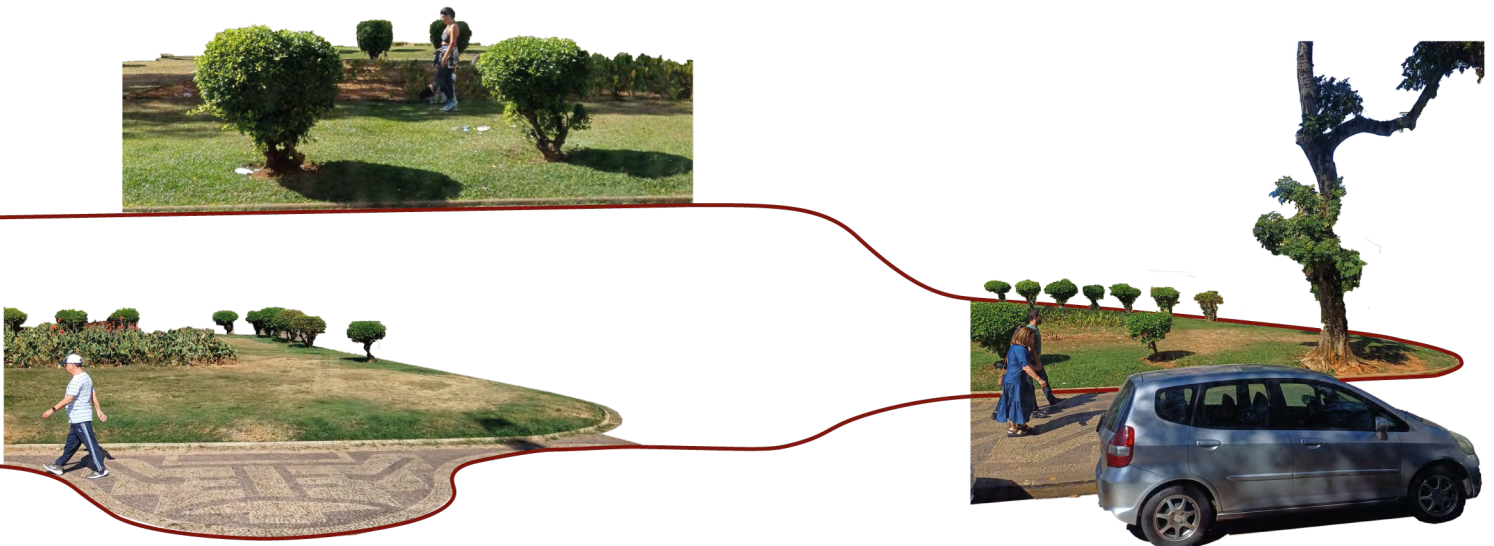
As visitas ao lugar se deram em diversos momentos entre março de 2024 e janeiro de 2025. Pois se pretendeu criar um hábito, que no “repetir e habitar certa forma de experiência pode não lhe cristalizar em formas automáticas, mas ao contrário permitir um acesso engajado à experiência que se quer investigar” (Alvarez; Passos, 2009, p. 139). Ou seja, na repetição é possível reconhecer e registrar variados momentos do espaço, compondo um repertório da vida que acontece em seus meandros.

Antes de ir à praça, ao conversar com conhecidos e familiares sobre o lugar e tema da pesquisa, sempre foi escutado “toma cuidado” ou “não dá bobeira”. As pessoas se colocavam sempre de forma inseguras em relação à praça, tendo uma imagem de um ambiente em que a criminalidade poderia surgir. Com isso, a primeira imagem da praça, sem conhecê-la de fato, foi uma expectativa de um lugar um pouco hostil no centro da cidade.

Para chegar à Praça, utilizamos o transporte público. O primeiro contato se dá dentro do ônibus, ao passar pela Avenida Amazonas e descer após a praça. Nesse momento inicial a passagem é rápida, é possível observar apenas quem frequenta o passeio perimetral da praça. Ao passar pela praça, aciona-se a parada e desço no primeiro ponto logo em seguida.

Para chegar a Raul Soares, passamos pela monumentalidade do CJK; a cabeça se inclina para o alto, para poder contemplar toda a altura do edifício de quase 120 metros. A praça está à vista, com os irrigadores ligados nos jardins e, ao fundo, os prédios e grafites realizados pelo CURA no entorno. Da calçada, espera-se o semáforo

Figura 50 - Praça a partir do ônibus
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).



abrir, como um maestro, em meio ao trânsito de veículos e pessoas, ele dita o ritmo de quem pode seguir e de quem deve esperar a sua vez chegar.

Atravessam-se as avenidas que formam o anel e se chega à praça. O espaço se abre, a rotatória é um respiro em meio aos edifícios - um respiro verde e um alívio pelo espaço que não mais sufoca. Mesmo com os edifícios verticais no entorno, o céu se abre para quem na praça permanece.

Assim começa nossa caminhada na Raul Soares. Com um olhar atento, vamos permeando os caminhos. No passeio perimetral, os estímulos são variados. De um

Figura 51 - CJK e chegada à praça
Fonte: Arquivo pessoal (2024)



lado, os automóveis contornam os anéis viários da praça para chegar ao seu destino. Além deles, há a vida da cidade e os comércios localizados na praça. São variados os estabelecimentos, existem lojas e um hotel, mas os bares e restaurantes passam a ser maioria. Agora, também redes comerciais começam a chegar à praça, primeiro de farmácia, depois de fast food que tem funcionamento 24h. Enquanto isso, do lado interno, a vida da praça se desenvolve, diferentes pessoas territorializam momentos de suas vidas ali, mesmo que temporariamente.

A cada passo, um novo aspecto ganha a atenção do pesquisador. Primeiro se

Figura 52 - Vida no entorno da praça
Fonte: Arquivo pessoal (2024)





Figura 53 - Jardins (trabalhadores, flores e buxinhos)
Fonte: Arquivo pessoal (2024)

olha para os jardins, onde trabalhadores fazem a manutenção. A grama ainda verde com flores vermelhas e amarelas, alegram a cidade que a rodeia, de concreto e asfalto. Os buxinhos margeiam os canteiros na tentativa de criar ritmo e orientar os passos sobre o piso de pedra portuguesa. Contudo há falhas, nem todos os arbustos ainda existem.

Nesse caminhar, os praticantes do espaço que compõem a vida da praça vão se fazendo presentes. Cada habitante é singular em sua prática, na forma como se apropria e reconfigura o lugar à sua maneira. Eles indicam os principais usos do lugar, como cada grupo afirma-se no espaço, criando seus próprios territórios no processo de habitar a praça, numa multiplicidade de práticas que tornam a Raul Soares um espaço existencial e vivido.

A praça, como rotatória de veículos, conformada no encontro de quatro avenidas, traduz sua função de passagem e velocidade para a maior parte de seus usuários. A primeira observação se dá com os transeuntes que cruzam a praça como parte de um trajeto diário, um ponto de passagem para o seu destino. Os passos são precisos, não

tendem a hesitar por qual caminho seguir. A praça é apenas intervalo entre a partida e a chegada, eles já sabem qual percurso é o mais eficiente. Mantêm um fluxo contínuo, marcados pelo desenho da praça.

O ritmo é semelhante entre os transeuntes, mas cada um tem seu ritmo. Alguns passam com sacolas de compra, outros se locomovem de bicicletas, há trabalhadores com carrinhos de carga, que, por vezes, passam com uma música para acompanhá-lo em seu trajeto, mas, em sua maioria, são pessoas que se deslocam para o seu serviço ou retornam dele.



Antes de chegar à praça, esperam pelo sinal verde para atravessar a via, assim como esperam para sair dela. O semáforo organiza e dá ritmo aos grupos que adentram o espaço e nele se separam em caminhos diversos. Mesmo sem intenção de permanecerem, os transeuntes deixam suas marcas na dinâmica da praça. Os percursos que tomam são delimitados pelos caminhos desenhados pelo arquiteto. Sem que se possa aferir exatamente suas entradas e saídas exatas, parecem transitar, em sua maioria, pelo centro, como forma de otimizar seus deslocamentos.

Poucos são os transeuntes que ousam parar no espaço e observar com calma o ambiente no qual estão passando. Quando isso acontece, costuma ser a fonte o objeto de admiração. Sua construção como monumento central se satisfaz nesse momento. Às vezes, são pessoas que ainda não conhecem a praça ou a cidade, algumas, caminhando em grupo, param, conversam e tiram fotos para manter a lembrança de sua passagem pela Raul Soares. Assim como as crianças, que, acompanhadas de seus pais, também se demoram no lugar. Vivem o espaço em outro tempo, talvez pela imaginação mais viva e pelo olhar mais próximo do chão, enxergam o que os adultos agora ignoram, encantando-se com o espaço, pela água ou pelas flores.

Mesmo que suas passagens sejam breves, elas são vividas, dão à praça movimento e desenharam trajetórias sobre o piso marajoara de pedras portuguesas. O caminho guia os passos e consolida a rotina das pessoas na praça. O tempo, para os transeuntes, passa rapidamente, cada um absorve fragmentos do espaço que lhes são próprios. A praça não é lugar de permanência, mas um território de passagem, um lugar em movimento, que se torna familiar e habitual, mesmo sem a totalidade de sua percepção.

Nos levantamos para, então, tomar outra perspectiva do lugar, uma perspectiva



Figura 54 - Transeuntes (collage)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

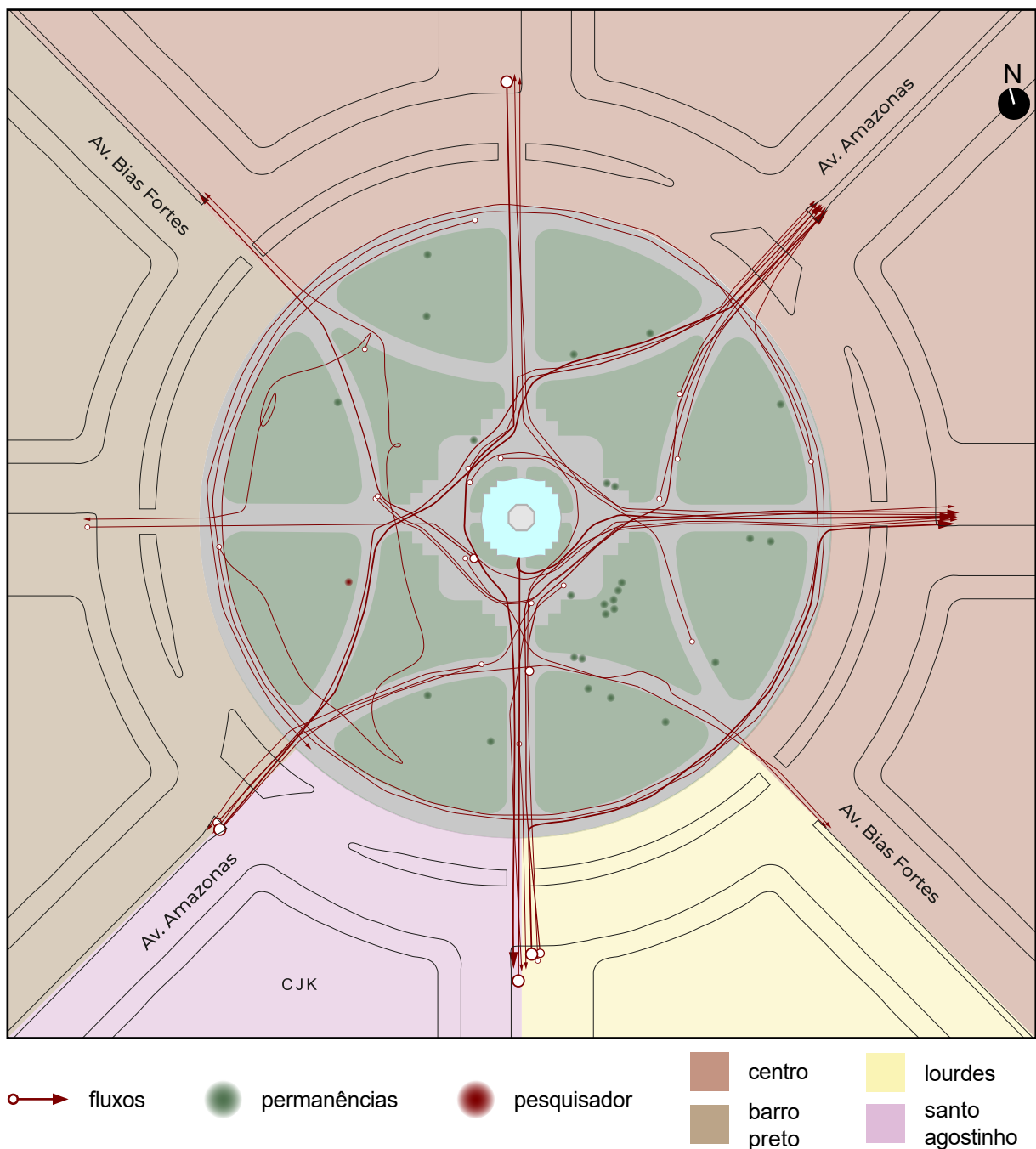
Figura 55 - Transeuntes



aérea. Ampliamos nosso corpo perceptivo (Rocha; Santos, 2024), por meio do uso do drone alcança-se uma vista antes intangível, agora atingimos a visão do pássaro. Com fotografias e filmagens, acompanha-se os passos que adentram e saem da Raul Soares. Se torna possível descobrir origem e destino nos limites da praça. Porém, o tempo para essa nova perspectiva é limitada pelo tempo da bateria. Por quase dez minutos, a vista sobrevoa a praça a 150 metros do solo, seguindo os transeuntes, que se tornaram pontos na tela do celular.



Figura 56 - Fluxo dos transeuntes
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).



O acompanhamento do fluxo revela as tendências do espaço. Observados num sábado de manhã (13 de julho), por volta das 11 horas e 30 minutos, a praça localizada nos limites de quatro bairros, no encontro de quatro avenidas, revela um movimento de pessoas que em sua maioria se deslocam para o centro. Saindo de bairros mais residenciais para o centro comercial, transformam a praça em um ponto de dispersão de fluxo. Além disso, nota-se a permanências de pessoas que utilizam dos poucos bancos, assim como de moradores em situação de rua, que se apropriam dos jardins, especialmente dos arbustos para descansarem sob as sombras durante o dia.

Contudo, essa visão de pássaro não trouxe uma visão encarnada do espaço que era buscado. Embora tenha permitido observar com maior precisão por onde, de onde e para onde as pessoas caminhavam, não revelou descobertas inteiramente novas e tampouco permite diferenciar quais as práticas são realizadas, devido à distância de observação. Pois, a partir da experiência da praça feita em seu inter-ser, já era possível visualizar tais características. Poucas pessoas transpassam a grama, embora algumas descansem sobre ela; a principal direção do fluxo é para o centro; e a maior parte passa

Figura 57 - Vista aérea
Fonte: Arquivo pessoal (2024)



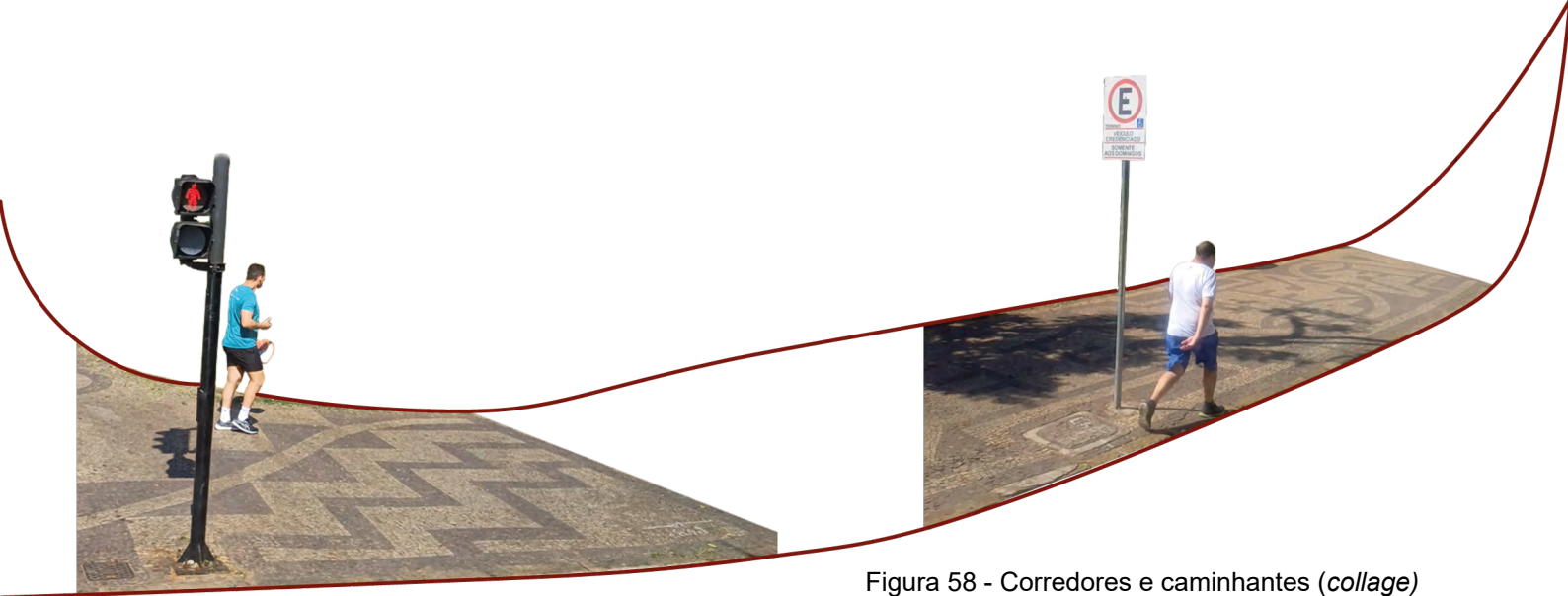


Figura 58 - Corredores e caminhantes (*collage*)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

pelo centro da praça. Sobre isso, a imagem aérea revela que tais passos marcam o piso, deixando-o mais claro por onde passam (Figura 53).

Mas não só os transeuntes se movimentam pela praça. Aqueles que correm ou fazem caminhada na Raul também praticam o espaço através do movimento de seus corpos, marcam o espaço com um ritmo próprio, devido à pela repetição e constância do movimento. Diferente dos que utilizam a praça de passagem e buscam o caminho mais curto, quem se exercita no lugar tende a preferir o caminho circular, ou seja, o passeio perimetral, transformando-o numa pista de cooper. Não são movimentos aleatórios, mas uma coreografia que se repete a cada volta feita e improvisos quando se aventuram pelo interior da praça.

A velocidade com a qual percorrem seus caminhos os distingue dos demais usuários do espaço, assim como as roupas, geralmente próprias para a prática de exercício. A repetição do caminho por quem pratica exercício reforça a estrutura cíclica da praça. Tal movimento cria no lugar uma relação em que o percurso importa para tais habitantes do espaço, é um território dinâmico. Mesmo que cada praticante esteja em seu momento único, em conjunto criam uma coletividade dada pelo padrão de gestos no espaço, por um passo ritmado que marca o lugar.

Tendem a preferir o período da manhã, quando o sol ainda é ameno, pois a praça não possui tantas sombras, e, aos fins de semana, se

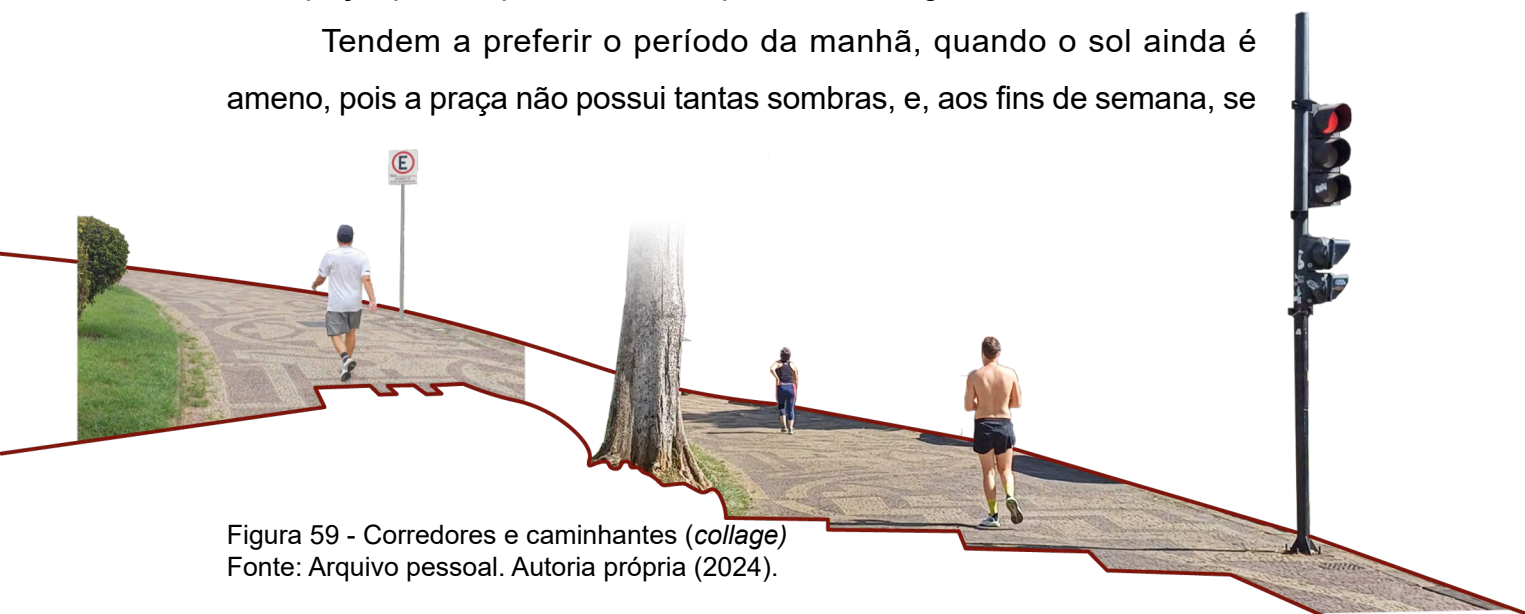
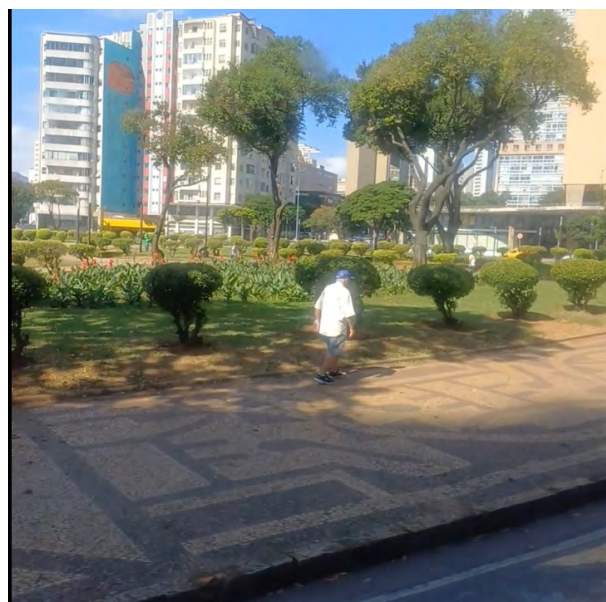
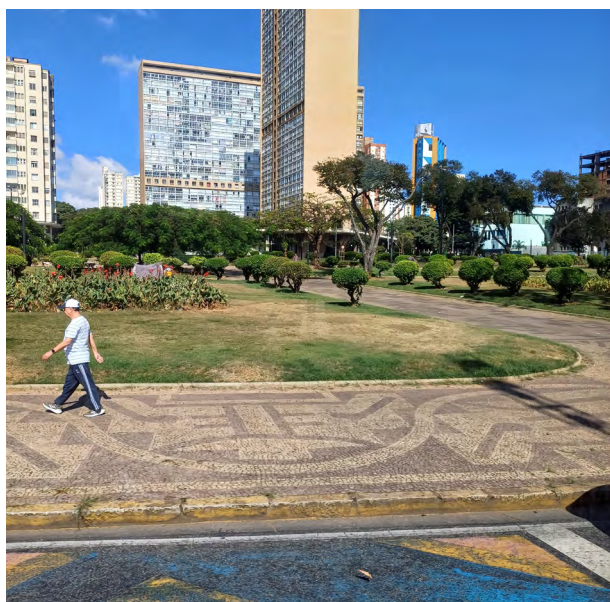


Figura 59 - Corredores e caminhantes (*collage*)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

Figura 60 - Corredores e caminhantes



prolongam mais até o horário de almoço, devido à folga do serviço. Ao observá-los, vejo que a relação com a praça é uma troca mútua entre praticantes e ambiente. O percurso sempre esteve no lugar, mas foi o corpo, por meio da repetição e da velocidade, que o reconfigurou num espaço existencial para esse grupo social. Sua prática é medida em outro tempo, nas voltas que dão no passeio perimetral, em suas respirações e passos ritmados que marcam o chão.

Até aqui, as práticas do lugar têm uma dualidade marcante, embora as duas se definem pelo movimento. Os transeuntes passam pela praça, não a tem como lugar, poderiam estar passando por qualquer outro espaço, que talvez não fizesse diferença, pois o importante é o destino. E, com a prática de exercício, a Praça Raul Soares é o lugar no qual as pessoas escolheram para esse seu modo de habitar o espaço, ela é o seu destino. Tal questão é uma característica sobre como diferentes grupos se apropriam, de seu modo específico, do espaço para a sua prática existencial.

Os dois habitantes, até o momento, se mantêm nas delimitações do espaço programado para a caminhada. Enquanto isso, o tutor, frequentemente visto na praça caminhando com seu cachorro de estimação, começa a desvirtuar um pouco esse espaço de caminhada. Costuma levar seu animal de estimação para cima dos jardins, um uso não esperado de um jardim eclético, mas nada inesperado para quem passeia com seu cachorro. Mas vale apontar que a desvirtuação do espaço gramado, de um lugar de apreciação para um espaço de passagem e permanência, parte muito mais da vontade do animal de estimação, que não diferencia os limites que o espaço físico propõe.

Em uma das visitas, enquanto estava sentado no banco próximo a fonte, um cachorro vindo do jardim e sem a guia, passou por mim; logo em seguida, seu tutor, que me viu com um caderno, perguntou se eu era um escritor. Expliquei sobre a pesquisa e conversamos um pouco. Morador do Lourdes, no entorno, costuma sair com frequência para levar o cachorro para passear, pois acha a praça um lugar bonito na cidade, com os prédios em volta, mas também pelo céu que se abre azul. Falou que a praça já foi mais verde e que agora estava malcuidada, de fato o lugar já possuiu mais árvores durante sua história e se encontra com bastante lixo em seus jardins.

Com isso, lembrou da árvore cortada e comentou que não entendeu muito bem o motivo do corte, mas, no geral, as pessoas acreditam que foi para afastar os moradores de rua do local. Pois se instalavam próximos da árvore cortada e com isso

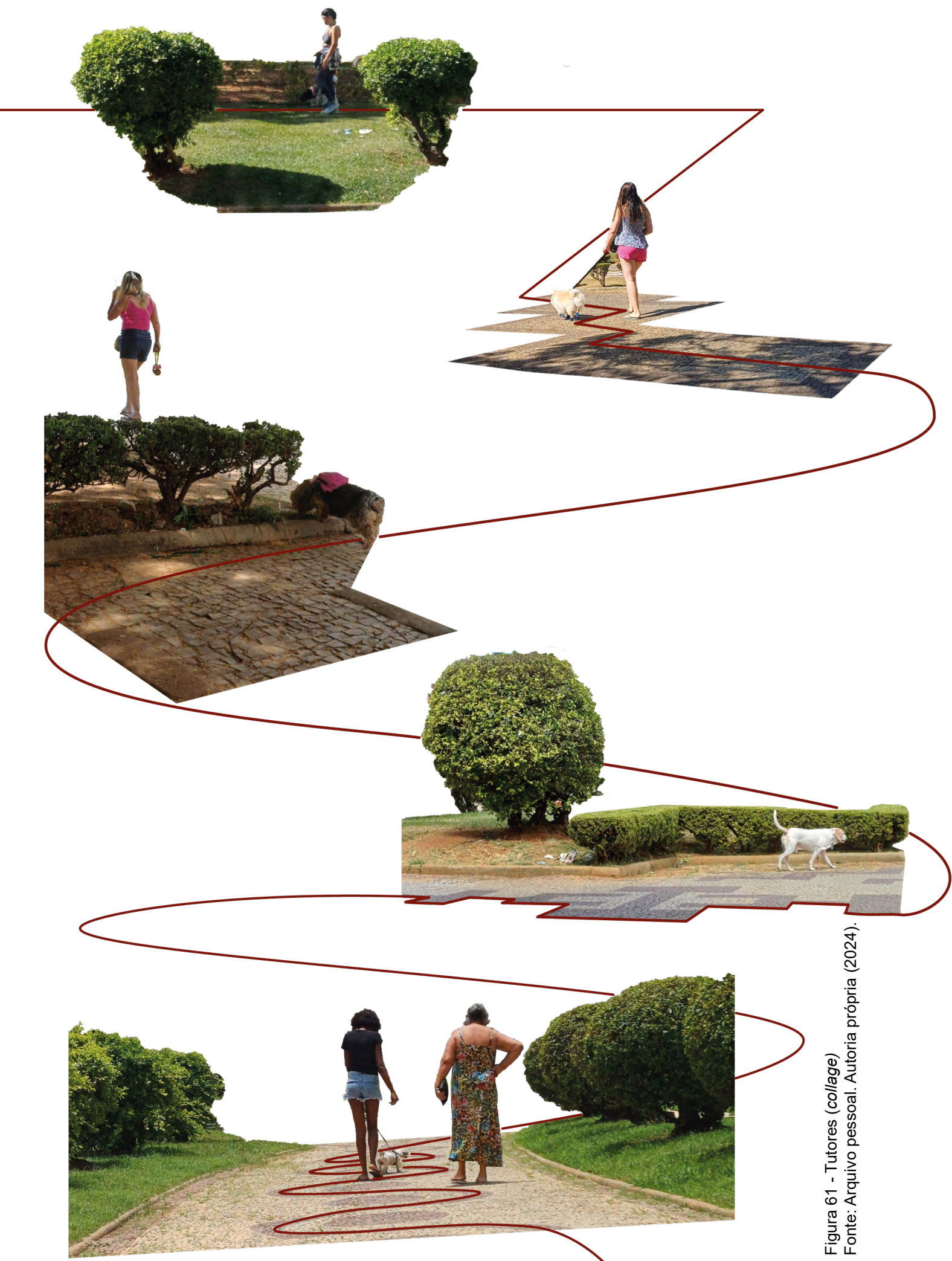
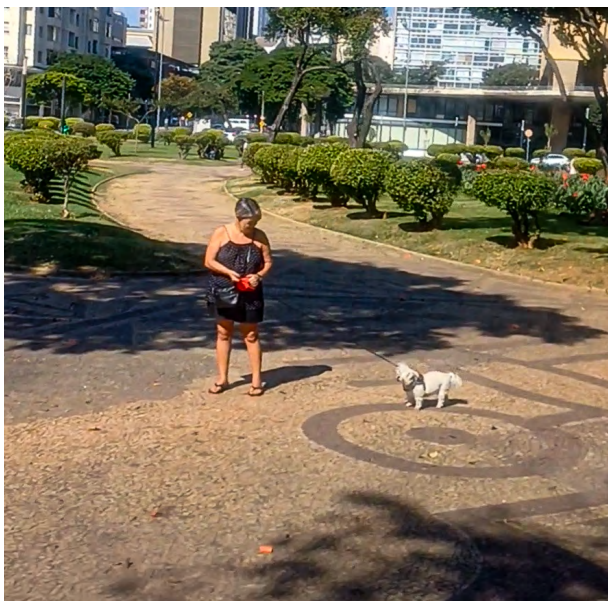


Figura 61 - Tutorios (collage)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

Figura 62 - Tutoros



tiveram que se mudar. Neste domingo de manhã (07 julho), a fonte estava sem água, perguntei se era dia de limpeza, pois foi a primeira vez que encontrei vazia, soube que não há dia certo para limpeza e que em sua percepção são poucas as vezes que ela ainda funciona. Com isso, se despediu e continuou seu passeio.

A Praça Raul Soares, em sua configuração aberta em meio a cidade em sua volta e jardins arborizados, oferece um abrigo para as pessoas que fazem dela um espaço de pausa, um refúgio. Entre os habitantes que nela descansam, há alguns trabalhadores em seu momento de folga e intervalo do serviço, encontram na praça um respiro em meio à sua rotina. Nesse momento, a velocidade da cidade diminui no interior da praça, observa-se outras pessoas caminhando, os ruídos dos automóveis vão para longe e o falar das pessoas se dispersam.

Há uma dinâmica única daqueles que repousam na Raul. Alguns escolhem o banco, somente um tem sombra quase o dia todo, por isso quase sempre está ocupado, outros se acomodam nos gramados, onde vão encontrar mais sombra e conforto. Tal prática revela que os espaços são apropriados de forma funcional e subjetiva, se ajustando às prioridades e necessidades de cada pessoa. Há uma intimidade no descanso de cada habitante, seja no silêncio, seja na conversa baixa de quem não está só. Um território que é temporário a partir dos gestos de quem se apropria desses lugares, seja pelos olhares em volta, uma respiração profunda ou um silêncio.

Ao sentar-me nos bancos ou nos jardins, me vejo como parte desse grupo, compartilho da pausa de minha caminhada, mas ainda assim caminho sem sair do lugar (Fiorin, 2024). Aproveito do espaço aberto que a praça oferece em meio a cidade, junto de um olhar atento, tornando ao mesmo tempo observador e participante da pesquisa. Estar envolto pelo espaço é entendê-lo como um organismo vivo que se manifesta pelas pessoas que o habitam.

A experiência do espaço através da pausa indica que os lugares não são construídos apenas pela forma física, mas pelo modo como são vivenciados, como são praticados. A praça a partir de então deixou de ser um ponto de passagem, ela se tornou algo diferente onde espaço e tempo se reconfiguram a partir do corpo que experiência o lugar. O simples parar e sentar cria uma rede entre os usuários do espaço, que o expande além de um ato individual, inserindo-o numa rede entre os habitantes que dá maior sentido a Raul Soares.

Por último, cito os desabrigados, moradores em situação de rua. Sua presença



Figura 63 - Descanso (*collage*)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025).

Figura 64 - Descanso



e prática do espaço desvirtuam o uso planejado para a praça, seja por trazer novas funções ou significados para seus elementos. Ao contrário de todos outros que habitam a praça, que independente de suas práticas não deixam de ser temporárias, esse grupo faz da praça sua morada, um confronto com o público e privado do que se espera com a lógica urbana.

O centro da praça também é referência para os desabrigados, há sempre alguma ocupação na área central. Aproveitam a sombra e a proteção das copas das árvores para manter seus pertences sob elas, mesmo que estejam com lona por cima. Por vezes, fazem um fogareiro no chão, próximo a seus pertences, para que possam preparar suas comidas. O espaço de uma árvore central se transforma em quarto e cozinha, alternando entre si a depender da necessidade. A ocupação que ao longo da pesquisa alterou duas vezes de lugar, primeiro se localizava próxima a árvore cortada. Após estava ocupando o jardim, que no dia de visita a guarda municipal estava fotografando tal ocupação. E, por fim, agora se encontram ao lado, ocupando a área de piso.

Nas margens dos jardins, os buxinhos tornam-se proteção contra o sol e elemento para maior privacidade. Por eles algumas pessoas se deitam, aproveitando a pequena sombra que é feita para se proteger do sol para descansar um pouco ou até mesmo dormir. Outros utilizam dos arbustos para estender cobertores, construindo uma tenda, como forma de ampliar o espaço e criar limites e obstruções contra quem passa. Transformam-nos em teto ou pilares, como forma de garantir uma proteção mínima no cotidiano de suas vidas.

Além da proteção para o corpo, os arbustos se transformam em elementos auxiliares na vida cotidiana dessas pessoas. Alguns os improvisam como varal, estendendo a roupa sobre a planta para secar ao sol, como se fosse um varal de chão. Outros aproveitam os galhos e seu adensamento para guardar pequenos objetos, como um armário, que evita que sejam perdidos. É um uso criativo e transformador de uma vegetação que, para planejadores, têm apenas uma função plástica de ornamentação, uma adaptação seja como proteção, varal ou armário.

Em momentos de permanência na praça, a vida no entorno do ponto central começou a se desenvolver. A fonte se mostrou como uma parte essencial da vida de quem reside na praça, não é o monumento de admiração que a arte eclética pensou. Para os moradores, é fundamental sua função para higiene pessoal, pela utilização para lavar suas roupas ou para banhos. Mesmo que seja exposta a todos que passam,

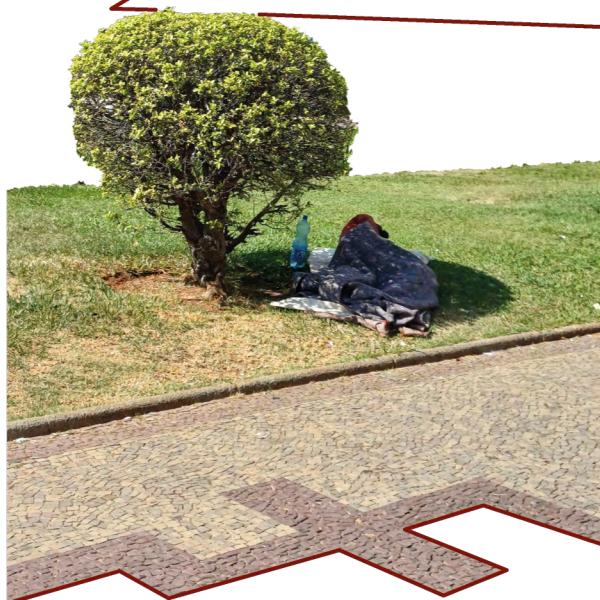
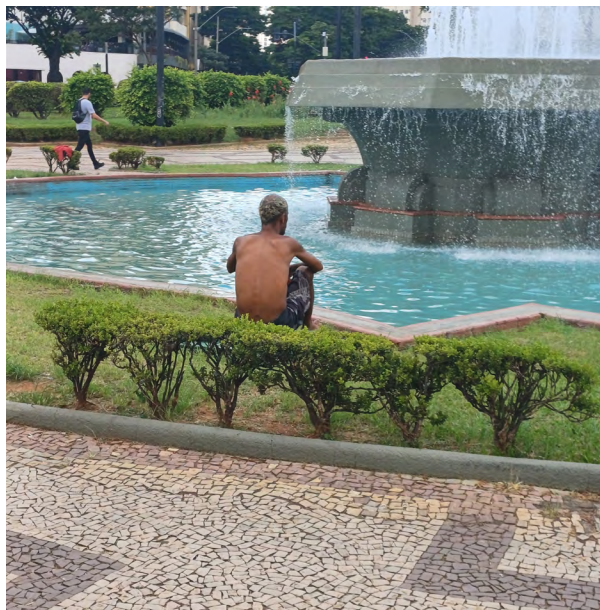


Figura 65 - Desabrigados (*collage*)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2024).

Figura 66 - Desabrigados



e possivelmente, reprovam a atitude, ela garante o mínimo de dignidade. A fonte, como elemento central, também põe em foco a desigualdade marcada no espaço, pelo confronto entre seus habitantes, que de diversas maneiras ressignificam o uso da Praça Raul Soares.

A reunião de diversas formas de ocupação e uso do espaço na Raul Soares, a revela como um lugar dinâmico e múltiplo, onde práticas do cotidiano coexistem e se confrontam em seu existir, seja passagem, exercício, descanso, passeio e moradia. Cada habitante e cada grupo deixa um pouco sua marca por onde passa e ressignifica seus elementos de acordo com a necessidade própria. Todas as práticas e levantamentos sobre o espaço demonstram que o lugar não é algo fixo, mas uma complexidade construída a partir de cada significado impresso por seus usuários. A praça não é apenas uma rotatória ou um espaço ornamental, ela é um território vivo e complexo, que se molda pela vida que a acompanha e pelos corpos que a habitam.

A Praça Raul Soares é um grande marco no centro de Belo Horizonte que tem como característica ser um ponto de encontro e distribuidor dos fluxos durante o dia. E no período noturno as suas práticas espaciais são semelhantes às encontradas no momento diurno. A praça continua como espaço de passagem e circulação, assim como palco de encontros sociais, em que se encontram momentos de ócio e contemplação. Esse é o caráter mais perceptível da praça durante a noite, as práticas, em essência, não diferem em comparação ao dia, contudo, suas frequências não são as mesmas.

Ao início da noite é notável o número de pessoas que frequentam a praça pelo lazer e ócio, utilizam dos bancos, dos gramados e do próprio espaço da praça para descansar, socializar e exercitar. Encontrar pessoas sob a iluminação noturna do lugar seja para observar seu entorno, conversar ou ler é uma prática comum. A ocupação dos jardins com maior frequência durante a noite é uma continuidade do que se observa durante o dia, a praça se torna um refúgio do ritmo veloz da cidade, com a diminuição dos automóveis e, conseqüentemente, dos ruídos, aproveitam de um ambiente verde e ao ar livre no centro da cidade.

Assim como durante o dia, as pessoas que se exercitam buscam horários com temperaturas mais amenas, no início da noite, as pessoas correndo ou realizando caminhada na praça também é mais frequente. O cair do sol e da temperatura criam uma atmosfera distinta em relação ao período do dia, numa praça que possui poucas opções de sombra, cria-se um ritmo mais tranquilo, propenso para a prática de exercício.

As caminhadas, além de exercitar o corpo, mantêm o lugar vivo e podem se transformar em momentos de encontros sociais.

Assim como quem busca a praça pelo lazer próprio, os tutores de cães também frequentam o espaço ao anoitecer e, pelos mesmos motivos, se encontram mais frequentemente. Contudo, os cachorros estimulam seus donos à prática de novas dinâmicas, principalmente na passagem pela área gramada, que é difícil de ser realizada, mesmo com pessoas que se sentam nas áreas gramadas, elas tendem a transitar pelos espaços calçados. Assim, os animais veem a grama como seu caminho natural, algo que as pessoas não o fazem e parecem evitar. Os cães propiciam essa ocupação livre e aberta de todo lugar disponível, não se limitando aos calçamentos que visam orientar a ocupação e práticas do espaço de um modo específico.

Enquanto durante o dia a praça se configura como um lugar de passagem, principalmente para aqueles que se deslocam para o trabalho, a partir das 19h a dinâmica se altera. Ainda há pessoas que estão voltando para casa do serviço, mas em menor quantidade. Agora quem atravessa a praça busca, em sua maioria, momentos de lazer. Como nas proximidades da praça há bares e restaurantes, o lugar se torna parte do percurso de quem busca tais locais para seu entretenimento noturno, contribuindo para uma praça e um entorno com maior vivacidade. Desde a segunda-feira, já é possível ver um público se formar nos comércios do entorno, seja na própria praça ou nas avenidas que a atravessam. E nos fins de semana tal atividade se intensifica, principalmente com a Galeria São Vicente, que começa a funcionar a partir de quarta-feira e atrai o maior público para a Raul Soares com seus bares.

Em dualidade com a população que se ocupa da praça temporariamente, os moradores em situação de rua, que fazem da praça sua residência, começam a se preparar para a noite. Alguns esticam cobertores sob os arbustos, outros montam barracas, uma forma de buscar não só o conforto mínimo, mas também uma proteção durante a madrugada que se aproxima. A fonte ainda é ponto fundamental na vida de tais habitantes do lugar. Foi durante o período noturno se observou mais uma função do marco central, o fornecimento de água para beber. Mesmo com a água mais suja, havia quem pegava água no local para seu consumo, contudo isso era feito a partir da água limpa que chegava à fonte por um cano em sua lateral. Esse uso reforça e amplia a resignificação que tal grupo social dá para o espaço da Raul Soares, em especial para a fonte, que em tese, deveria ser para apreciação visual de seus frequentadores.

Por fim, as práticas do espaço e a vida na Raul Soares durante o início da noite não se diferenciam fundamentalmente daquelas observadas durante o dia. No entanto, as práticas assumem novas configurações à medida que suas dinâmicas se alteram com o passar do dia. O espaço reforça seu caráter de lazer e convivência, em que pessoas se acomodam sobre os jardins ou caminham pelas pedras portuguesas. A quantidade de pessoas que estão somente de passagem pelo lugar diminui consideravelmente e altera-se quanto às finalidades, ao invés do destino ser o serviço, agora se torna o lazer e o entretenimento. E os “habitantes reais” da praça, que não têm um teto para ir, a transformam em um quarto, evidenciando a dualidade do espaço e como diferentes grupos ressignificam o lugar a partir de suas práticas. Por isso, a Raul Soares continua como ponto de convergência de diversas dinâmicas sociais, reafirmando o espaço público como espaço de alteridade e destacando sua importância na vida cotidiana da cidade.

Figura 67 - Vida noturna (collage)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025).



Figura 68 - Vida noturna



4.3. NOVOS USOS E APROPRIAÇÕES

Até aqui, abordamos o cotidiano da praça, sua vida de modo geral, como seria encontrada num dia típico, em que qualquer visitante, turista ou caminhante possivelmente a observaria. Contudo ao longo do ano de pesquisa, houve eventos excepcionais à rotina do lugar, todos ocorridos no ano de 2024, especificamente. Em agosto ocorreu a Virada Cultural; em outubro e novembro uma nova edição do CURA na cidade; e em dezembro a praça foi enfeitada para as festividades de fim de ano.

A Virada Cultural na cidade de Belo Horizonte, é um evento anual da cidade criado em lei municipal em 2012 (PBH, 2018). Na Lei 10.446/2012, define-se a anualidade do evento, que deve ocorrer comemorações em todas as regionais da cidade e o define como um evento de 24 horas de manifestações culturais ininterruptas pela capital (Belo Horizonte, 2012). Em 2022 uma nova lei consolidou as datas comemorativas da cidade, que contemplou novamente a Virada Cultural, sem modificar sua estrutura anterior, mas revogando a Lei de 2012 para concentrar, em um único documento, as comemorações do município (Belo Horizonte, 2022).

Em 2024, foi a edição de número nove do evento, realizada entre os dias 24 e 25 de agosto. De acordo com as informações disponíveis pela prefeitura, instagram do evento (@viradaculturalbh) e sites de notícias, não houve eventos distribuídos por todas as regionais. As manifestações culturais se concentraram na região do hipercentro (Imagem 65), além do 3º Viradão Gastronômico que ocorreu em conjunto, que contava com 29 estabelecimentos, também na região do hipercentro, que ofereciam pratos específicos até R\$20,00 para o evento.

Na noite do dia 24, passei pela Praça Raul Soares para observar o que o evento estaria trazendo de diferente para o lugar. Visto de longe, a primeira diferença era a presença do palco na praça e a concentração de pessoas, na região da Avenida Amazonas no sentido do centro. O lugar, que foi denominado "Praça do Samba" para o evento, recebeu um palco temático voltado para as apresentações de samba e carnaval, assim como outros pelo hipercentro.

Para receber a Virada, houve uma infraestrutura adaptada. O palco estava localizado no anel viário interno, que havia sido fechado para o evento, e a ocupação da praça, como foi realizada, era algo novo, não visto no dia a dia. O palco de shows gerou uma aglomeração de pessoas à sua frente e ao seu redor. Num lugar marcado



Figura 69 - Palcos da Virada Cultural de BH (2024)

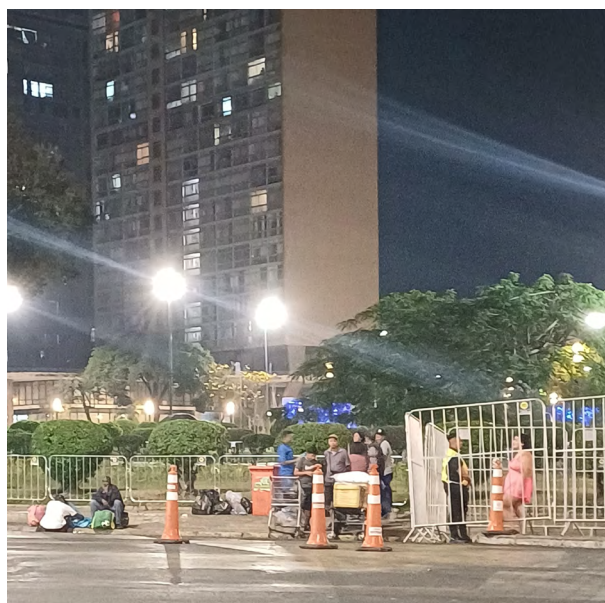
Fonte: divulgação evento

pela passagem e não a pausa, esse "tumulto" é inovador, um novo modo de habitar para o qual a praça se abre.

Ainda na ocasião, havia ambulantes vendendo bebidas para quem queria apreciar os shows, ou algumas comidas rápidas, como pipoca, para quem estava com fome. No anel interno, havia cadeiras e guarda-sóis para as pessoas se sentarem e descansarem, não exatamente uma prática nova, mas definitivamente uma ampliação do espaço de permanência, que não é tão presente como mobiliário urbano na Raul Soares.

Mesmo com tais modificações temporárias, a praça ainda é o lar de alguns moradores em situação de rua. Os diversos habitantes do lugar coexistiram assim como no cotidiano, também durante o evento. Ao chegar à praça, encontramos moradores de rua, assim como durante o dia, porém nesse momento, alguns se ajeitavam para dormir em seus colchões sob os arbustos, outros estavam pelo evento aproveitando ou procurando algo para comer. Trata-se de uma dualidade de um espaço complexo que,

Figura 70 - Virada Cultural (2024)



apesar de modificações temporárias, são vidas que ainda se confrontam no espaço público da cidade.

Entre os dias 24 de outubro e 03 de novembro, foi realizada a 8ª edição do CURA. Assim como anos anteriores, foi marcada pela arte urbana na pintura de empenas de edifícios e apropriação cultural do espaço da praça. Contudo, nesta edição, todo o elenco foi feminino. Desde a curadoria feita pela Flaviana Lasan, Janaína Macruz, Juliana Flores e Priscila Amoni. As pinturas dos murais feitas pela Clara Valente, Liça Pataxoop e Bahati Simoens. A instalação interativa "Brincacidade" feita pela arquiteta Isabel Brant, da Mutabile Arquitetura, buscou reivindicar o uso espaço público em desafio à lógica urbana que prioriza os automóveis, "se a praça fosse mais que uma rotatória", propondo um espaço lúdico, principalmente, para as crianças. (O Tempo, 2024).

Assim como a Virada, a praça recebeu infraestrutura temporária e específica para o evento. Além da instalação, havia cadeiras, redes, bancos e quiosques para atender à programação do festival. Foram organizados pelo CURA shows na praça com DJ's, sessão de cinema e slackline (highline urbano). O cinema, no entanto, foi realizado na Galeria São Vicente, na Avenida Amazonas, devido à chuva e o slackline não foi para o público, mas feito por profissionais, pois era travessia entre os prédios, fazendo com que vários olhares curiosos se voltassem para o alto.

Figura 71 - Instalação Brincacidade
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025).



Ao chegar a Raul Soares, a primeira vista é da instalação Brincacidade, uma tenda vermelha no interior da praça, em um de seus canteiros, uma nova utilidade para um espaço gramado. Ao chegar na instalação é que então compreendemos do que ela se trata, possui embaixo da tenda diferentes objetos interativos, canos de PVC para bater com raquetes de ping-pong de modo a fazer diferentes sons, outros canos que se movimentam criando desenho pelo relevo ou pela cor e ao centro uma parede de fios para o sensorial tátil, além de um enquadramento para ver o céu da praça, principalmente à noite.

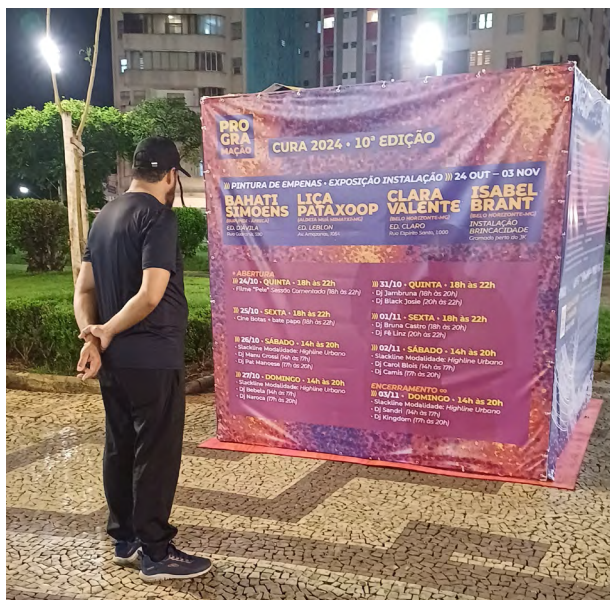
No outro canteiro, se encontrava outra instalação, uma geodésica, não artística, mas da patrocinadora do evento, empresa de telecomunicações. Era nesse espaço que estava localizado o "palco" para o DJ, junto com cadeiras, redes e bancos, todos com a marca impressa nos panos. Se tornou um espaço de descanso durante maior parte do dia, embora tenha sido pouco utilizado devido a localização, em razão da falta de sombra, uma das falas escutadas durante nosso caminhar foi: "nessa praça não tem sombra". Contudo, ao entardecer, quando começa a música, o espaço se torna ponto de encontro para desfrutar do evento.

Mais ao canto, próximo da geodésica havia um quiosque de outra patrocinadora do evento, empresa petrolífera, nele havia um jogo da memória, que contava com curiosidades sobre o combustível da marca ou sobre o CURA e a praça. Até mesmo num evento cultural realizado na praça, dualidades emergem. A 8ª edição do CURA que teve como premissa criticar a visão da praça como rotatória e como fluxo de automóveis, para se transformar num espaço de lazer e apreciação, teve como patrocinadora uma das maiores empresas petrolíferas do mundo.

O que se destaca em toda essa construção do lugar é a invisibilidade às pessoas em situação de rua. Embora a instalação artística e os stands das marcas atraiam pessoas para o espaço, eram temporárias e procuravam dar novo uso e sentido ao espaço da Praça Raul Soares, que é frequentemente vista como rotatória. Há um esquecimento dos habitantes que cotidianamente não têm tal visão sobre a praça e a ressignificam em morada, diariamente em diferentes momentos de sua vida. Isso posto, poderia ser importante outras intervenções que pudessem auxiliar a vida e dar visibilizar tais pessoas que vivem no espaço, sem diminuir ou alterar o que o evento propõe, na verdade, isso poderia potencializar a discussão do uso do espaço público.

Não há dúvida que para o evento acontecer é necessário de incentivos, apoios e

Figura 72 - CURA (2024)



patrocinadores. Mas uma empresa de telecomunicações e uma petrolífera, ao escolherem o CURA para apoiar, numa edição de discussão sobre o uso do espaço público é curioso. Pois ambas as empresas estão em temáticas críticas da atualidade: a primeira sobre o uso excessivo de celulares, impactando na vida contemporânea e também na "morte do espaço público", adicionando o smartphone como o quarto sentido de isolamento para Sennett (2014), um isolamento da atenção, no qual o foco é a tela, ao invés do meio no qual a pessoa se encontra; e a segunda, o uso excessivo de automóveis, que permite tal facilidade de locomoção, também isola o habitante no espaço particular e faz do lugar público um espaço de passagem (Ibid., 2014).

Há uma espécie de apropriação do espaço pelo poder privado, que se insere e entra por meio do ambiente artístico e cultural no espaço público. As companhias começam assim a se apropriar das duas áreas, um ambiente que no imaginário corrente é o oposto da imagem que grandes companhias transmitem. A cultura, assim como a arte, pelo tema de debate proposto e apresentado no evento, é crítica em relação ao que as companhias fazem e discursam sobre. O que não impede mais a presença delas nesse cenário de oposição ao status quo.

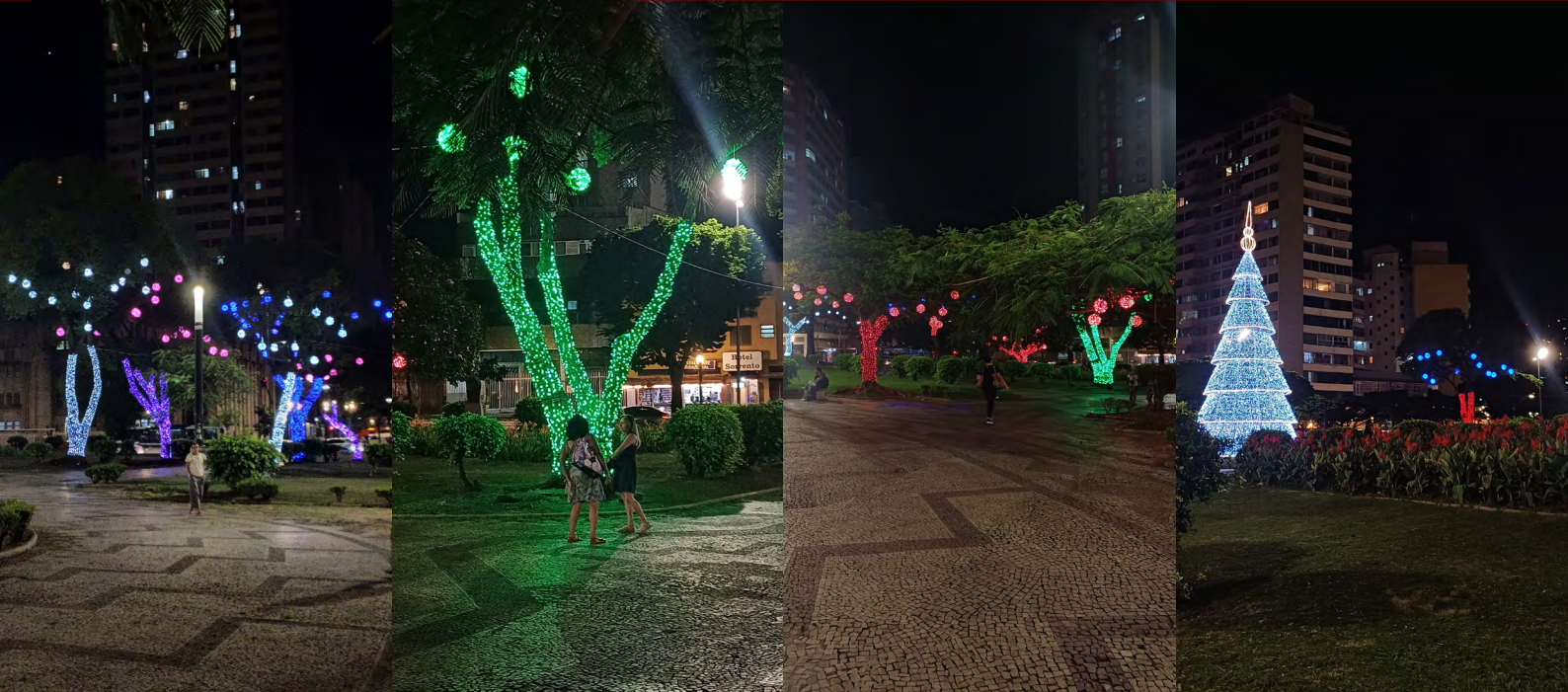
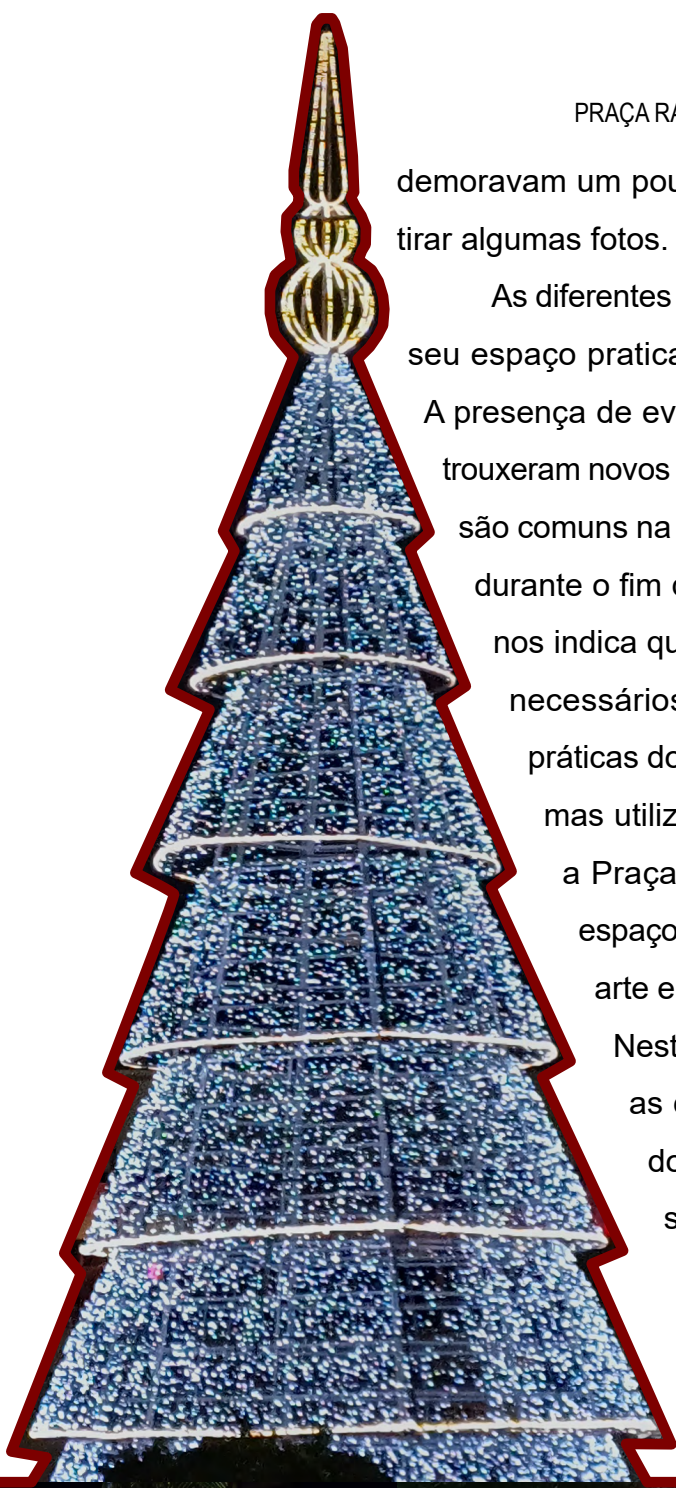
O CURA é um evento importante que ajudou a trazer novos usos, novas práticas e novas pessoas a redescobrirem a Praça Raul Soares. A instalação Brincacidade, os shows e os grafites que compõem a paisagem, trazem novos olhares sobre o lugar, novas possibilidades de apropriação do espaço público. Trazem à tona a discussão de como o espaço público pode ser mais aproveitado tanto pelas pessoas quanto pelo poder público, mesmo que os patrocinadores tenham uma carga simbólica oposta a mensagem que desejaram passar durante o festival.

A última modificação temporária da praça no ano foram os enfeites para Natal e fim de ano de 2024. A Raul recebeu a mesma árvore que havia recebido no ano anterior, além de enfeites com led nas árvores, em seus troncos e caindo de suas copas. Embora seja algo novo adicionado na praça, não parece que alterou o modo de vida do lugar, como acontece na Praça da Liberdade, por exemplo, que é característico a visita para ver as luzes em família, este ano ainda contou com o Palácio do Natal (Palácio da Liberdade), que recebeu mais de 5 mil bonecos de Papai Noel de 90 Países, gerando filas para a visita (Siqueira, 2024). Contudo, na Raul Soares, as luzes não atraíram um público extra, as pessoas que já estariam pelo lugar acabavam por admirar a ornamentação adicionada, mas sem gerar novos modos de habitar o espaço, apenas

demoravam um pouco mais pelo espaço, para apreciar rapidamente, ou tirar algumas fotos.

As diferentes quebras do cotidiano na Raul Soares evidenciam como seu espaço praticado pode ser alterado de acordo com o que recebe. A presença de eventos, a instalação do CURA ou os shows da Virada trouxeram novos modos de habitar espaço, novas configurações que não são comuns na prática do dia a dia. Contudo a adição de ornamentos, durante o fim de ano, não trouxe modificação da vida no lugar. Isso nos indica que, para uma mudança de sua estrutura cotidiana são necessários eventos de maior magnitude e que atraiam novas práticas do espaço, que não seja apenas passar para apreciá-la, mas utilizar o lugar como meio para um novo modo de habitar a Praça Raul Soares. Aliás, alterou-se pela apropriação do espaço por empresas privadas, que começaram a enxergar na arte e na cultura novos caminhos para difundir sua imagem. Neste caso, com um caráter pouco ambíguo e antagônico, as companhias, cujas práticas fortalecem a degradação do espaço público, fazem uso do evento para reverter seu imaginário social, ao associar as marcas a novas práticas e usos. Um gesto simbólico que visa mascarar os danos que elas causam no cotidiano.

Figura 73 - Natal na Raul Soares (2024)
Fonte: Arquivo pessoal. Autoria própria (2025).





5. CONSIDERAÇÕES

A trajetória histórica e as práticas cotidianas observadas na Praça Raul Soares revelam a transformação de um não-lugar em um lugar praticado se relaciona às múltiplas ressignificações do espaço, que se constroem a partir de sua apropriação e dos diversos modos de uso. Inicialmente projetada como um local de ordenação do tráfego, seu desenho buscou atender à função de uma cidade moderna, condizente com sua época. Contudo foram as práticas diárias, ao longo do tempo, que se transformaram em espaço existencial e lugar antropológico. Ao se incorporar a dinâmica da cidade e da vida de seus habitantes, a praça deixou de ser apenas uma infraestrutura de passagem, passando a ser um território vivido e um lugar experimentado, onde a prática cotidiana em conjunto com a memória e a corporalidade, reescrevem seus significados no espaço urbano de Belo Horizonte.

Os primeiros capítulos trilharam sobre a história não só do lugar, mas da capital mineira, demonstrando como os ideais urbanísticos e culturais se transformaram no decorrer do tempo, moldando o que conhecemos hoje. Inicialmente pensada como rotatória, um elemento de ordenação e distribuição do fluxo, foi com o tempo ganhando camadas de história e complexidade em sua vida. Diversas foram as intervenções para que se levasse a uma prática do lugar como ela é hoje, que é continuamente apropriada pelos corpos que atravessam e habitam seu interior.

A cada revisitação novas relações sobre o espaço são criadas. Assim como o processo de reanálise do material registrado, rever anotações, imagens e vídeos, em conjunto com a criação de cartogramas, compõem-se uma constelação de informações novas, através dessa colagem de memória, imaginação e registros, tecendo novas associações que antes se faziam ocultas, surgem revelando a complexidade da vida da praça.

As práticas cotidianas do espaço vão além do planejado pelos urbanistas. Os trabalhadores encontram nos jardins um conforto para descansar nas horas livres, enquanto pessoas que levam o cachorro para passear ou corredores e caminhantes fazem da praça um percurso. Os transeuntes fazem dela um ponto de passagem, uma ponte familiar entre seus destinos cotidianos, mesmo que efêmeros. Práticas que evidenciam como lugar de permanência, de repetição, de hábito para diversas pessoas que nela deixam um pouco de sua marca.

A vida dos moradores em situação de rua na praça evidencia a dualidade no espaço, que confronta não só o uso planejado para o espaço, mas também leituras

convencionais do urbano. Para eles a praça é essencial em suas vidas, ela se transforma em casa, o espaço é modificado de acordo com suas necessidades, onde elementos naturais se moldam em elementos arquitetônicos: árvores e arbustos são abrigos, a fonte d'água é a disponibilidade de higiene pessoal e água potável. Mesmo que seja uma utilização invisibilizada ou marginalizada por muitos, demonstra-se que o espaço público é palco de conflitos e disputas constantes que refletem em parte características de nossa sociedade e cultura.

O trabalho permitiu uma reflexão sobre o uso da praça na cidade contemporânea. Mesmo que projetada para o lazer, suas funções e usos vão muito além, transformam-se à medida da necessidade de quem habita seus espaços existenciais. A Raul Soares em Belo Horizonte é uma constelação de dinâmicas sociais, onde corpo e espaço, tempo e memória se entrelaçam para gerar significados que vão além de sua dimensão física.

A pesquisa não foi apenas um levantamento histórico de seus espaços físicos, mas de uma tentativa de reconhecer seu espaço existencial que diariamente se desenvolve e conta uma história. A caminhografia não se fez apenas nos livros de história, mas no habitar a praça, nos gestos e percursos das pessoas que cotidianamente fazem da praça parte de suas vidas, mesmo que temporariamente. Uma investigação sobre diferentes modos de habitar um espaço, onde o pesquisador ao caminhar e parar, nos seus caminhos e jardins, se encontra no meio da vida do lugar que é pesquisado.

Apresentar a multiplicidade de faces e cenas que a praça oferece é parte da experiência existencial como forma de compor uma imagem perceptiva do espaço. O registo da vida contemporânea da Praça Raul Soares é uma forma de registrar e preservar tal momento da história de um importante espaço para a cidade, além de ser uma forma de ampliar o conhecimento sobre o lugar, assim como contribuir para futuros projetos e intervenções possam vir a ocorrer.

Por fim, o trabalho não define nem encerra a complexidade que é a Praça Raul Soares, mas auxilia e amplia o conhecimento sobre esse espaço existencial central na cidade de Belo Horizonte. Aponta a complexidade do espaço urbano e a necessidade de observar a cidade como uma construção coletiva e de conflitos em transformação diária. Pois a cidade não é feita de concreto e asfalto, mas de práticas e experiências das pessoas a habitam e a constroem cotidianamente.

REFERÊNCIAS

A CONCENTRAÇÃO do Perímetro Urbano. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 7 fev. 1920.

ALVES, Rogério Othon Teixeira. Belo Horizonte, a cidade modelar: representações da nova capital das Minas Gerais. **Caminhos da História**, v. 25, n. 2, p. 163–177, 2020.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 131-149.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **A Belo Horizonte dos Modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

ANDRADE, Mario de. Noturno de Belo Horizonte. **Poesias Completas**. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares** – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. 90 Graus Editora: Lisboa, 2005.

AUTHENTICA Apotheose. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 8 set. 1936.

AYER, Flávia. Antigos cines de BH vão da restauração ao abandono. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 dez. 2013. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/12/14/interna_gerais,479096/antigos-cines-de-bh-vao-da-restauracao-ao-abandono.shtml Acesso em: 24 jan. 2024.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In: BACHELARD, Gaston. **Bachelard**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 181-354

BAHIA, Denise Marques. **A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva - história antiga e história média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, v. 2, 1996.

BELLO Horizonte pitoresca. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 26 set. 1929.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 10, de 14 de junho de 1925**. Dá regulamento para jardins públicos, praças ajardinadas e para o Parque Municipal. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1925. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/10/1925> Acesso em: 11 abr. 2024.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 363, de 4 de setembro de 1930**. Approva o regulamento geral de construções em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1930. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/363/1930> Acesso em 14 jun. 2024.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 165, de 1 de setembro de 1933**. Modifica o Regulamento Geral de Construções em Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1933. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/165/1933> Acesso em 14 jun. 2024.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 30, de 1 de agosto de 1938**. Modifica os artigos 64 e 303 do Regulamento de Construções. Belo Horizonte, 1938. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/30/1938> Acesso em 14 jun. 2024.

BELO HORIZONTE. **Decreto-Lei nº 84, de 21 de dezembro de 1940**. Regulamento de Construções da Prefeitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Câmara Municipal, 1940. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto-lei/84/1940> Acesso em: 13 jun. 2024.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10446, de 28 de março de 2012**. Institui o evento Virada Cultural no Município. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/10446/2012> Acesso em: 29 jan. 2025.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.397, de 30 de agosto de 2022**. Consolida legislação que institui datas comemorativas no Município. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11397/2022> Acesso em: 29 jan. 2025.

BRANT, Juliano Nemer Caldeira. **A Construção Social do Campo da Arquitetura Moderna em Belo Horizonte**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

BRITANNICA, The Editors of Encyclopaedia. “skyscraper”. **Encyclopedia Britannica**, 17 Apr. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/technology/skyscraper>. Acesso em: 26 June 2024.

CALVO, Julia. Belo Horizonte das primeiras décadas do século XX: entre a cidade da imaginação à cidade das múltiplas realidades. **Cadernos de História**, v. 14, n. 21, p. 71-93, 11 out. 2013

CANTICOS e Hymnos do II Congresso Eucharístico Nacional. **Edição Oficial do Secretariado do Congresso Eucharístico Nacional**. Feira de Amostras. Friedrich Fuchs: Rio de Janeiro, 1936.

CARERI, Francesco. **Walkscapes**: o caminhar como prática estética. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CARERI, Francesco. **Caminhar e Parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CASSANTA, Mario. Minas Eterna. **Estado de Minas**. 2 seção. Belo Horizonte, 3 set. 1936.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano** – Artes de Fazer. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1998

CURA - Circuito Urbano de Arte. **CURA 2021**. 2022. Disponível em: <https://cura.art/index.php/cura2021/> Acesso em: 17 jul. 2024.

CURA - Circuito Urbano de Arte. **cura.art**. s.d. Disponível em: <https://www.instagram.com/cura.art> Acesso em: 17 jul. 2024.

DA CIDADE Verde. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 12 jul. 1929.

FERRARA, Lucrécia. A ciência do olhar atento. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 9/10, p. 1-7, jan. 1987.

FIORIN, Evandro. Parar. In: ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. Verbolário da Caminhografia Urbana. Pelo-tas: Editora Caseira, p. 242, 2024.

FJP, Fundação João Pinheiro. **100 Anos de Modernidade**: Anuário da arquitetura de Belo Horizonte. Vol. 2 – Vida Cultural. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001a.

FJP, Fundação João Pinheiro. **100 Anos de Modernidade**: Anuário da arquitetura de Belo Horizonte. Vol. 3, primeira parte – Da Arquitetura 1894-1946. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001b.

FJP - Fundação João Pinheiro. **100 Anos de Modernidade**: Anuário da arquitetura de Belo Horizonte. Vol. 3, segunda parte – Da Arquitetura 1942-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001c.

FJP - Fundação João Pinheiro. **100 Anos de Modernidade**: Anuário da arquitetura de Belo Horizonte. Vol. 4, primeira parte – Cronologia 1894-1940. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001d.

FJP - Fundação João Pinheiro. **100 Anos de Modernidade**: Anuário da arquitetura de Belo Horizonte. Vol. 4, segunda parte – Cronologia 1941-2000. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2001e.

FRADE, Ana Maria Nagem. **A legislação urbana e a ocupação de Belo Horizonte de 1897 a 2010**: conjunto urbanístico da Praça da Liberdade. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

GOMES, Lucas Henrique. Laudo de engenheiro contesta cortes de árvores pela PBH na praça Raul Soares. **O Tempo**. Belo Horizonte, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/laudo-de-engenheiro-contesta-cortes-de-arvores-pela-pbh-na-praca-raul-soares-1.3354849> Acesso em: 21 jul. 2024.

HAZARD, Paul. Dans la Lumière de Rio. **Revue des Deux Mondes**. Paris: jul. 1927. p. 92-119. Disponível em: www.gallica.bnf.fr Acesso em: 10 mai. 2024.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 125-142.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Belo Horizonte**. s.d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte> Acesso em: 23 jan. 2025.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Carta de Florença. In: CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**, 3ª ed. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%CC%A7a%201981.pdf> Acesso em: 21 jul. 2024.

IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Praça Raul Soares. In: IEPHA, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. **Guia de bens tombados IEPHA/MG**. Belo Horizonte: IEPHA/MG, v. 2, 2014. p. 01-04.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História (São Paulo)**, v. 30, n. 1, p. 114-147, jan/jun 2011.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Modernidade e Modernismo. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 10, n. 2, p. 151–160, 1984. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/30448>. Acesso em: 4 jun. 2024.

KRENAK, Ailton. Ailton Krenak: “Em vez de operar na paisagem, devemos nos confundir com ela”. [Entrevista cedida a] Romullo Baratto. **ArchDaily**. 15 out. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1007266/ailton-krenak-em-vez-de-operar-na-paisagem-devemos-nos-confundir-com-ela> Acesso em: 25 jul. 2024.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Relatório 1940-1941**. Prefeitura de Belo Horizonte, 1941.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Meu caminho para Brasília**: a escalada política. Brasília: Senado Federal, 2020.

LEITE, Rogerio Proença. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

LIMA, Octacílio Negrão de. **Relatório de 1937**. Prefeitura de Belo Horizonte, 1937.

LIMA, Adson Cristiano Bozzi Ramatis. Habitare e habitus — um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. **Arquitextos**, São Paulo, ano 08, n. 091.04, Vitruvius, dez. 2007. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.091/183> Acesso em 13 fev. 2025.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1999.

MACEDO, Jorge. Conjunto JK é uma cidade de vidro com mais de 5 mil moradores. **Estado de Minas**. 09 fev. 2014. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/02/09/interna_gerais,496531/conjunto-jk-e-uma-cidade-de-vidro-com-mais-de-5-mil-moradores.shtml Acesso em: 20 jul. 2024.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. **Identidade Nacional e Estado no Projeto Modernista**. São Paulo, s.d. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5703047/mod_resource/content/2/Identidade%20e%20Estado%20no%20Projeto%20Modernista.pdf Acesso em: 05 ago. 2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAS GERAIS. [Constituição (1891)]. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 15 de junho de 1891. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/CON/1891/1891/> Acesso em: 05 abr. 2024.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 1.435, de 23 de dezembro de 1900**. Aprova o regulamento de mendigos. Belo Horizonte, 1900. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/1435/1900/> Acesso em: 11 abr. 2024.

NOMES originais de ruas de BH. Câmara Municipal de Belo Horizonte. s.d. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/A-C%C3%A2mara/memoria/nomes-originais> Acesso em: 23 fev. 2025.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; COSTA, Jose William Barbosa. Congressos Eucarísticos e ordem cristã no Brasil: o papel de Dom Leme/Eucharistic Congresses and Christian social order in Brazil: the role of D. Leme. **PLURA, Revista de Estudos de Religião / PLURA, Journal for the Study of Religion**, [S. l.], v. 5, n. 1, jan-jun, p. 113–131, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/774>. Acesso em: 20 jan. 2025.

O AJARDINAMENTO das praças e logradouros da cidade. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 6 jul. 1929.

O TEMPO Entretenimento. CURA chega à sua 8ª edição com elemento totalmente feminino. **O Tempo**. 17 out. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/entretenimento/2024/10/17/cura-chega-a-sua-8--edicao-com-elemento-totalmente-feminino> Acesso em: 30 jan. 2025.

LAR - Imóveis. **Lote - Terreno à venda, Barro Preto, Belo Horizonte - MG**. s.d. Disponível em: <https://larimoveis.com.br/imovel/lote-terreno-a-venda-barro-preto-belo-horizonte-mg-98288> Acesso em: 23 jan. 2025.

PALLASMAA, Juhani. **Essências**. Tradução Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2018.

PARANAIBA, Guilherme. Velho bonde deixou saudade em Belo Horizonte. **Estado de Minas**. 10 jun. 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/11/10/interna_gerais,328913/velho-bonde-deixou-saudade-em-belo-horizonte.shtml Acesso em: 11 jul. 2024.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte**. 2007. Disponível em: https://issuu.com/cideu/docs/2010_05_13_col_legi_polit_legs_-_carolina_hormecche Acesso em: 16 jul. 2023.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Diário Oficial do Município - DOM**. Belo Horizonte: 27 dez. 2012.

PBH, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. **Virada Cultural**. 26 jan. 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/festivais/viradacultural> Acesso em: 29 jan. 2025.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. **A Torre Kubitschek**: trajetória de um projeto em 30 anos de Brasil. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

PLAMBEL – Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte**: 1897-1970. Belo Horizonte: Plambel, 1979

PRAXIS, Projetos e Consultoria LTDA. **Projeto de Requalificação da Região do Mercado Central e Adjacências**. s.d. Disponível em: https://praxisbh.com.br/wp-content/uploads/2020/12/projeto_requalificacao_regiao_mercado_central.pdf Acesso em: 21 fev. 2025.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças Brasileiras**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. **ARQUITEXTOS**, 281.05 cartografia urbana, 24 out. 2023. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.281/8923> Acesso em: 25 jun 2024.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais Beltrame dos. **Verbolário da Caminhografia Urbana**. Pelotas: Editora Caseira, 2024.

RODRIGUES, L.; FIORIN, E. Uma Metodologia Da Prática Do Caminhar. **Revista Poiésis**, v. 24, n. 41, p. 156-168, 30 jun. 2023.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **A Casaca do Arlequim**: Belo Horizonte, uma capital eclética do século XIX. EdUSP/UFMG: São Paulo, 2020.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. 1. ed. Rio de Janeiro : Record, 2014.

SIQUEIRA, Juliana. Visitas ao Palácio do Natal, na praça da Liberdade, começam neste sábado com presença do Papai Noel. O Tempo. 30 nov. 2024. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/2024/11/30/visitas-ao-palacio-do-natal-na-praca-da-liberdade--comecam-nest> Acesso em: 31 jan. 2025.

SOARES, Ana Luiza. Em BH, Praça Raul Soares será colorida por cinco flamboyants. **Estado de Minas**. 29 abr. 2024. Disponível em: https://www.em.com.br/gerais/2024/04/6847780-em-bh-praca-raul-soares-sera-colorida-por-cinco-flamboyants.html#google_vignette Acesso em: 28 jan. 2025.

SOMEKH, Nadia. **A Cidade Vertical e o Urbanismo Modernizador**: São Paulo 1920-1939. 1994. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

TONUCCI, João; MENDONÇA, Jupira; LUQUEZ, Juliana; RODRIGUES, João Vitor. Censo 2022: Região Metropolitana de Belo Horizonte continua a 3ª maior do país, mesmo com perda de população da capital. **Observatório das Metrôpoles**. 26 out. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/censo-2022-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte-e-a-3a-maior-do-pais-mesmo-com-perda-de-populacao/> Acesso em: 23 jan. 2025.

VELOSO, André Henrique de Brito. **A “Era do Ônibus”**: Formação, ascensão e hegemonia do empresariado de ônibus urbano de Belo Horizonte – 1950-1990. 2023. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

WERNECK, Gustavo. Retrato da primavera: flamboaiãs em flor colorem a paisagem de BH e encantam moradores. **Estado de Minas**. 07 nov. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/11/07/interna_gerais,1099075/flamboaias-em-flor-colorem-a-paisagem-de-bh-e-encantam-moradores.shtml Acesso em: 28 jan. 2025.

WERNECK, Gustavo. Praça Raul Soares: círculo de vida no coração de BH. **Estado de Minas**. 25 set. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/09/25/interna_gerais,1397810/praca-raul-soares-circulo-de-vida-no-coracao-de-bh.shtml Acesso em: 21 jul. 2024.

X. Chronica Social. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 24 jan. 1920a.

X. Chronica Social. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 24 mar. 1920b.

X. Chronica Social. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 23 set. 1920c.

X. Chronica Social. **Diário de Minas**. Belo Horizonte, 1 out. 1920d.



ANEXO

Figura 74 - Vista Belo Horizonte
Fonte: Pedro Veneroso, Flickr



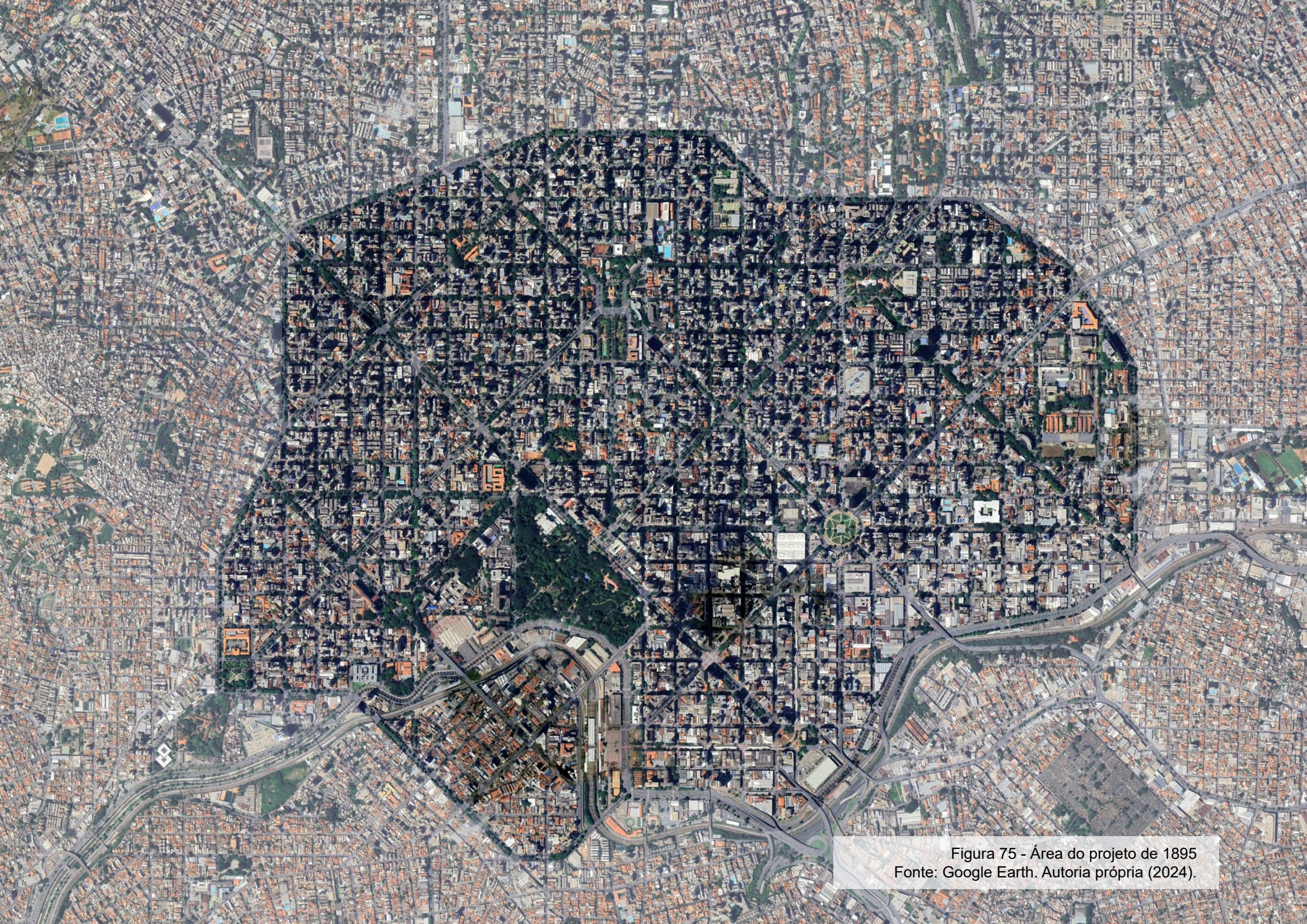


Figura 75 - Área do projeto de 1895
Fonte: Google Earth. Autoria própria (2024).

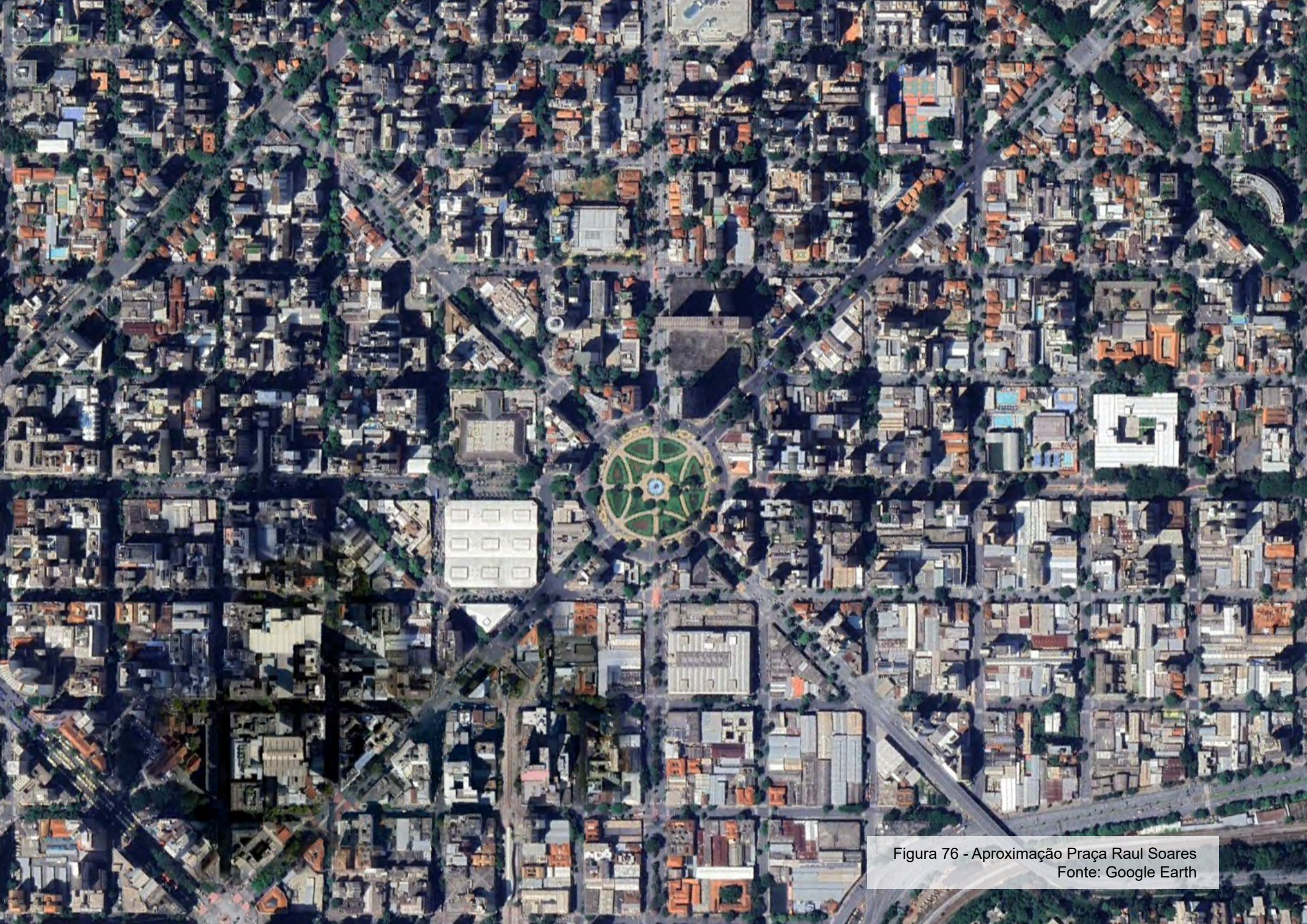


Figura 76 - Aproximação Praça Raul Soares
Fonte: Google Earth

Figura 77 - Urnas Funerária Marajoara (MASP)
Fonte: Arquivo pessoal (2024)



Figura 78 - Vista aérea Praça Raul Soares (2024)

Fonte: Google Earth



Figura 79 - Vista Praça Raul Soares

Fonte: Arquivo pessoal (2024)



Figura 80 - Vista Praça Raul Soares
Fonte: Arquivo pessoal (2024)



Figura 81 - Cine Candelária
Fonte: Arquivo pessoal (2024).





Figura 82 - Intervenções CURA (2024)
 Fonte: Arquivo pessoal (2024)



Figura 83 - Marco de nível e detalhes
Fonte: Arquivo pessoal (2024)

